

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	4
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	6

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	7
2.3 - Outras Informações Relevantes	9

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	10
3.2 - Medições Não Contábeis	11
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	14
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	15
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	18
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	19
3.7 - Nível de Endividamento	20
3.8 - Obrigações	21
3.9 - Outras Informações Relevantes	22

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	23
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	30
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	33
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	47
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	48
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	49
4.7 - Outras Contingências Relevantes	50

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	51
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	52
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	53
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	56
5.4 - Programa de Integridade	58
5.5 - Alterações significativas	61
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	62
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	63
6.3 - Breve Histórico	64
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	65
6.6 - Outras Informações Relevantes	66
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	67
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	68
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	69
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	70
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	74
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	75
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	77
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	78
7.8 - Políticas Socioambientais	79
7.9 - Outras Informações Relevantes	80
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	83
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	84

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	85
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	86
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	87
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	88
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	89
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	90
9.2 - Outras Informações Relevantes	91
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	92
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	114
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	116
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	117
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	118
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	120
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	121
10.8 - Plano de Negócios	122
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	124
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	125
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	126
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	127
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	132
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	136
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	137

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	138
12.7/8 - Composição Dos Comitês	147
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	150
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	151
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	158
12.12 - Outras informações relevantes	159

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	162
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	166
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	170
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	173
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	177
13.6 - Opções em Aberto	179
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	180
13.8 - Precificação Das Ações/opções	181
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	182
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	183
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	184
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	185
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	186
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	187
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	188
13.16 - Outras Informações Relevantes	189

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	190
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	191
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	192
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	193
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	194
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	195
15.3 - Distribuição de Capital	202
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	203
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	204
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	205
15.7 - Principais Operações Societárias	206
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	208
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	209
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	210
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	212
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	213
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	214
17.2 - Aumentos do Capital Social	215
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	216
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	217
17.5 - Outras Informações Relevantes	218
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	219

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	221
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	222
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	223
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	225
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	235
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	236
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	237
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	238
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	239
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	240
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	241
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	243

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	244
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	245
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	248

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	249
20.2 - Outras Informações Relevantes	250

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	251
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	252
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	253
21.4 - Outras Informações Relevantes	254

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Maurício Parolin Russomanno

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Christian Eduard Carraresi Schnitzlein

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

UNIPAR CARBOCLORO S.A.

CNPJ/ME Nº 33.958.695/0001-78
NIRE Nº 35.300.454.758

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

São Paulo, 19 de junho de 2020.

Eu, **MAURÍCIO PAROLIN RUSSOMANNO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 22.689.534 SSP/SP, inscrito no CPF nº 273.539.938-98, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Presidente da **UNIPAR CARBOCLORO S.A.**, (“Companhia”), declaro que:

- (i) revi o formulário de referência a ser apresentado em junho de 2020;
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

DocuSigned by:

E558B088E4B0418

MAURÍCIO PAROLIN RUSSOMANNO
Diretor Presidente



1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: B597DB50327447C89FF09594310B2ED7

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: FRE2020_01.1.pdf

Origem do Envelope:

Qtde Págs Documento: 1

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Qtde Págs Certificado: 1

Rubrica: 0

Ana Claudia Ruiz

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327 - 22 andar

Selo com ID do Envelope: Ativado

São Paulo, Vila Nova Conceição 04543-011

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

ana.ruiz@unipar.com

Endereço IP: 187.11.122.138

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Ana Claudia Ruiz

Local: DocuSign

17/06/2020 18:33:11

ana.ruiz@unipar.com

Eventos de Signatários

Assinatura

Data/Hora

Mauricio Parolin Russomanno

DocuSigned by:

Enviado: 17/06/2020 18:35:03

mauricio.russomanno@unipar.com



F558B088E4B0418...

Visualizado: 18/06/2020 16:23:18

Unipar

Assinado: 18/06/2020 16:23:37

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 186.235.33.58

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através do DocuSign

Eventos de Signatários Presenciais

Assinatura

Data/Hora

Eventos de Editores

Status

Data/Hora

Eventos de Agentes

Status

Data/Hora

Eventos de Destinatários

Status

Data/Hora

Intermediários

Eventos de entrega certificados

Status

Data/Hora

Eventos de cópia

Status

Data/Hora

Eventos com testemunhas

Assinatura

Data/Hora

Eventos do tabelião

Assinatura

Data/Hora

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

17/06/2020 18:35:03

Entrega certificada

Segurança verificada

18/06/2020 16:23:18

Assinatura concluída

Segurança verificada

18/06/2020 16:23:37

Concluído

Segurança verificada

18/06/2020 16:23:37

Eventos de pagamento

Status

Carimbo de data/hora

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

UNIPAR CARBOCLORO S.A.

CNPJ/ME Nº 33.958.695/0001-78
NIRE Nº 35.300.454.758

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1.2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

São Paulo, 19 de junho de 2020.

Eu, **CHRISTIAN EDUARD CARRARESI SCHNITZLEIN**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.062139-3 SSP/SP, inscrito no CPF nº 285.440.958-28, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da **UNIPAR CARBOCLORO S.A.**, (“Companhia”), declaro que:

- (i) revi o formulário de referência a ser apresentado em junho de 2020;
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

DocuSigned by:



B2964AC891F74FF...

CHRISTIAN EDUARD CARRARESI SCHNITZLEIN
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores



1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 344A9C8C602444F5A85AB5782D236244

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: FRE2020_01.2.pdf

Origem do Envelope:

Qtde Págs Documento: 1

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Qtde Págs Certificado: 1

Rubrica: 0

Ana Claudia Ruiz

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327 - 22 andar

Selo com ID do Envelope: Ativado

São Paulo, Vila Nova Conceição 04543-011

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

ana.ruiz@unipar.com

Endereço IP: 187.11.122.138

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Ana Claudia Ruiz

Local: DocuSign

17/06/2020 18:35:13

ana.ruiz@unipar.com

Eventos de Signatários

Assinatura

Data/Hora

Christian Eduard Carraresi Schnitzlein

DocuSigned by:

Enviado: 17/06/2020 18:36:16

christian.schnitzlein@unipar.com



B2964AC891F74FF...

Visualizado: 17/06/2020 19:19:15

CFO

Assinado: 17/06/2020 19:19:19

Unipar

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Usando endereço IP: 187.37.222.253

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através do DocuSign

Eventos de Signatários Presenciais

Assinatura

Data/Hora

Eventos de Editores

Status

Data/Hora

Eventos de Agentes

Status

Data/Hora

Eventos de Destinatários

Status

Data/Hora

Intermediários

Eventos de entrega certificados

Status

Data/Hora

Eventos de cópia

Status

Data/Hora

Eventos com testemunhas

Assinatura

Data/Hora

Eventos do tabelião

Assinatura

Data/Hora

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

17/06/2020 18:36:16

Entrega certificada

Segurança verificada

17/06/2020 19:19:15

Assinatura concluída

Segurança verificada

17/06/2020 19:19:19

Concluído

Segurança verificada

17/06/2020 19:19:19

Eventos de pagamento

Status

Carimbo de data/hora

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	16/05/2012
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, bem como emissão de relatórios de revisão e auditoria, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável.
Justificativa da substituição	A substituição visou atender ao disposto no artigo 31 da Instrução Término do prazo estipulado pela Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada.independentes a cada cinco anos, e contou com a anuência dos nossos antigos auditores.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância do auditor em relação à justificativa da Companhia.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Catlíane Tomiyama Cassemiro	09/05/2014	289.446.038-47	Av. Pres. Juscelino Kubistchek, 1.830, Torre 2 - 10º Andar, ITAIM BIBI, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (011) 25733721, Fax (11) 25734910, e-mail: catlianetomiyaman@br.ey.com
FABIO RODRIGO MURALO	30/10/2012	181.657.668-99	Av. Pres. Juscelino Kubistchek, 1.830, Torre 2 - 10º Andar, ITAIM BIBI, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (011) 25735039, Fax (11) 25734910, e-mail: Fabio.Muralo@br.ey.com
Luciano F. Neris	01/03/2014	330.180.142-00	Av. Presid. Juscelino Kubitschek, 1830, 10 andar - Torre 2, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25733264, e-mail: luciano.f.neris@br.ey.com
LUIZ CARLOS NANNINI	16/05/2012	038.563.538-95	Av. Pres. Juscelino Kubistchek, 1.830, Torre 2 10º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25733404, Fax (11) 25734910, e-mail: luiz.c.nannini@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Data Início	13/04/2017
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, bem como emissão de relatórios de revisão e auditoria, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante de R\$ 728.879,30 foi pago aos auditores independentes como remuneração pelos serviços de auditoria prestados no âmbito das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
André Rafael de Oliveira	13/04/2017	141.183.338-48	Av. Dr. Chucrí Zaidan, nº 1240, 9ºandar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861321, Fax (11) 51861321, e-mail: rafaeloliveira@deloitte.com
Gilberto Grandolpho	16/11/2017	007.585.878-99	Av. Dr. Chucrí Zaidan, nº 1240, 9ºandar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861321, Fax (11) 51861321, e-mail: ggrandolpho@deloitte.com
José Ricardo Faria Gomez	14/08/2018	144.346.268-33	Av. Dr. Chucrí Zaidan, nº 1240, 9ºandar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861321, Fax (11) 51861321, e-mail: jogomez@deloitte.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Em 28 de março de 2017 foi realizada Reunião do Conselho de Administração, que aprovou, dentre outras matérias, a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes em cumprimento do artigo 31 da Instrução CVM 308/99, o qual determina a rotatividade dos auditores independentes a cada cinco anos. Sendo assim a Companhia rescindiu contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. na data de 28/03/2017, com a anuência da mesma. A assinatura do contrato com a nova auditoria aconteceu em 13 de abril de 2017.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	1.483.223.000,00	1.445.942.000,00	1.072.831.000,00
Ativo Total	3.718.821.000,00	4.042.630.000,00	3.466.377.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	3.048.730.000,00	3.469.133.000,00	3.019.592.000,00
Resultado Bruto	816.854.000,00	1.259.978.000,00	904.965.000,00
Resultado Líquido	172.358.000,00	547.440.000,00	306.264.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	98.446.798	87.449.421	80.628.659
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	14,962935	15,409159	12,289997
Resultado Básico por Ação	1,855179	6,038239	3,753720
Resultado Diluído por Ação	1,86	6,04	3,75

3.2 - Medições Não Contábeis

a. valor das medições não contábeis

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no resultado antes dos tributos, acrescido das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

O EBITDA é utilizado como uma medida prática de desempenho pela administração da Companhia, razão pela qual se entendeu importante a sua inclusão neste formulário. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medida com título semelhante fornecido por outra companhia.

Seguem abaixo os valores do EBITDA da Companhia para os três últimos exercícios sociais:

Consolidado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Medições não contábeis (R\$ mil)			
EBITDA	580.611	1.007.022	630.799

O EBITDA em 2019 foi de R\$ 580,6 milhões, inferior em 42,3% em relação a 2018, a variação foi decorrente, principalmente, de queda na receita e aumento nos preços dos insumos e matérias-primas. Em 2018 foi de R\$ 1.007,0 milhões, superior em 59,6% em relação a 2017, variação explicada, principalmente pelas melhorias operacionais frente aos preços internacionais. Em 2017, o EBITDA foi de R\$ 630,8 milhões, inferior em 7,0% em relação ao exercício anterior, variação explicada sobretudo pelo efeito positivo no resultado de 2016 do ganho por compra vantajosa referente à aquisição da Indupa Argentina (antiga Solvay Indupa) no valor de R\$ 516,0 milhões.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras e visa demonstrar o cálculo entre os empréstimos (circulante e não circulante), menos o caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras (circulante e não circulante)

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida da Companhia para os três últimos exercícios sociais:

Consolidado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Medições não contábeis (R\$ mil)			
Dívida Líquida (ativos financeiros líquidos)	162.865	166.365	438.566

Na gestão dos negócios da Companhia a dívida líquida (ativos financeiros líquidos) é uma medida utilizada para avaliar sua posição financeira. A Administração acredita que essa medida funciona como uma ferramenta importante para acompanhar e comparar periodicamente a posição financeira da Companhia, bem como, para fundamentar determinadas decisões gerenciais.

A dívida líquida (ativos financeiros líquidos), em conjunto com EBITDA, é uma medida utilizada em obrigações (covenants) relacionadas com alguns de nossos contratos de empréstimos. Para maiores informações veja os itens 10.1.f.i e 10.1.f.iv.

3.2 - Medições Não Contábeis

Com a aquisição da Unipar Indupa, a Companhia assumiu um débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls AG, sobre o qual incide encargos de 3% ao ano e será amortizado em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA para os três últimos exercícios sociais:

Consolidado Medições não contábeis (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Lucro Líquido	172.358	547.440	306.264
Imposto de Renda/Contribuição Social	84.252	129.297	30.597
Resultado Financeiro Líquido	140.921	153.905	93.836
Depreciação e amortização	183.080	176.380	200.102
EBITDA	580.611	1.007.022	630.799

Reconciliação da Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Dívida Líquida para os três últimos exercícios sociais:

Consolidado Medições não contábeis (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Total dos empréstimos	677.548	1.027.846	840.368
Caixa e equivalentes de caixa	301.525	201.542	78.559
Aplicações financeiras	213.158	659.939	323.243
Dívida Líquida (ativos financeiros líquidos)	162.865	166.365	438.566

c. motivo pelo qual a administração da Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

O EBITDA é um indicador não contábil utilizado pela administração da Companhia para aferir o seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicador financeiro utilizado para avaliar os resultados de uma companhia sem influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia entende que o EBITDA é um indicador adicional às demonstrações financeiras. No entanto, não é medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Dessa forma, não deve ser utilizado como base de distribuição de dividendos ou como substitutos ao lucro líquido e fluxo de caixa operacional, tampouco como indicador de desempenho operacional ou de liquidez. Ademais, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medida com título semelhante fornecido por outras companhias.

3.2 - Medições Não Contábeis

Dívida Líquida

A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação da sua posição financeira e do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, nos contratos financeiros, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (*covenants* financeiros) que utilizam a Dívida Líquida (ativos financeiros líquidos) como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos constitutivos da dívida. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, bem como os índices financeiros (*covenants* financeiros) a que a Companhia está sujeita, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2020, foram deliberadas e aprovadas as disposições do Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

Em fato relevante de 31 de janeiro de 2020, a Companhia divulgou ao mercado que a Vila Velha informou à Companhia a celebração de Acordo de Acionistas entre Vila Velha e o Sr. Aníbal do Vale que se insere no contexto de término do processo de sucessão do Sr. Aníbal do Vale como Diretor Presidente da Companhia, e condição de acionista investidor e futuro integrante da administração da Vila Velha.

Em 12 de fevereiro de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 3.862.569 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 790.504 ações ordinárias; (ii) 123.503 ações preferenciais classe “A”; e (iii) 2.948.562 ações preferenciais classe “B”. Tal cancelamento não implicou em alteração do valor de seu capital social.

Em 13 de maio de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o segundo programa de recompra de ações da Companhia com limite máximo de ações a serem adquiridas, em uma série de operações, de até 771.634 ações ordinárias, 193.605 ações preferenciais classe “A” e 4.578.069 ações preferenciais classe “B” de emissão da Companhia, com prazo entre 14 de maio de 2020 e 13 de novembro de 2021. Em 17 de julho de 2020, foi aprovado o aditamento ao plano, alterando-se o limite máximo de a ações a serem adquiridas pela Companhia para: 1.316.294 ações ordinárias e 203.425 ações preferenciais classe “A”, mantendo-se inalterado o limite para as ações preferenciais classe “B”.

Em 09 de julho de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 2.201.300 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 758.400 ações ordinárias; (ii) 78.500 ações preferenciais classe “A”; e (iii) 1.364.400 ações preferenciais classe “B”. Tal cancelamento não implicou em alteração do valor de seu capital social.

Em 06 de outubro de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 1.184.000 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 695.400 ações ordinárias; (ii) 70.200 ações preferenciais classe “A”; e (iii) 418.400 ações preferenciais classe “B”. Tal cancelamento não implicou em alteração do valor de seu capital social.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
a) Regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em sua Política de Destinação de Resultados aprovada em 31 de julho de 2019, seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia previa a seguinte destinação para o seu lucro do exercício: (i) a participação dos empregados nos lucros ou resultados, respeitados os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados e observadas as disposições legais; (ii) a participação dos administradores no lucro social em valor até o teto legal admitido; (iii) 5% (cinco por cento) para formação de fundo de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (iv) pagamento de dividendo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por ações preferenciais Classe “A”, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% (cento e dez por cento) do atribuído a cada ação ordinária (v) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva especial para dividendos. e (vi) o saldo restante, respeitado o eventual registro de lucros na reserva de lucros a realizar, será levado à reserva para investimentos.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia previa a seguinte destinação para o seu lucro do exercício: (i) a participação dos empregados e administradores, nessa ordem, nos lucros ou resultados, conforme disposições legais; (ii) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (iii) pagamento de dividendo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano, nos termos do seu estatuto social; (iv) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva especial para dividendos até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; e (v) saldo restante, respeitado o eventual registro de lucros na reserva de lucros a realizar, para reserva para investimentos.	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia previa a seguinte destinação para o seu lucro do exercício: (i) a participação dos empregados e administradores, nessa ordem, nos lucros ou resultados, conforme disposições legais; (ii) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (iii) pagamento de dividendo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano, nos termos do seu estatuto social; (iv) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva especial para dividendos até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; e (v) saldo restante, respeitado o eventual registro de lucros na reserva de lucros a realizar, para reserva para investimentos.
a) i. Valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou retenções em seu lucro líquido, sendo que (i) R\$8.675.235,20 foram	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou retenções em seu lucro líquido, sendo que (i) R\$26.402.015,71 foram	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou retenções em seu lucro líquido, sendo que (i) R\$15.132.872,41 foram

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
	destinados à reserva legal; (ii) R\$8.675.235,20 foram destinados à reserva especial para dividendos; e (iii) R\$114.946.866,44 foram destinados à reserva para investimentos.	destinados à reserva legal; (ii) R\$26.402.015,71 foram destinados à reserva especial para dividendos; e (iii) R\$349.826.708,19 foram destinados à reserva para investimentos.	destinados à reserva legal; (ii) R\$15.132.872,41 foram destinados à reserva especial para dividendos; e (iii) R\$200.510.559,49 foram destinados à reserva para investimentos.
a) ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal: 5% Reserva especial: 5% Reserva de investimento: 66%	Reserva legal: 5% Reserva especial: 5% Reserva de investimento: 64%	Reserva legal: 5% Reserva especial: 5% Reserva de investimento: 65%
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2019, o estatuto social da Companhia previa que (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo; (ii) os acionistas titulares de ações preferenciais classe “A” tinham direito a dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por essa classe de ação; e e (iii) os acionistas titulares de ações preferenciais classe “B” tinham prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.	Em 31 de dezembro de 2018, o estatuto social da Companhia previa que (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo; (ii) os acionistas titulares de ações preferenciais classe “A” tinham direito a dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por essa classe de ação; e e (iii) os acionistas titulares de ações preferenciais classe “B” tinham prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.	Em 31 de dezembro de 2017, o estatuto social da Companhia previa que (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo; (ii) os acionistas titulares de ações preferenciais classe “A” tinham direito a dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por essa classe de ação; e e (iii) os acionistas titulares de ações preferenciais classe “B” tinham prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2019, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos, sempre que houvesse lucro ou reservas de lucros. Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderia declarar e distribuir dividendos intermediários à conta do lucro apurado (i) com base no balanço semestral e (ii) com base em	Em 31 de dezembro de 2018, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos, sempre que houvesse lucro ou reservas de lucros. Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderia declarar e distribuir dividendos intermediários à conta do lucro apurado (i) com base no balanço semestral e (ii) com base em	Em 31 de dezembro de 2017, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos, sempre que houvesse lucro ou reservas de lucros. Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderia declarar e distribuir dividendos intermediários à conta do lucro apurado (i) com base no balanço semestral e (ii) com base em

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
	balanços levantados em períodos menores.	balanços levantados em períodos menores.	em balanços levantados em períodos menores.
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e) política de destinação de resultados	A Companhia possui Política de Destinação de Resultados aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2019. A política está disponível no site da CVM (http://www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.unipar.com).	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía política de destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía política de destinação de resultados.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	164.829.468,86	501.638.298,53	287.524.575,87
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	11,778579	39,186024	30,542891
Dividendo distribuído total	41.207.367,22	125.409.574,62	71.881.143,97
Lucro líquido retido	132.297.336,83	402.630.739,61	230.776.304,31
Data da aprovação da retenção	03/04/2020	17/04/2019	18/04/2018

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório							
Ordinária		13.530.277,18	22/04/2020	8.303.716,63	30/04/2019	23.218.798,70	30/04/2018
Preferencial	Preferencial Classe A	1.878.406,49	22/04/2020	724.398,19	30/04/2019	46.278.189,98	30/04/2018
Preferencial	Preferencial Classe B	25.798.683,55	22/04/2020				
Preferencial	Preferencial Classe B			16.381.459,80	30/04/2019		
Ordinária				32.301.654,39	30/10/2018		
Preferencial	Preferencial Classe A			3.009.398,22	30/10/2018		
Preferencial	Preferencial Classe B			64.688.947,39	30/10/2018		
Dividendo Prioritário Mínimo							
Preferencial	Preferencial Classe A					2.384.155,29	30/04/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

A movimentação da reserva de lucros a realizar durante os exercícios de 2017, 2018 e 2019 foi a seguinte (em R\$ mil):

Saldo em 31 de dezembro de 2016	294.134
Realização da reserva em 2017	
Efeitos de depreciação e amortização de mais-valia de ativos	(19.229)
Dividendos intermediários	(254.365)
Total realizado ⁽¹⁾	<u>273.594</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20.540
Realização da reserva em 2018	
Dividendos intermediários	(20.540)
Total realizado ⁽¹⁾	<u>(20.540)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-

⁽¹⁾ Utilização da reserva de lucros a realizar para dividendos.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	2.235.598.000,00	Índice de Endividamento	60,11577325	
	0,00	Outros índices	0,28000000	Dívida Líquida/EBITDA 12 meses: Em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Líquida Consolidada da Companhia era de R\$ 162,8 milhões e o EBITDA era R\$580,6 milhões, representando um índice Dívida Líquida/EBITDA de 0,28 vezes. Por Dívida Líquida entende-se o cálculo entre os empréstimos (circulante e não circulante), menos o caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras (circulante e não circulante). A Companhia entende que o índice Dívida Líquida/EBITDA 12 meses representa, de forma mais apropriada, o seu nível de endividamento, pois reflete quantos exercícios seriam necessários para pagar a dívida desconsiderando outros fatores, notadamente, os impostos.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		5.046.336,62	3.771.981,55	0,00	0,00	8.818.318,17
Empréstimo	Quirografárias		73.368.869,23	135.114.033,62	12.424.221,98	3.300.908,65	224.208.033,48
Títulos de dívida	Quirografárias		99.151.290,20	209.562.927,50	136.232.959,17	0,00	444.947.176,87
Total			177.566.496,05	348.448.942,67	148.657.181,15	3.300.908,65	677.973.528,52

Observação

As informações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Os critérios utilizados para a segregação de suas dívidas foram os seguintes:

A tabela informa o montante de obrigações (empréstimos, financiamentos e debêntures). Dívidas sem garantia real ou fluante, independentemente do fato de possuírem garantia fidejussória, foram classificadas como dívidas quirografárias. Dívidas garantidas com bens de terceiros, por não onerarem bens do emissor, foram consideradas também como dívidas quirografárias. As dívidas quirografárias são compostas por emissões de debêntures, empréstimos com o BNDES, entre outros.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Nos contratos de dívidas da Companhia existem cláusulas de inadimplemento cruzado, que são condições padrão em instrumentos de financiamento em geral, cujo descumprimento pelo devedor pode resultar na declaração de vencimento antecipado do saldo em aberto de determinada dívida, que, por sua vez, poderá constituir hipótese de vencimento antecipado de outras dívidas. Atualmente, a Companhia é devedora em emissões de debêntures simples e notas promissórias cujos instrumentos contemplam hipóteses de vencimento antecipado automático da respectiva dívida em caso de declaração de vencimento antecipado de outras dívidas. A Companhia não tem como garantir que não irá contrair outras dívidas cujos instrumentos/contratos prevejam cláusula de inadimplemento cruzado, bem como não pode garantir que as dívidas correspondentes não vencerão antecipadamente. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os seus ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos respectivos instrumentos/contratos vigentes à época.

Com a aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C., a Companhia assumiu por meio de suas controladas um débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre a qual incide encargos de 3% a.a. e será amortizada em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia tem como atividade principal a atuação no setor de soda cáustica, PVC (policloreto de vinila), cloro e derivados e os seus principais produtos são: soda cáustica, PVC, cloro, hipoclorito de sódio, ácido clorídrico e dicloroetano (“EDC”). Os riscos descritos a seguir são os que a administração da Companhia entende que, sob condições desfavoráveis, podem afetar significativamente os negócios da Companhia de maneira adversa, mesmo durante períodos de aumento de demanda de seus produtos. Entretanto, outros riscos e incertezas podem vir a prejudicar as atividades da Companhia no futuro. Os fatores de risco estão expostos em ordem de relevância (do mais relevante para o menos relevante).

a. à Companhia

Crises econômicas e políticas no Brasil e na Argentina podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

Incertezas no cenário político brasileiro provocam alta volatilidade nos mercados, impactando os resultados de curto prazo, e não dá visibilidade quanto ao comportamento futuro da economia, impedindo a melhor utilização dos ativos e inibindo os investimentos. São vários pontos de preocupação que podem afetar o nosso resultado: crescimento econômico, inflação, nível de renda e emprego, taxa de juros, câmbio, política fiscal, disponibilidade de mão de obra qualificada, infraestrutura deficiente, liquidez nos mercados domésticos de capitais e de empréstimos, elevação do custo de capital humano, entre outros.

Além disso, as medidas do governo argentino com relação à economia, inclusive as decisões relativas à inflação, a taxa de juros, controle de preços, controles cambiais e impostos, tiveram e ainda podem ter um efeito adverso significativo sobre o setor privado. As condições econômicas da Argentina deterioraram-se rapidamente no passado.

A Companhia não é capaz de estimar plenamente o impacto dos acontecimentos políticos e macroeconômicos argentinos e brasileiros em seus negócios. Além disso, há muita incerteza quanto às políticas econômicas vigentes e a serem implementadas em tais países, ainda mais no atual cenário de pandemia do Covid-19 que trouxe uma enorme imprevisibilidade ao comportamento da economia. Dessa forma, a Companhia não pode prever quais políticas/medidas econômicas serão adotadas pelos governos argentino e brasileiro e se e como poderão afetar negativamente as economias daqueles países, os negócios da Companhia ou sua condição financeira.

Alterações na capacidade de geração de caixa pode causar um efeito adverso nos resultados da Companhia.

Qualquer alteração na capacidade de geração de caixa da Companhia e suas controladas na atividade de soda, PVC, cloro e derivados pode causar um efeito adverso nos resultados da Companhia, impactando a nossa capacidade de declarar dividendos e honrar com nossas obrigações, dentre elas, as obrigações financeiras. Alguns dos principais fatores que podem alterar a capacidade de geração de caixa são mencionados nos subitens de fornecedores e clientes.

A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de capital para investimento em capital de giro e capital fixo.

Além do capital próprio e dos recursos gerados nas operações correntes, a Companhia poderá necessitar de novos recursos para seu plano de investimentos, considerando as opções de financiamento disponíveis no mercado. Entretanto, não é possível assegurar que (i) tais recursos estarão disponíveis no futuro, (ii) os custos desses recursos serão compatíveis com o retorno esperado do negócio ou (iii) os termos e condições para contratação desses recursos serão razoáveis e em linha com aqueles atualmente contratados pela Companhia, o que pode restringir o crescimento e desenvolvimento de nossas atividades.

A diminuição das tarifas de importação de soda cáustica e PVC pode reduzir nossa competitividade perante os produtos importados.

Os preços finais pagos pelos importadores de soda cáustica e PVC incluem tarifas de importação e, no caso do PVC, também há tarifas *antidumping*. Consequentemente, qualquer mudança nessas tarifas que forem determinadas pelo

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Governo Federal pode exercer influência sobre os preços praticados no mercado local. A negociação de acordos comerciais e de livre comércio conduzida pelo Governo Federal pode eventualmente acarretar diminuições nas tarifas brasileiras incidentes sobre as importações de produtos químicos e, conseqüentemente, reduzir a competitividade de nossos produtos em relação aos produtos importados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos podem causar efeitos adversos nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Em caso de desfecho desfavorável dos processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas nos quais a Companhia é parte, a liquidez da Companhia poderá ser reduzida, impactando negativamente os nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. As avaliações sobre cada processo são realizadas periodicamente e aqueles considerados como perda provável por nossos advogados são provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Investigações conduzidas por autoridades públicas com relação a gestões passadas da Companhia, que podem afeta-la adversamente.

A Companhia não é parte em nenhuma investigação conduzida por autoridades públicas sobre o tema. Vale ressaltar que a Companhia foi informada pelos advogados do controlador indireto, Sr. Frank Geyer Abubakir, da existência de acordo celebrado entre ele e o Ministério Público Federal, aos 9 de novembro de 2015, homologado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), aos 29 de março de 2016, pelo qual o Ministério Público Federal se comprometeu inclusive, nos termos de Cláusula 10, a não instaurar inquérito civil ou propor ações cíveis ou de improbidade administrativa em face de referido controlador ou de suas empresas, exceto em caso de rescisão imputável ao controlador indireto.

A Companhia pode não conseguir atender às cláusulas restritivas (covenants) de seus contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) existentes em contratos de empréstimos e financiamentos de que é parte, com base em indicadores financeiros. Esses compromissos são usuais em operações de mesma natureza e não limitam a capacidade de condução dos negócios da Companhia.

Caso a Companhia não seja capaz de atender ou renegociar de maneira favorável os *covenants* financeiros estabelecidos com seus credores em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, poderá estar sujeita ao vencimento antecipado de suas dívidas e ter acesso limitado a novas linhas de financiamento, afetando adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia. Para mais informações sobre os contratos de empréstimo e financiamento e os respectivos *covenants*, veja o item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Investimentos feitos ou a serem feitos pela podem se provar malsucedidas.

A Companhia está sujeita a certos riscos quando da realização de aquisições, dentre os quais cabe citar:

- O desempenho do ativo adquirido não alcançar o resultado esperado;
- Dificuldade em manter pessoas essenciais das empresas adquiridas;
- Ocorrência de passivo oculto;
- Implicações relacionadas à defesa da concorrência;
- Dificuldade em materializar as sinergias e/ou economias de escala esperada; entre outros.

Uma aquisição malsucedida possivelmente não concretizará as previsões de sinergia de custos, crescimento de receita e níveis de integração da Companhia, podendo resultar em rentabilidade abaixo da esperada ou, até mesmo, prejuízo.

Além disso, a Companhia pode fazer investimentos e/ou parcerias estratégicas que poderão gerar contingências não previstas, sem qualquer garantia de sucesso no tempo esperado, podendo ainda sofrer multas, sanções ou restrições de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

órgãos reguladores, mesmo que as tenha feito de forma legal e transparente.

Os custos e despesas da Companhia com colaboradores podem ser aumentados em decorrência de negociações com sindicatos de trabalhadores.

As despesas/custos com pessoal estão sujeitas, além das flutuações da demanda e oferta do mercado de mão de obra, a negociações contínuas de salários e condições de trabalho com sindicatos por meio de acordos coletivos, que podem resultar em aumentos reais de custos e/ou restrições operacionais para a Companhia.

As apólices de seguros contratadas podem não ser suficientes para cobrir integralmente potenciais gastos que a Companhia possa vir a incorrer.

Apesar das medidas de prevenção adotadas pela Companhia, as operações das indústrias de produtos químicos estão sujeitas a eventuais acidentes e prejuízos decorrentes de incêndios, explosões, vazamento de produtos e insumos, catástrofes naturais, dentre outros. Adicionalmente, a Companhia pode ser obrigada a arcar com custos de natureza indenizatória ou de reconstrução para depois buscar recuperação dos valores junto às seguradoras. Neste contexto, as apólices de seguros contratadas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir integralmente potenciais gastos que venha a incorrer, exercendo reflexo negativo relevante na situação patrimonial da Companhia.

Falhas nos sistemas de informação podem afetar adversamente o desempenho da Companhia.

As operações da Companhia têm grande dependência do correto funcionamento dos seus sistemas de tecnologia da informação para o registro das vendas, do controle de custos, movimentação de estoques e registro de contas a pagar e a receber, entre outros. Qualquer falha significativa nos sistemas da Companhia, incluindo falhas que impedem seu funcionamento adequado, pode causar erros de transação, ineficiências de processos e perdas de clientes e vendas, resultando em consequências negativas para funcionários e parceiros comerciais, além de um impacto negativo nas operações, reputação e poderá afetar o desempenho da Companhia de forma adversa.

b. aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

A Companhia poderá realizar oferta pública de ações e/ou títulos conversíveis em ações diluindo as participações acionárias de seus acionistas.

A Companhia pode vir a ter interesse em captar recursos no futuro, por meio de oferta pública de ações e/ou títulos conversíveis em ações, o que poderá resultar em diluição da participação acionária do atual controlador e demais acionistas no capital social da Companhia.

c. aos acionistas da Companhia

A Companhia acredita não estar exposta, atualmente, a quaisquer riscos relacionados aos seus acionistas.

d. às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia depende da distribuição de dividendos de suas controladas e pode ser afetada adversamente caso suas controladas tenham o seu desempenho prejudicado.

A Companhia é controladora de sociedades que desenvolvem atividades específicas. A capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas também está relacionada ao fluxo de caixa e lucros de suas controladas, as quais estão sujeitas, dentre outros, aos mesmos riscos operacionais, societários e regulamentares a que a Companhia está sujeita, conforme descritos neste item 4.1. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das controladas da Companhia serão positivos, o que pode afetar seu resultado e o valor das ações emitidas pela Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e. aos fornecedores da Companhia

Interrupções ou restrições no fornecimento de determinados insumos básicos utilizados na produção da Companhia podem afetar seus resultados operacionais e financeiros.

Os principais insumos e matérias primas utilizados pela Companhia são energia elétrica, sal, água, gás natural, vapor e etileno que representam conjuntamente cerca de 95% dos custos de insumos da Companhia.

Devido à volatilidade dos preços no mercado, o aumento do valor dos insumos básicos de produção pode influenciar a composição de custos da Companhia, afetando sua competitividade e seu resultado, tendo em vista que incrementos significativos nos preços de aquisição de energia elétrica e encargos incidentes sobre os mesmos podem afetar desfavoravelmente as margens operacionais da Companhia.

O custo de eletricidade é um dos componentes mais importantes dos custos de produção da Companhia. Se a Companhia não conseguir garantir um acesso confiável à energia elétrica, o que pode acontecer inclusive por um risco de racionamento que obrigue a Companhia a reduzir a produção ou enfrentar maiores custos, os resultados de suas operações poderão ser afetados negativamente. Atualmente, a Companhia possui contratos de fornecimento de energia elétrica com vencimentos em 2022 e 2024 no Brasil, e conta com o fornecimento de energia elétrica na planta de Bahia Blanca, na Argentina, através de sua controlada Solalban Energia S.A.

Os demais insumos utilizados pela Companhia são importados ou adquiridos de determinados fornecedores, a exemplo do etileno, o qual é adquirido da Braskem e da Dow Química pela Companhia e suas controladas, de modo que eventuais interrupções ou restrições de fornecimento podem afetar a sua produção e, conseqüentemente, os seus resultados operacionais e financeiros.

f. aos clientes da Companhia

A inadimplência por parte dos clientes ou o não recebimento, por parte da Companhia, podem afetar negativamente nossas receitas.

Nossa política de vendas está intimamente associada ao nível de risco de crédito que estamos dispostos a nos sujeitar no curso de nossos negócios. As vendas da Companhia apresentam baixa concentração, não havendo clientes responsáveis por mais de 10% da receita. Existe a possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas dos nossos produtos., o que pode se fazer necessárias provisões para contas incobráveis, resultando em um efeito adverso sobre o fluxo de caixa e os resultados das operações da Companhia.

Cenários de grave crise econômica com restrição ao crédito podem alterar qualidade do crédito de nossos clientes, aumentando a inadimplência e levando a Companhia a perdas.

A Companhia poderá não ser capaz de manter o relacionamento com clientes chave responsáveis por parcela significativa de sua receita.

A Companhia e suas controladas dependem de determinados clientes chave no segmento de PVC e a perda de qualquer um deles, em decorrência de fatores que podem não estar em seu controle, poderá reduzir suas receitas e participação no mercado, afetando negativamente a lucratividade da Companhia e de suas controladas.

g. aos setores da economia nos quais a Companhia atua

O desempenho do mercado internacional pode afetar diretamente o desempenho da Companhia no mercado nacional.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O desempenho do mercado internacional pode afetar diretamente os preços, concorrência, a oferta e demanda da indústria dos setores da economia brasileira em que a Companhia atua, podendo afetar o seu *market share* e a sua rentabilidade.

A soda cáustica, o PVC e o EDC no mercado brasileiro têm como referência de precificação o valor dos produtos spot de exportação do mercado internacional, de modo que aumentos na demanda ou na importação destes produtos podem gerar um desequilíbrio na equação oferta-demanda destes produtos no mercado nacional.

Ademais, as condições internacionais de oferta destes produtos, devido entrada de novos competidores na indústria ou o aumento de capacidade de competidores já existentes, pode exercer pressão negativa nos preços praticados no mercado brasileiro, afetando desfavoravelmente a demanda por soda cáustica, PVC e EDC e, conseqüentemente, gerando reflexos no volume de vendas da Companhia, causando redução da receita e lucratividade.

O desempenho de atividades no mercado de cloro e soda depende da importância relativa da soda cáustica e do cloro, bem como do balanceamento verificado entre suas demandas em determinado período. Caso a Companhia não consiga destinar a produção de soda, cloro e derivados em proporções semelhantes, a produção poderá ficar prejudicada sem a maximização da utilização da capacidade instalada das plantas.

h. à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

A Companhia pode ser afetada adversamente pela imposição de leis e regulamentos ambientais mais severos.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos ambientais. Assim como outras empresas que desenvolvem atividades químicas, a Companhia obtém licenças para as suas unidades industriais junto aos órgãos ambientais competentes, que podem, adicionalmente, prescrever condutas específicas como condição para regular a execução de suas atividades. Os regulamentos ambientais aplicam-se, em particular, à emissão, ejeção e emanação de produtos e subprodutos resultantes da atividade industrial da Companhia, sob a forma sólida, líquida ou gasosa. Mudanças nestas leis e regulamentos ou nas políticas ambientais existentes, com o fim de torná-los mais severos, podem nos afetar adversamente. Adicionalmente, é possível que alterações na legislação ambiental, bem como na interpretação das autoridades competentes sobre as leis e regulamentos existentes, exijam investimentos adicionais relativos a questões ambientais, para a manutenção de nossas plantas e operações de acordo com a legislação vigente.

i. aos países em que a Companhia atua

Flutuações das taxas de juros poderiam elevar o custo do serviço da dívida e impactar o resultado financeiro.

As despesas financeiras são afetadas por mudanças das taxas de juros que incidem sobre a dívida com taxas variáveis. A TJLP, o BADLAR, a SELIC e a taxa CDI podem oscilar em função da expansão ou contração da economia, inflação, políticas do governo e outros fatores. Qualquer aumento significativo nessas taxas de juros poderia afetar negativamente as despesas financeiras e os resultados financeiros como um todo da Companhia.

Rebaixamento na classificação de risco do Brasil, da Companhia ou dos títulos de dívida da Companhia poderiam resultar em aumentos das taxas de juros e de outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida.

Atualmente a Fitch Ratings atribui classificação à Companhia em escala nacional longo prazo de AA com perspectiva estável. A classificação de crédito da Companhia é sensível a qualquer variação da nota de crédito soberana do Brasil. Qualquer decisão dessa agência de classificação de rebaixar as classificações da Companhia e seus títulos de dívida no futuro poderiam aumentar as taxas de juros relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida.

A volatilidade e a falta de liquidez dos mercados brasileiro e argentino de valores mobiliários poderão limitar a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia e das suas controladas pelo preço e na

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ocasião em que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil e Argentina, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais. Os mercados brasileiro e argentino de valores mobiliários são substancialmente menores, menos líquidos e mais concentrados, podendo ser mais voláteis do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. A volatilidade e falta de liquidez desses mercados podem limitar consideravelmente a capacidade dos titulares de ações da Companhia e das suas controladas de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Diante de determinadas situações, os titulares dessas ações poderão não receber dividendos ou recebê-los em valor inferior ao mínimo obrigatório.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e Política de Destinação de Resultados, deve-se pagar aos seus respectivos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em determinadas situações, contudo, a Companhia pode não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao nosso dividendo obrigatório. Dentre elas:

- caso o lucro líquido seja capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- caso a Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social;
- caso o fluxo de caixa e o lucro da controlada, bem como a distribuição desses lucros para a Companhia sob a forma de dividendos, inclusive dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, não ocorra, fazendo com que nosso dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício; e/ou
- a existência de restrições nos contratos de financiamento da Companhia à distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

Fatores relacionados à infraestrutura dos países em que a Companhia atua podem impactar negativamente os seus negócios.

Fatores relacionados à infraestrutura dos países nos quais as fábricas da Companhia estão localizadas, quais sejam Brasil e Argentina, podem impactar negativamente os seus negócios, causando uma redução do volume de vendas, da receita líquida e, conseqüentemente, da rentabilidade da Companhia. A título exemplificativo, os clientes da Companhia com atuação global podem passar a importar insumos ou produtos finais em função do aumento do custo de matérias-primas no mercado nacional, reduzindo a demanda pelos nossos produtos.

Alterações na legislação fiscal.

O governo pode vir a introduzir mudanças que resultem em aumento de carga tributária sobre as operações da Companhia e da sua cadeia produtiva (fornecedores e clientes). Tais mudanças incluem alterações de alíquotas e, potencialmente, a criação de novos tributos. Futuras alterações na legislação fiscal poderão resultar em elevação da carga tributária a que a Companhia está exposta. Podemos ser obrigados a repassar a totalidade ou uma parte significativa destes aumentos de impostos nos preços dos nossos produtos, que podem afetar adversamente a demanda por nossos produtos e, conseqüentemente, nossos negócios, condição financeira, afetando o nosso resultado.

j. questões socioambientais

A adesão a certos tratados relacionados ao meio ambiente pode levar a custos e investimentos adicionais à Companhia.

A Convenção de Minamata sobre Mercúrio, datada de 10 de outubro de 2010, estabeleceu medidas de controle e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

diminuição do uso do mercúrio em uma série de processos produtivos e produtos, dentre eles, a produção de soda e cloro. O instrumento de ratificação brasileira foi depositado na sede das Nações Unidas em Nova York em 08 de agosto de 2017. O tratado estabelece que as plantas que utilizam a tecnologia de mercúrio em seu processo produtivo devem ser interrompidas, incluindo os produtores de cloro/álcalis.

Neste contexto, far-se-á necessário que a Companhia incorra em custos e investimentos adicionais no futuro para efetuar tal substituição.

Os produtos que fabricamos estão sujeitos a risco de incêndio, explosões e outros perigos.

A fabricação de produtos químicos está sujeita a riscos, tais como incêndios, explosões, contaminação ambiental, dentre outros acidentes, derivados dos processos de produção e armazenamento e utilização de insumos, tais como energia e gás. Esses riscos podem resultar em danos pessoais e perda de vidas, graves danos ou destruição de imóveis, equipamentos e danos ambientais. Um acidente em nossa planta pode nos obrigar a suspender temporariamente ou permanentemente nossas operações, resultando em altos custos de remediação e perdas financeiras.

Eventos climáticos podem afetar de forma adversa as operações da Companhia.

Mudanças climáticas como chuvas intensas, ondas de calor, enchentes, furacões, e até secas prolongadas, representam forças de grande intensidade que, somadas à impossibilidade de prevê-los com exatidão, podem afetar direta ou indiretamente a Companhia, pois sem qualquer adaptação, será difícil manter níveis de produção e eficiência operacional. Ademais, clientes e reguladores podem vir a ser mais exigentes, examinando minuciosamente as práticas sustentáveis da Companhia.

Assim eventos climáticos podem impactar na:

- logística de distribuição e produção dos nossos produtos, dificultando ou impossibilitando o acesso às plantas que estão situadas nas cidades de Cubatão e Santo André, no Estado de São Paulo (Brasil) e Bahía Blanca na Provincia de Buenos Aires (Argentina);
- redução da disponibilidade de insumos relevantes para produção como, por exemplo, a energia elétrica que se adapta às mudanças na intensidade e distribuição de chuvas durante o ano;
- redução da demanda dos clientes por nossos produtos como, por exemplo, no potencial racionamento de água na região sudeste;
- entre outros eventos que venham a afetar as estruturas das plantas e suas capacidades de utilização em bases normais.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles inerentes às suas atividades, sendo os riscos mais significativos aos quais estamos expostos os seguintes:

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem principalmente em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

O risco de crédito de contas a receber de clientes é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes poderá gerar perdas para a Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios.

Nossa política de vendas está intimamente associada ao nível de risco de crédito que estamos dispostos a nos sujeitar no curso de nossos negócios. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo consolidado da provisão para devedores duvidosos era de R\$ 64,5 milhões no Consolidado e de R\$ 11,0 milhões na Controladora. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo consolidado da provisão para devedores duvidosos era de R\$ 182,2 milhões no Consolidado e de R\$ 13,1 na Controladora. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo era de R\$ 135,9 milhões no Consolidado e de R\$ 13,1 milhões na Controladora.

O risco de crédito de instituições financeiras decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações estavam distribuídas em fundos de investimentos não exclusivos, com carteiras compostas, substancialmente, por títulos públicos e privados com remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, possibilidade de resgate a qualquer momento, sendo os ativos dos fundos classificados, preponderantemente, como baixo risco de crédito, além de aplicações diretas em instituições financeiras por meio de CDBs, compromissadas e letras financeiras.

Com relação às aplicações financeiras em instituições financeiras e aplicações em debêntures de outras empresas privadas, a Companhia executa regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção por meio de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, entre outras. A Companhia realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências especializadas (agências de rating e de diagnóstico de crédito).

Além disso, a Companhia mantém o monitoramento do cumprimento de seus procedimentos de seleção de instituições financeiras. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A gestão do risco de liquidez visa assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e de empréstimos. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender suas atuais necessidades, o que inclui: capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Faz parte do negócio da Companhia a constante avaliação de oportunidades de investimentos. O financiamento destes investimentos poderá ser realizado: com o caixa gerado pela nossa operação, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação dessas opções.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas as taxas de juros variáveis. A Companhia não tem celebrado contratos de instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos.

O aumento da despesa financeira em função do aumento das taxas de juros e do CDI é parcialmente compensado pelo aumento das receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras e demais contas a receber corrigidas pelo CDI.

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou nas transações indexadas a Selic, IPCA e CDI, as taxas válidas para o dia 31 de dezembro de 2019.

Os testes de sensibilidade consideram uma deterioração da taxa em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme tabela a seguir:

			Cenário Provável		Cenário I - deterioração 25%		Cenário II - deterioração 50%	
Exposição de contratos - Consolidado	Exposição Líquida	Taxa Cenário 31.12.2019	Taxa	Efeito no Resultado	Taxa	Efeito no Resultado	Taxa	Efeito no Resultado
CDI	89.772	4,40%	4,40%	-	5,50%	(744)	6,60%	(1.507)
IPCA	24.570	3,22%	3,21%	34	4,01%	(23)	5,63%	(78)
SELIC	2.777	4,50%	4,50%	-	5,63%	(7)	6,75%	(14)

Risco com taxa de câmbio

A Companhia está suscetível à variação cambial em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano.

A estratégia para o gerenciamento do risco de variação cambial deve ser defensiva, tratando de proteger os resultados financeiros e o fluxo de caixa contra os movimentos adversos das taxas de câmbio. Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições aos instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através de planilhas e monitoramento de preços e curvas de mercado.

Apresentamos a seguir um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade da exposição patrimonial da Companhia à volatilidade das taxas de câmbio (dólar norte-americano) que busca mensurar a materialidade desse risco nos resultados da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

Consolidado	Moeda estrangeira (em milhares)	Reais (em milhares)
Equivalentes de Caixa	4	15
Empréstimos de curto e longo prazo	(825)	(3.324)
Débito com terceiros	(136.846)	(551.586)
Contas a receber de clientes	28.703	115.693
Outros ativos circulantes	960	3.868

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Consolidado	Moeda estrangeira (em milhares)	Reais (em milhares)
Fornecedores	(5.134)	(20.693)
Outros passivos circulantes	(123)	(494)
Exposição Líquida Total R\$	(113.261)	(456.521)
<i>Taxa de câmbio (R\$/US\$)</i>	4,0307	-

A Companhia, para fins de análise de sensibilidade nas transações financeiras que envolvem exposição à variação cambial (basicamente empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras), utilizando dados apresentados no relatório de mercado Focus (BACEN), estima cenários prováveis e cenários adversos, considerando 25% e 50% de deterioração sobre o cenário provável, conforme abaixo.

	Exposição Líquida	Taxa Cenário 31.12.2019	Cenário Provável		Cenário I - deterioração 25%		Cenário II - deterioração 50%	
			Taxa	Efeito no Resultado	Taxa	Efeito no Resultado	Taxa	Efeito no Resultado
Consolidado	456.521	4,0307	4,3873	(40.389)	5,4841	(114.130)	6,5810	(228.261)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como processos relevantes aqueles que a Companhia, individualmente ou, quando tratarem de matérias conexas, conjuntamente: (i) tiverem risco de condenação igual ou superior a R\$ 5 milhões; e (ii) possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza tributária

Processo Administrativo Tributário n.º 16539.720011/2013-02.	
a. juízo	Receita Federal.
b. instância	1ª Instância Administrativa.
c. data de instauração	05.07.2013.
d. partes no processo	Autor: Receita Federal. Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 9.848.327,04
f. principais fatos	Discussão sobre base de cálculo de CSLL do ano calendário de 2008. Protocolizada impugnação na Receita Federal. Remessa dos autos à Delegacia da Receita Federal para análise e julgamento da impugnação.
g. chance de perda:	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor em discussão.
Processo Administrativo Tributário n.º 19515.720615/2011-45.	
a. juízo	Receita Federal – Ribeirão Preto.
b. instância	1ª Instância Administrativa.
c. data de instauração	14.09.2011.
d. partes no processo	Autor: Delegacia da Receita Federal – SP. Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 1.776.594,69
f. principais fatos	Trata-se de ação que visa à cobrança dos valores incidentes da contribuição previdenciária sobre gratificação eventual paga pela Companhia. Apresentada impugnação pela Companhia. Impugnação julgada improcedente. Apresentado recurso voluntário. Aguarda-se julgamento.
g. chance de perda:	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor em discussão.

Processo Administrativo Tributário n.º: 15374-990238/2009-96; 15374.000678/2010-00	
a. juízo	DERAT – Receita Federal – Rio de Janeiro.
b. instância	1ª Instância Administrativa.
c. data de instauração	06.04.2009/04.12.2009/26.12.2011
d. partes no processo	Autor: Receita Federal. Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 11.684.566,77
f. principais fatos	Trata-se de compensação de crédito decorrente de Saldo Negativo de CSLL,

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	com débitos decorrentes do recolhimento por estimativa de IRPJ e CSLL. Foi ratificada a existência de parte do crédito de Saldo Negativo de CSLL utilizado na compensação. O recolhimento por estimativa que compôs a formação do Saldo Negativo de CSLL supostamente não constaria entre os valores do PA nº. 10768.003361/2003-41 (julgado procedente). Processo remetido à Divisão de Orientação e Análise Tributária. Protocolizada Manifestação de Inconformidade. Pendente o julgamento.
g. chance de perda:	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor em discussão.

Processo Administrativo Tributário n.º: 10314-722816/2016-83.	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal São Paulo
b. instância	1ª Instância Administrativa.
c. data de instauração	21.12.2017
d. partes no processo	Autor: Receita Federal de São Paulo Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 8.256.940,99
f. principais fatos	Trata-se de lavratura de 3 (três) Autos de Infração, consolidados neste Processo Administrativo pela fiscalização da Receita Federal do Brasil a saber: 1. Ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias (parte empresa e SAT) supostamente incidentes sobre valores pagos aos empregados a título de indenizações diversas, no período de janeiro a dezembro de 2011, no valor de R\$ 3.123.849,42; 2. Ausência de recolhimento de contribuições destinadas aos Terceiros (SESI, SENAI, INCRA, FNDE e SEBRAE) supostamente incidentes sobre valores pagos aos empregados a título de indenizações diversas no período de janeiro a dezembro de 2011, no valor de R\$ 848.235,09; 3. Diferenças de recolhimentos de contribuições destinadas aos Terceiros (SESI e SENAI) incidentes sobre o total das remunerações pagas aos empregados, com a utilização de código na GFIP indicativo de existência de convênio de arrecadação direta, mas sem a comprovação dos referidos pagamentos, no período de janeiro a dezembro de 2011, no valor de R\$ 3.101.945,56. Contra as referidas autuações, a empresa apresentou impugnação, a qual está pendente de decisão de primeira instância.
g. chance de perda:	Período de janeiro a novembro de 2011: chance de perda remota - Valor total da contingência (dezembro/2017): R\$ 6.083.483,12 Período de dezembro de 2011: chance de perda possível - Valor total da contingência (dezembro/2017): R\$ 1.506.198,05
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor em discussão.

Processo Administrativo nº 19679.720.052/2017-16	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo
b. instância	1ª Instância Administrativo
c. data de instauração	07.08.2018

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

d. partes no processo	Autor: União Federal. Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 6.545.323,94
f. principais fatos	Em 07/08/18 foi proferido o despacho decisório que glosou parte dos créditos invocados pela Unipar. Na sequência, em 10/10/18, a Unipar apresentou manifestação de inconformidade
g. chance de perda:	"Remota com relação aos créditos decorrentes: (i) do recolhimento indevido da Contribuição Previdenciária Patronal sobre terço constitucional de férias, aviso prévio indenizado e auxílio-doença; (ii) do recolhimento indevido da Contribuição Social incidente sobre a remuneração paga aos administradores, autônomos e avulsos, relativa às competências de março/91, abril/91, maio/91, junho/91 e julho/91; (iii) da correção acumulada até a data do recolhimento realizado com atraso da mencionada Contribuição Social via GRPS. (R\$ 2.130.155,54)" "Possível com relação aos créditos decorrentes dos recolhimentos indevidos da aludida Contribuição Social efetuados via DARP. (R\$ 4.415.168,40)"
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

Processo Administrativo nº 10314-720.019/2019-12	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo
b. instância	1ª Instância Administrativo
c. data de instauração	15.01.2019
d. partes no processo	Autor: União Federal. Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 7.604.605,16
f. principais fatos	Cobrança dos débitos de PIS e COFINS que ficaram descobertos em razão da glosa dos créditos invocados à compensação pela Unipar.
g. chance de perda:	possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

Processos de natureza ambiental

Ação Civil Pública n.º 0009059-62.2010.403.6104.	
a. juízo	1ª Vara Federal de Santos – SP.
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	12.11.2010.
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal. Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 30.236.016,00 (para efeitos fiscais).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	Ação visa a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização dos danos irreversíveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online e a manutenção de controle gerencial do mercúrio e sua destinação. Aguardando início da fase de instrução probatória. Realizada perícia em outubro de 2016. Aguarda-se publicação de intimação das partes para ciência do laudo pericial. Perícia negou nexos causais. Esclarecimentos periciais no mesmo sentido
g. chance de perda:	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Cumprimento das exigências do MPF.

Ação Civil Pública n.º 2001.61.04.005688-5.	
a. juízo	4ª Vara Federal de Santos – SP.
b. instância	2ª Instância Judicial.
c. data de instauração	13.08.2001.
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal. Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 1.475.578,50 (para efeitos fiscais)
f. principais fatos	Requerente visa à reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental com o pagamento de indenização. Em 1ª Instância, processo extinto sem julgamento do mérito. Em fase de recurso, foi reformada a decisão para que se instaurasse a fase de produção de provas. A Unipar ingressou com recurso especial e extraordinário aos Tribunais Superiores. Admitido o especial e denegado o extraordinário. Negado provimento ao Recurso Especial pelo Superior Tribunal de Justiça. Interposto Agravo Regimental, o qual não foi provido pelo STJ. Agravo de Instrumento contra Decisão Denegatória do Extraordinário negado pelo STF. Interposto Agravo Regimental, o qual foi negado. Em 1ª instância, foi juntada a decisão do julgamento do agravo do STF. Aguarda-se início da fase de instrução, com nomeação do perito pelo juiz e intimação das partes para apresentar quesitos.
g. chance de perda:	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Cumprimento das exigências do MPF.

Ação Civil Pública n.º – 0000025-24.1986.8.26.0157	
a. juízo	2ª Vara Cível de Cubatão - SP
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	15.02.1986
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo e OIKOS - União dos Defensores da Terra Réu: Unipar Carbocloro S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	A ação foi ajuizada em razão de suposto lançamento de poluentes na atmosfera pelas Rés que, teria causado a degradação de parte da cobertura vegetal da Serra do Mar. Os Autores pleiteiam a condenação solidária das Rés ao pagamento de indenização correspondente à recomposição do complexo ecológico atingido. O juízo determinou a perícia de diversas áreas. Processo encontra-se suspenso em razão de tratativas de acordo com o MPE. Em 18.9.2017 foi proferida sentença condenando as Rés de forma solidária, mesmo sem realização de perícia. Em 15.3.2018 foi protocolizado o recurso de apelação da Ré, que requer a anulação da sentença sobretudo por conta (i) comportamento contraditório do Juízo a quo; (ii) do cerceamento de defesa consistente no julgamento antecipado do feito quando os próprios Apelados haviam reconhecido, na inicial e em todas suas peças, a necessidade de prova pericial para apurar as causas dos impactos à vegetação e respectivas responsabilidades (an debeat); e (iii) julgamento extra e ultra petita. Também requer seja reconhecida a perda superveniente do interesse processual dos Apelados ou que, no mérito, seja julgado totalmente improcedente o único pedido formulado na petição inicial, diante da ausência de elementos nos autos que indique a contribuição da Apelada para o fato narrado na inicial. Ao final, requer sejam considerados apenas os danos posteriores à entrada em vigor da Lei nº 6.938, bem como deduzidos de eventual valor apurado em sede de liquidação todos os recursos que as Empresas Rés disponibilizaram em favor dos órgãos ambientais para que fosse o complexo ecológico atingido fosse integralmente recomposto, bem como os recursos que continuam disponibilizando para a manutenção da área.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Cumprimento das exigências do MPE.

Ação Civil Pública n.º 0002973-92.2008.8.26.0471	
a. juízo	1ª Vara Porto Feliz
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	15.04.2008
d. partes no processo	Autor: Ministério Público de Porto Feliz Réu: Solvay Indupa do Brasil S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Identificada área supostamente estocada irregularmente com resíduos da Solvay por um designado - USA Chemicals. Consequentemente, a CETESB gerou 4 multas e o MP propôs a ACP. Atualmente, foi determinada a Perícia pelo Estado para apurar a extensão dos danos. Trabalhos de intervenção na área, devidamente autorizados pela CETESB.
g. chance de perda:	Provável, ressalvando-se que eventual condenação não afetará a Companhia no limite que essa ação é de responsabilidade da Vendedora Solvay Argentina S.A, antiga controladora da Solvay Indupa do Brasil S.A, por força do contrato de venda e compra cuja transação foi concluída em 27.12.2016. Em paralelo à ação, a Solvay vem promovendo investigação ambiental da área por exigência da CETESB e os relatórios dessa investigação têm sido apresentados em Juízo.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Cumprimento das exigências do MPE.
--	------------------------------------

Inquérito Civil n.º 01/99	
a. juízo	Promotoria de Meio Ambiente Santo André - SP
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	1999
d. partes no processo	Autor: Ministério Público de Santo André Réu: Solvay Indupa do Brasil S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.012.800,00
f. principais fatos	Termo de Ajuste Preliminar assinado para trabalhos de remediação e contenção dos resíduos identificados na Planta Química Vila Elclor Santo André. Acordo de compensação social combinado de 4 MBRL, distribuídos 2,5 MBRL em parcelas anuais e 1,5 MBRL com projetos sociais. Em 27/03/2014, assinado TAC. Aguarda-se a homologação do Conselho Superior e arquivamento. Pagamentos sendo executados em dia. Compensação social pecuniária devidamente cumprida. Aguarda-se reunião com a promotoria de Santo André no sentido de comprovação dos projetos sociais que integraram à compensação social firmada no TAC.
g. chance de perda:	Não aplicável. Ressalvando-se que eventual despesa não afetará a Companhia no limite que essa ação é de responsabilidade da Vendedora Solvay Argentina S.A antiga controladora da Solvay Indupa do Brasil S.A, por força do contrato de venda e compra cuja transação foi concluída em 27.12.2016
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Cumprimento das exigências do MPE.

Inquérito Civil n.º 14/2006	
a. juízo	Promotoria de Meio Ambiente de Lençóis Paulista - SP
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	2006
d. partes no processo	Autor: Ministério Público de Lençóis Paulista Réu: Solvay Indupa do Brasil S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	-
f. principais fatos	Termo de Ajustamento de Conduta firmado para recuperação da área com resíduos depositados indevidamente pela empresa IQB (mesmos proprietários da USA Chemicals). Não houve exigência de compensação social ou indenização. Trabalhos técnicos em andamento pela área de HSE. PLUMA devidamente fechada pela área técnica responsável. Grupo Solvay alinhando a melhoria da tecnologia de remediação instalada em lençóis paulista. Até esta data os trabalhos continuam em curso
g. chance de perda:	Não aplicável. Ressalvando-se que eventual condenação não afetará a Companhia no limite que essa ação é de responsabilidade da Vendedora Solvay Argentina S.A antiga controladora da Solvay Indupa do Brasil S.A, por força do contrato de venda e compra cuja transação foi concluída em 27.12.2016
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Cumprimento das exigências do MPE.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

processo	
----------	--

Inquérito Civil n.º 1714/2016	
a. juízo	Promotoria de Meio Ambiente Santo André - SP
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	2016
d. partes no processo	Autor: Ministério Público de Santo André Réu: Solvay Indupa do Brasil S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	-
f. principais fatos	Pedido de providências encaminhado Grupo Solvay ao MP solicitando apoio na homologação de conjugação de projetos da área ex-Cloretil com a área Norte. Reunião realizada em 01/09/2016 com o MP. Sinalizado não haver restrições legais para entabular um ajuste. Nova reunião será agendada dentro do segundo semestre de 2017, devido ao desencontro de agendas entre o promotor de justiça e a CETESB. Aguarda-se a conclusão de uma perícia contratada, para possível substituição da remediação solicitada pela CETESB.
g. chance de perda:	Não aplicável. Ressalvando-se que eventual condenação não afetará a Companhia no limite que essa ação é de responsabilidade da Vendedora Solvay Argentina S.A antiga controladora da Solvay Indupa do Brasil S.A, por força do contrato de venda e compra cuja transação foi concluída em 27.12.2016.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Cumprimento das exigências do MPE.

Ação Ambiental n.º 9783	
a. juízo	Juizado Federal de General Roca.
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	16.08.2013
d. partes no processo	Autor: Vicente Luis Garrido, Carlos Alberto Hetherington e Juan Pablo Sepúlveda. Réu: Solvay Argentina S.A., Solvay Indupa S.A.I.C. (hoje Unipar Indupa S.A.I.C.), Imextrade S.A., Solvay S.A. Osni de Lima (membro do Directorio da Solvay Argentina S.A.) Jacques Van Rijckervorsel, Denis Samson, Alberto Cancio, Pablo Elías Taboh, Osvaldo Héctor Bort Javier Torrent, (membros do Directorio da Solvay Indupa S.A.I.C.) Eduardo Pérez Millan (gerente de meio ambiente da Solvay Indupa S.A.I.C.) Alfredo Ceña, Emilio Dingevan (membros do Directorio da Imextrade S.A.) e Nicolás Boël (membro do Directorio da Solvay S.A.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Remediação ambiental, estudo epidemiológico e dano moral ambiental e eventual indenização substitutiva (dano ambiental coletivo).
f. principais fatos	Os autores desistiram da ação contra Solvay S.A. e Nicolás Boël. Em 17 de setembro de 2013 a demanda foi contestada e foram citados como terceiros interessados a Província do Rio Negro e o Estado Nacional. O juiz fez lugar à citação do Estado Nacional após uma série de discussões sobre a competência federal e estadual sobre o caso. Houve protocolo de exceção de incompetencia pelo Estado e agora a demanda se encontra na cidade de General Roca.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda:	Remota. Ressalvando-se que eventual condenação não afetará a Companhia no limite que essa ação é de responsabilidade da Vendedora Solvay Argentina S.A antiga controladora da Solvay Indupa do Brasil S.A, por força do contrato de venda e compra cuja transação foi concluída em 27.12.2016.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	As chances de perda são atualmente remotas e implicam na realização de atividades de remediação adicionais àquelas já efetuadas. Também o eventual pagamento de indenização por danos relacionados àqueles que demonstrem prejuízo pelas circunstâncias da demanda. Atualmente, e no estágio da demanda, não é possível quantificar a eventual perda.

Ação Ambiental n.º 16625/2015	
a. juízo	Juizado Federal de Primera Instancia de General Roca, Provincia de Río Negro, Argentina
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	23.02.2016
d. partes no processo	Autores: Vicente Luis Garrido, Carlos Alberto Hetherington e Juan Pablo Sepúlveda Réus: Solvay Argentina S.A., Solvay Indupa S.A.I.C. (hoje Unipar Indupa S.A.I.C.), Imextrade S.A., Estado Nacional, Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de ações acumuladas, uma de antecipação de tutela e outra de prevenção de danos ambientais a fim de que (i) Se declare a responsabilidade dos demandados pelos danos à saúde causados aos habitantes de Cinco Saltos que poderia ter sido causado por motivo da operação, fechamento e desmobilização da Unidade Fabril de Cinco Saltos; e (ii) Se ordene a execução de medidas cautelares com o fim de evitar causar danos não justificados e não agravar os já produzidos.
f. principais fatos	Em 21 de janeiro de 2016 a sociedade foi notificada de uma medida cautelar autônoma a respeito da ex-unidade produtiva Cinco Saltos e em 15 de março de 2016 contestou tal medida cautelar. O Estado Nacional apelou da decisão de tal medida cautelar e a Câmara de Apelaciones em competência Federal, em 29.04.2016, decidiu: a) pela separação das ações interpostas pela autora da medida de antecipação de tutela e daquela de prevenção de danos ambientais; b) por declarar abstratas as respostas à antecipação de tutela efetuada por Solvay Argentina S.A., Solvay Indupa S.A. y o Estado Nacional. Em 6 de junho de 2016, o juiz declarou o Estado Nacional desvinculado do caso da ação preventiva de danos e declarou “ <i>in limine</i> ” ação contra a ANSES. Em 26 de agosto de 2016 a Câmara Federal deixou sem efeito a sentença que excluía o Estado Nacional. Em 20 de setembro de 2016 o Estado Nacional interpôs recurso de apelação extraordinário.
g. chance de perda:	Remota. Ressalvando-se que eventual condenação não afetará a Companhia no limite que essa ação é de responsabilidade da Vendedora Solvay Argentina S.A antiga controladora da Solvay Indupa do Brasil S.A, por força do contrato de venda e compra cuja transação foi concluída em 27.12.2016.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto dessa decisão poderá determinar, após a realização de estudos, que eventualmente confirme as eventuais mazelas supostamente causadas pela operação da Indupa em Cinco Saltos.

Processos de natureza trabalhista

Reclamação trabalhista n.º 0010752-53.2014.5.01.0045
--

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

a. juízo	13ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	02.10.2014
d. partes no processo	Autor: J.C.S Réu: Unipar Carbocloro S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor estimado atualizado: R\$ 7.301.911,63
f. principais fatos	O Reclamante visa obter diferenças salariais; FGTS+40%; benefícios, tudo decorrente do período que ficou afastado do emprego (ação 0072600-84.2007.5.01.0013). Aguarda-se elaboração de laudo pericial.
g. chance de perda:	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor discutido.

Inquérito Civil nº: 000212.2007.02.001/0	
a. juízo	MPT – São Bernardo do Campo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	01.01.2007
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho Réu: Solvay Indupa do Brasil S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável
f. principais fatos	Investigação de possível contaminação de funcionários por Cloreto de Vinila. Processo em fase de instrução.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso o inquérito seja desfavorável à empresa, o MPT pode dar início a uma ACP.

Inquérito Civil nº: 000269.2009.02.001/7	
a. juízo	MPT – São Bernardo do Campo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	01.01.2009
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho Réu: Solvay Indupa do Brasil S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável
f. principais fatos	Investigação de possível contaminação dos empregados por mercúrio, bem como acompanhamento da desmontagem das instalações. Apresentado projeto para desmontagem da unidade e tratamento das lamas mercuriais, que está aguardando análise do MPT para início de execução. Reiterada manifestação para que o MPT avalie o projeto apresentado.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso o inquérito seja desfavorável à empresa, o MPT pode dar início a uma ACP.

Reclamação Trabalhista nº 1001154-65.2018.5.02.0053	
a. juízo	53ªVT do Trabalho de São Paulo

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	14.09.2018
d. partes no processo	Autores: L. F. S. F. Réus: Unipar Carbocloro, Unipar Indupa, Unipar Indupa SAIC e Solalban.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 39.491.965,49
f. principais fatos	Em 14/09/2018, os autos foram distribuídos. Em 06/11/2018, o Reclamante apresentou manifestação requerendo o envio de notificação por Fedex para a 3ª e 4ª Reclamadas, visto que se situam em Buenos Aires, Argentina. Em 13/12/2018, foi proferido despacho que designou a audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/02/2019, às 08:20h. Em 19/12/2019, o Reclamante apresentou manifestação requerendo a juntada de documentos. Em 05/02/2019, foi realizada a audiência. Foi designada audiência UNA para o dia 26/04/2019, às 09:30h. Foi deferido prazo de 10 dias para o Reclamante providenciar a juntada da tradução juramentada da petição inicial para envio da Carta Rogatória. Em 05/02/2019, foi proferido despacho requerendo, no mesmo prazo fixado em audiência, que o Reclamante providenciasse tradução juramentada da ata e da Carta Rogatória expedida. Em 14/02/2019, foi expedida a Carta Rogatória.
g. chance de perda:	possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

Reclamação Trabalhista nº 0012429-47.2017.5.15.0135	
a. juízo	4ªVT do Trabalho de Sorocaba
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	04.11.2017
d. partes no processo	Autores: B. A. B. da S. Réus: Tectis Tecnologia e Sistema Avançados S.A.; BNDES Participações - BNDESPar; Unipar Carbocloro S.A.; Estater Gestão de Investimentos S.A..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.119.275,81
f. principais fatos	Aguardando prolação de sentença
g. chance de perda:	possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

Reclamação Trabalhista nº 0012215-56.2017.5.15.0135	
a. juízo	4ªVT do Trabalho de Sorocaba
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	14.10.2017
d. partes no processo	Autores: E. W. de L. Réus: Tectis Tecnologia e Sistema Avançados S.A.; BNDES Participações - BNDESPar; Unipar Carbocloro S.A.; Estater Gestão de Investimentos S.A..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.196.959,08
f. principais fatos	Aguardando prolação de sentença

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda:	possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

Reclamação Trabalhista nº 0012415-71.2017.5.15.0003	
a. juízo	1ªVT do Trabalho de Sorocaba
b. instância	2ª Instância Judicial.
c. data de instauração	04.11.2017
d. partes no processo	Autores: E. T. da S. Réus: Tectis Tecnologia e Sistema Avançados S.A.; BNDES Participações - BNDESPar; Unipar Carbocloro S.A.; Estater Gestão de Investimentos S.A..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.056.849,77
f. principais fatos	Sentença favorável à Unipar, aguarda-se julgamento do recurso interposto
g. chance de perda:	possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

Reclamação Trabalhista nº 0012412-19.2017.5.15.0003	
a. juízo	1ªVT do Trabalho de Sorocaba
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	03.11.2017
d. partes no processo	Autores: F. H. G. Réus: Tectis Tecnologia e Sistema Avançados S.A.; BNDES Participações - BNDESPar; Unipar Carbocloro S.A.; Estater Gestão de Investimentos S.A..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.488.758,99
f. principais fatos	Aguardando prolação de sentença
g. chance de perda:	possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

Reclamação Trabalhista nº 0012243-05.2017.5.15.0109	
a. juízo	3ªVT do Trabalho de Sorocaba
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	13.10.2017
d. partes no processo	Autores: F. F. de F. S. Réus: Tectis Tecnologia e Sistema Avançados S.A.; BNDES Participações - BNDESPar; Unipar Carbocloro S.A.; Estater Gestão de Investimentos S.A..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.520.068,82
f. principais fatos	Aguardando prolação de sentença
g. chance de perda:	possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Reclamação Trabalhista nº 0012413-62.2017.5.15.0016	
a. juízo	2ªVT do Trabalho de Sorocaba
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	03.11.2017
d. partes no processo	Autores: I. F. de O. Réus: Tectis Tecnologia e Sistema Avançados S.A.; BNDES Participações - BNDESPar; Unipar Carbocloro S.A.; Estater Gestão de Investimentos S.A..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.047.485,19
f. principais fatos	Aguardando prolação de sentença
g. chance de perda:	possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

Reclamação Trabalhista nº 0012199-71.2017.5.15.0016	
a. juízo	2ªVT do Trabalho de Sorocaba
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	14.10.2017
d. partes no processo	Autores: P. J. E. A. Réus: Tectis Tecnologia e Sistema Avançados S.A.; BNDES Participações - BNDESPar; Unipar Carbocloro S.A.; Estater Gestão de Investimentos S.A..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.103.185,19
f. principais fatos	Aguardando prolação de sentença
g. chance de perda:	possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

Reclamação Trabalhista nº 0012198-86.2017.5.15.0016	
a. juízo	2ªVT do Trabalho de Sorocaba
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	14.10.2017
d. partes no processo	Autores: R. C. V. Réus: Tectis Tecnologia e Sistema Avançados S.A.; BNDES Participações - BNDESPar; Unipar Carbocloro S.A.; Estater Gestão de Investimentos S.A..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.425.413,71
f. principais fatos	Aguardando prolação de sentença
g. chance de perda:	possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

Reclamação Trabalhista nº 0012197-04.2017.5.15.0016	
a. juízo	2ªVT do Trabalho de Sorocaba
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	13.10.2017
d. partes no processo	Autores: V. de O. D. Réus: Tectis Tecnologia e Sistema Avançados S.A.; BNDES Participações -

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	BNDESPar; Unipar Carbocloro S.A.; Estater Gestão de Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 9.883.383,74
f. principais fatos	Aguardando prolação de sentença
g. chance de perda:	possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

Reclamação Trabalhista nº 0012461-33.2017.5.15.0109	
a. juízo	3ªVT do Trabalho de Sorocaba
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	05.11.2017
d. partes no processo	Autores: W. T. F. Réus: Tectis Tecnologia e Sistema Avançados S.A.; BNDES Participações - BNDESPar; Unipar Carbocloro S.A.; Estater Gestão de Investimentos S.A..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.741.880,85
f. principais fatos	Aguardando prolação de sentença
g. chance de perda:	possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	

Processos de natureza cível

Ação Civil n.º 29.335	
a. juízo	Tribunal del Trabajo
b. instância	1ª Instância Judicial.
c. data de instauração	06.10.2016.
d. partes no processo	Autores: Solvay Indupa S.A.I.C. (hoje Unipar Indupa S.A.I.C.) Réus: Aguas Bonaerenses S.A. (ABSA)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação de tutela antecipada para determinar que a ABSA pratique uma tarifa razoável para a água de acordo com o previsto no Decreto 409/16 modificatório do quadro tarifário.
f. principais fatos	Em 6 de outubro de 2016 a sociedade interpôs uma ação de antecipação de tutela para que a ABSA pratique uma tarifa razoável do serviço de água diferente daquela prevista no Decreto 409/16, ao invés de aplicar a tarifa máxima prevista. Ademais, a Companhia interpôs uma medida cautelar visando à manutenção da tarifa vigente até o momento de sua propositura. Em 27 de outubro de 2016, o juízo concedeu medida cautelar suspendendo o aumento tarifário. A decisão foi apelada. Em 20.12.2016 a Câmara de Apelaciones en lo Contencioso Administrativo de Mar del Plata determinou a suspensão da medida cautelar até que se decidisse a apelação da mesma. Em 30.12.2016, o juiz de primeira instancia sentenciou no sentido de garantir o regime de aplicação progressiva da tarifa. A sentença foi apelada por ambas as partes. Em 20.04.2017 a Câmara de Apelaciones declarou nula a sentença de primeira instancia e que a ação de antecipação de tutela não era a via processual adequada para tratar as questões debatidas. Com esta sentença a jurisdição de desse juízo se encerrou.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda:	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto dessa decisão será o aumento de tarifa que poderá ter consequência em outros custos da sociedade.

4.3.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido nos processos em que a Companhia figura no polo passivo descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de R\$ 219.518.691,10.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou suas controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas. Assim, diante da inexistência acima mencionada não há nenhum valor provisionado.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

A Unipar ingressou com um pedido de arbitragem pleiteando indenizações. O valor envolvido é de US\$84,350,000.00. Caso a Companhia venha incorrer em perda, o impacto será no montante de US\$6,700,000.00.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Para os fins deste item 4.6, foram considerados como processos que tenham potencial de impacto financeiro adverso, de dano à imagem e/ou às atividades da Companhia. A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos repetitivos ou conexos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza:

Processos de natureza trabalhista

Processos relacionados a indenizações de ex-funcionários (65 processos)	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor estimado atualizado: R\$ 32.544.428,80 (somatória das causas possíveis e prováveis).
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia figura no polo passivo de diversas reclamações trabalhistas em que os Reclamantes visam, principalmente: (i) o recebimento de gratificações por tempo de serviço no desligamento, incluindo também pedidos de horas extras e benefício do plano de saúde. Alguns casos já foram levados à 2ª instância, sendo que houve tanto decisões favoráveis quanto contrárias à Companhia. Até o momento, não houve uniformização de decisão; e (ii) o recebimento de danos morais, materiais, assistência médica e pensão em razão de suposta doença ocupacional. Alguns casos já foram julgados procedentes.

4.6.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos no desenvolvimento normal de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência era de R\$ 32.544.428,80, dos quais R\$ 11.765.258,04 foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

A Companhia não tem em curso outras contingências que considere relevantes, que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**
- c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**
- d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desses direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**
- e. outras questões do interesse dos investidores**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração aprovou, em 31 de julho de 2019, a Política de Gestão de Riscos da Companhia, disponível no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.unipar.com).

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

i. riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pelo plano estratégico da Companhia, relacionados no item 4.1 desse Formulário de Referência.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Atualmente, a Companhia utiliza instrumentos de gestão de riscos de processos a fim de prevenir eventos e mitigar consequências à Segurança, Saúde, Meio Ambiente, para seus trabalhadores e público externo, bem como prevenção de impacto à propriedade ou continuidade dos negócios. A empresa adota boas práticas de gestão de riscos, atende aos mecanismos de prevenção e controle previstos na legislação local vigente e também conta com forte controle de treinamento e atualizações de seus procedimentos.

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Todas as áreas da Companhia participam ativamente do desenho dos processos e são responsáveis pelo registro e controle dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades da Companhia. Diretorias, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração e Fiscal monitoram a eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

O ambiente de controles internos da Companhia contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus funcionários. Os processos são mapeados e gerenciados por sistema. Os riscos inerentes aos negócios/atividades e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento dos objetivos. Mas devido a certas limitações, os controles internos podem não evitar ou detectar todos os erros.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia monitora os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, estando atenta às novas tecnologias e boas práticas de mercado em relação a controles internos e investimentos em seus sistemas a fim de aprimorá-los cada vez mais.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a. política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração aprovou, em 31 de julho de 2019, a Política de Gestão de Riscos da Companhia, disponível no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.unipar.com), na qual é apresentado, também, o gerenciamento de riscos de mercado.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

(i) *Risco de Crédito*

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem principalmente em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

O risco de crédito de contas a receber de clientes é um risco de natureza financeira relacionado à possibilidade de a Companhia não receber de seus clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de produtos, ou de receber os pagamentos de tais crédito fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas pelos clientes da Unipar poderá gerar perdas para a Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do fluxo de caixa, afetando adversamente os negócios.

O risco de crédito de instituições financeiras decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

(ii) *Risco de Liquidez*

Entende-se risco de liquidez o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Incertezas no cenário político brasileiro provocam alta volatilidade nos mercados, impactando os resultados de curto prazo e a visibilidade quanto ao comportamento futuro da economia, impedindo a melhor utilização dos ativos e inibindo os investimentos. São vários pontos de preocupação que podem afetar o resultado da Companhia, tais como crescimento econômico, inflação, nível de renda e emprego, taxa de juros, câmbio, política fiscal, disponibilidade de mão de obra qualificada, infraestrutura deficiente, liquidez nos mercados domésticos de capitais e de empréstimos, elevação do custo de capital humano, entre outros. Além disso, as medidas do governo argentino com relação à economia, inclusive as decisões relativas à inflação, taxa de juros, controle de preços, controles cambiais e impostos, podem ter um efeito adverso significativo sobre o setor privado.

(iii) *Risco com Taxa de Juros*

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas as taxas de juros variáveis.

(iv) *Risco com Taxa de Câmbio*

A Companhia está suscetível à variação cambial em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia de *hedge* da Companhia é buscar proteção aos impactos negativos das oscilações das principais variáveis de mercado, atrelando os indexadores dos ativos com os indexadores dos passivos.

Uma parcela relevante de nosso endividamento está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Sendo assim, para minimizar esta exposição, parcela relevante de nossas aplicações financeiras também é corrigida por esse índice, sendo que os financiamentos em 31 de dezembro de 2019 apresentavam um custo médio de 143% do CDI e as aplicações financeiras estavam sendo remuneradas em média a 107% do CDI.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos nem contrata instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia para proteção patrimonial são as aplicações financeiras e captações de empréstimos (curto e longo prazo), todas em condições normais de mercado adequando os indexadores do ativo com o passivo. A exposição líquida é monitorada pela área de Tesouraria da Companhia, sendo identificadas eventuais operações que possam oferecer risco ao seu patrimônio. A utilização de instrumentos derivativos deve ser submetida para aprovação da Diretoria e posterior aprovação pelo Conselho de Administração.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A gestão dos riscos de mercado é realizada por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança para a Companhia, dentre as quais cabe citar o acompanhamento ativo do descasamento de taxas, moedas e prazos entre ativos e passivos e o monitoramento contínuo da nossa exposição aos principais índices financeiros atrelados ao nosso endividamento, comparando as condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia também realiza periodicamente análises de sensibilidade, que são estabelecidas com base em premissas com relação ao futuro, regularmente revisadas pela Administração, a fim de ilustrar as alterações das variáveis de mercado nos instrumentos financeiros.

Nesse acompanhamento periódico são examinadas entre outros, o fluxo de caixa, índices de alavancagem, impactos das variações de parâmetros comerciais (preços e velocidade de vendas) na rentabilidade, no fluxo de caixa e no custo de capital.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

As áreas Financeira, de Controladoria e Jurídica da Companhia analisam periodicamente os riscos de mercado e submetem tais análises para análise da Diretoria e do Conselho de Administração, os quais avaliam se as ações praticadas estão de acordo com as políticas adotadas.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Por meio de sua estrutura organizacional, a Diretoria e o Conselho de Administração monitoram e avaliam a adequação das operações da Companhia por meio da política de gestão de riscos. A Administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade das suas políticas adotadas são suficientes.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia possui um compromisso com os seus controles internos de modo a apresentar adequadamente o registro das suas transações, sua posição financeira e os resultados das suas operações.

Nossos diretores avaliaram a confiabilidade dos controles internos da Companhia referente aos processos internos e de preparação e elaboração das demonstrações financeiras, e acreditam que tais procedimentos são suficientes e eficientes para assegurar a sua qualidade, precisão e confiabilidade.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos divulgados a todo o grupo econômico, bem como em áreas dedicadas e ferramentas específicas para monitoramento de risco.

Todas as áreas que geram transações financeiras (ex.: vendas, custos, despesas, impostos, etc.) participam ativamente do desenho dos seus processos operacionais de registro e controle. A Diretoria, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração, Auditoria Interna, Compliance, Financeiro, Controladoria e Fiscal são responsáveis pelo monitoramento e avaliação quanto à eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

O ambiente de controle interno da Companhia contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus funcionários, sendo todos os processos mapeados. Ademais, os riscos inerentes aos negócios/atividades da Companhia e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento de objetivos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

Importante ressaltar que, em 2015, o Conselho de Administração da Companhia instituiu um Comitê de Auditoria (não estatutário) para administrar a relação da Companhia com a auditoria independente e observar a conformidade dos trabalhos realizados.

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O controle interno da Companhia fornece confiabilidade à elaboração das informações e demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros, de modo que os sistemas fornecem confiabilidade somente até certo ponto em relação à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração está continuamente atenta às novas tecnologias, investimentos e boas práticas de mercado em relação a controles internos a fim de aprimorá-los cada vez mais.

Os relatórios sobre controles internos, emitidos pela área de auditoria interna, bem como pelo auditor independente, são apresentados pelos próprios auditores à Diretoria e esta aos integrantes do Conselho Fiscal da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

As recomendações dos auditores independentes para melhoria nos processos de controle interno são diligentemente analisadas pela Companhia quanto à aplicabilidade, a mitigação de riscos e a magnitude e probabilidade de ocorrência e o custo/benefício da implementação de novos processos e controles.

Durante a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram identificadas três deficiências de controles que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes ((i) controle para captação de transação com partes relacionadas, (ii) formalização de processo de revisão de projeção financeira e (iii) revisão de acessos sistemas aplicativos SAP ECC e Salesforce e banco de dados) relativas à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia pelo auditor independente e não houve nenhuma deficiência grave (ou fraqueza material).

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os Diretores da Companhia analisaram e entenderam que as três deficiências significativas identificadas nos procedimentos e controles internos utilizados para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e consideram que o potencial erro não distorce o entendimento das Demonstrações Financeiras. De qualquer forma, a Companhia tem trabalhado continuamente na melhoria destes processos e criados mecanismos de controle para evitar recorrência e os planos elaborados serão compartilhados com a auditoria independente para a garantia da evolução dos processos e cobertura dos riscos.

5.4 - Programa de Integridade

Há uma área de auditoria interna formalmente estabelecida que é responsável pelos trabalhos relacionados a todos os processos da Companhia. O escopo abrange os processos financeiros, fiscais, produtivos, entre outros.

Também há projetos voltados especificamente para controles internos, melhoria de fluxos de informação operacional e gerencial, desenvolvimento e revisão de políticas e procedimento internos, segurança da informação, além de trabalhos de investigação interna.

Todos estes trabalhos são baseados em um Plano de Auditoria Anual que é submetido ao Comitê de Auditoria, Presidência e Conselho de Administração para validação e aprovação formal.

Adicionalmente, há uma matriz de riscos de auditoria, em que são utilizadas metodologias específicas de avaliação, cálculos e estatísticas para a definição das prioridades a serem auditadas.

Também há um Comitê de Auditoria estabelecido formalmente (não estatutário) e que trata os assuntos relacionados à temas contábeis, financeiros, fiscais, de controles internos e de auditoria, tanto interna quanto externa. Este Comitê é um órgão assessor do Conselho de Administração.

Ainda, a área de Compliance trata, operacionalmente de demandas relacionadas à conformidade e integridade da Companhia, devendo fazer o reporte ao Comitê de Ética para que possa deliberar sobre os temas.,

Há também auditorias trimestrais e anuais das demonstrações financeiras (ITR e Balanço) da Unipar com emissão de parecer dos auditores independentes, devidamente divulgadas e arquivadas na CVM.

Ainda, há um grupo na Companhia focado especificamente em demandas relacionadas à segurança da informação, gestão de perfis de acesso ao ERP (SAP), aplicação de políticas de segurança, permissões de acesso, campanhas de segurança da informação, entre outros.

Estes assuntos geralmente são tratados pela área de TI e Auditoria Interna em conjunto com o objetivo de executar atividades rotineiras de melhoria de controles internos e compliance.

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia desenvolveu documentos que são as bases principais para todos os projetos que necessitam desse tipo de análise, alinhados com as melhores práticas de mercado no que se refere à governança corporativa e controles internos que são o Código de Conduta, , Política de Responsabilidade Social, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política Concorrencial e diversas políticas relacionadas à segurança da informação.

Há treinamentos formais e periódicos sobre o tema para todos os colaboradores até a presidência (não abrange conselhos).

Adicionalmente, a área de Compliance reporta ao Comitê de Ética formalmente instalado. O Comitê de Ética assessora o Conselho de Administração em assuntos de governança, compliance, ética e conduta.

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Não aplicável.

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

5.4 - Programa de Integridade

Área de Compliance da Unipar reporta funcionalmente ao CEO e, ainda reporta para o Comitê de Ética da Companhia para que este possa deliberar sobre os temas.

iii. código de ética ou de conduta

A Companhia desenvolveu documentos que são as bases principais para todos os projetos que necessitam desse tipo de análise, alinhados com as melhores práticas de mercado no que se refere à governança corporativa e controles internos que são o Código de Conduta, Política de Responsabilidade Social, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política Concorrencial e diversas políticas relacionadas à segurança da informação.

Há treinamentos anuais para todos os colaboradores. De acordo com o Código de Conduta da Companhia, é de responsabilidade de cada colaborador o conhecimento das diretrizes expressas no Código e, qualquer violação a tais orientações resultará em medidas disciplinares apropriadas, tais como advertência verbal ou escrita, suspensão e demissão, que podem ser adotadas, de acordo com a gravidade da infração, para salvaguardar a reputação e imagem da Companhia e adotar a prática da ética.

O Código de Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2021. O Código pode ser acessado no site institucional da Companhia (www.unipar.com).

b. canal de denúncias

A Companhia conta com um canal de denúncias formal e independente que recebe todas as ocorrências que necessitam de tratamento e investigação. Esse canal funciona 24 horas, 7 dias por semana.

O canal de denúncias é um mecanismo de comunicação abrangente e confidencial que pode ser usado por colaboradores, fornecedores, clientes ou qualquer interessado para fazer uma denúncia, perguntas e levantar questões em relação ao Código de Conduta da Unipar, políticas da empresa, procedimentos ou comportamentos contrários à lei.

Importante salientar que esse Canal é gerido por uma empresa especializada e o denunciante não precisa se identificar. Há também um link em nossa página institucional para acesso a este Canal.

c. procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Em procedimentos de fusão, aquisição e reestruturações societárias, além do processo de auditoria para identificar os ativos e passivos da outra parte, bem como identificar os seus pontos de riscos, também é realizada uma *due diligence* de integridade, que possui um papel chave na determinação de condições precedentes ao fechamento de uma operação, uma vez que o resultado dessa *due diligence* tem o poder de influenciar o interesse da Companhia em prosseguir ou não com a operação.

A *due diligence* de integridade realizada por assessores externos contratados em conjunto com a área de Compliance da Companhia visa identificar aspectos relacionados: i) ao relacionamento existente entre a outra parte e seus colaboradores com autoridades, funcionários públicos, entidades públicas ou pessoas politicamente expostas; ii) ao Programa de Integridade da outra parte, incluindo suas práticas e riscos de Compliance envolvidos; iii) aos procedimentos de integridade e de prevenção de fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros; iv) análise das ocorrências registradas no sistema de denúncias internas para entender o contexto e principais riscos envolvidos para seu futuro tratamento; v) às entrevistas com executivos envolvidos na operação e outros colaboradores estratégicos na estrutura da empresa.

5.4 - Programa de Integridade

d. razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos, bem como não foi identificado um cenário de aumento ou redução na exposição da Companhia aos riscos mencionados na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	28/05/1969
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade empresária limitada e transformada em sociedade por ações em 23 de outubro de 1969.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	08/12/1971

6.3 - Breve Histórico

A Companhia foi constituída em 28 de maio de 1968 sob a denominação de União Participações Industriais Ltda., sendo pioneira no setor petroquímico e participando de modo efetivo na instalação do Polo Petroquímico de São Paulo, o primeiro do Brasil. Em 1971, obteve o registro de companhia aberta e, ao longo dos anos 1980, consolidou sua posição de destaque na indústria petroquímica nacional. Desde a sua fundação detinha 50% de participação na Carbocloro, uma joint venture com o Grupo Occidental.

Nas décadas de 1990 e 2000, participou expressivamente do Programa Nacional de Desestatização do setor petroquímico e constituiu a Rio Polímeros – complexo gás-químico no RJ, iniciou a ampliação de capacidade do Polo de São Paulo e realizou aquisições, cujos ativos foram consolidados na Quattor Participações, em 2008, que se tornou a segunda maior empresa petroquímica da América do Sul, tendo a Petrobras como sócia e cujo controle era exercido pela Unipar, com 60% do capital votante. Em 2010, a Unipar vendeu à Braskem a totalidade de sua participação na Quattor Participações.

Em 2013, a Unipar adquiriu 50% do capital social da Carbocloro detido pelo Grupo Occidental, passando a deter 100% da sua titularidade, focando, assim, sua estratégia na atuação direta no setor de soda, cloro e derivados.

Em maio de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a Solvay Argentina S.A., produtora de PVC e soda cáustica, para aquisição de 70,6% da Solvay Indupa S.A.I.C. A conclusão da aquisição se deu após a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em dezembro de 2016 e, em 2017, foram adquiridas mais 17,2% de participação através de OPA na Argentina, totalizando a participação de 87,8% de controle e a consolidação das operações.

Em 11 de janeiro de 2018, a agência de classificação de risco Fitch Ratings atribuiu à Unipar o Rating Nacional de Longo Prazo ‘AA-(bra), Perspectiva Estável corporativo e para sua 4ª emissão de debêntures. O rating reflete a posição mediana dos negócios da Unipar no setor latino-americano de petroquímicos, a liderança no mercado brasileiro de cloro-soda, o saudável histórico de geração de caixa operacional e margens, além do perfil financeiro conservador, suportado por baixa alavancagem e adequado perfil de dívida.

Em agosto de 2019, foi realizada uma nova OPA para aquisição de até a totalidade das ações da Unipar Indupa Argentina, com posterior cancelamento do seu registro de companhia aberta, no qual registrou-se a adesão de acionistas titulares de 44.150.972 ações ordinárias. Em dezembro de 2019, a Indupa Argentina recebeu decisão enviada pela CNV (Comisión Nacional de Valores, concluindo a oferta pública de retirada voluntária e deslistagem das ações na BCBA, passando a deter 98,4% do capital votante da controlada.

Em dezembro de 2019, o rating da Companhia e de suas 4ª e 5ª emissões de debêntures foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foi protocolado nenhum pedido requerendo a falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia tem como atividade principal a atuação no setor de soda, PVC, cloro e derivados, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades, direta ou indiretamente, inclusive por meio de fundos de investimento.

O PVC é utilizado principalmente na indústria de construção, na produção de tubulações, conexões e acessórios, revestimento de cabos elétricos e também como um substituto de materiais de construção tradicionais, como madeiras e metais. A produção de soda cáustica e cloro ocorre de forma simultânea, em proporções fixas, no processo chamado de eletrólise.

A soda cáustica pode ser vendida na forma líquida, na forma sólida, em grão ou em escama. A soda cáustica possui diversas aplicações, principalmente nos setores de alumínio, celulose e papel, alimentício, sabões e detergentes e químico/petroquímico.

Os principais mercados de atuação da Companhia são as regiões sul e sudeste do Brasil e a Argentina, pois em função das características do produto, o custo de transporte é um fator importante que pode influenciar na competitividade entre os concorrentes.

A tabela abaixo mostra a capacidade de produção consolidada por tonelada/ano de cada um dos produtos da Companhia e de suas controladas.

Produtos / Serviços mil toneladas por ano	Unipar Carbocloro	Unipar Indupa Brasil	Unipar Indupa Argentina	Capacidade Total
Cloro	355	160	165	680
Soda Cáustica	400	180	186	766
PVC (policloreto de vinila)	-	300	240	540
VCM (MVC – cloreto de vinila)	-	317	248	565
Dicloroetano	140	406	431	977
Ácido Clorídrico	630	37	-	667
Hipoclorito de Sódio	400	60	12	472

Ainda no segmento de cloro-soda a Companhia possui uma controlada denominada Unipar Indupa S.A.I.C. com fábricas no Brasil (Santo André-SP) e na Argentina (Bahía Blanca-BA), onde produz para comercialização: soda cáustica líquida, soda cáustica anidra (pérolas), ácido clorídrico, hipoclorito de sódio e PVC.

Por sua vez, a Unipar Indupa S.A.I.C. possui participação de 58% nos votos e no capital da Solalban Energía S.A., a qual iniciou suas operações comerciais a partir do mês de outubro de 2009 para gerar energia elétrica interna na nossa fábrica na Argentina.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

A Companhia possui um único segmento operacional, o qual envolve a produção de soda cáustica, cloro, vinílicos (PVC) e derivados.

Com fábricas em Santo André e na Argentina, a Companhia produz: (i) PVC - resina de grande demanda na fabricação de tubos, esquadrias e outros materiais utilizados na construção civil; (ii) cloro - utilizado na produção de PVC, em defensivos agrícolas, fármacos, na limpeza hospitalar e no tratamento de água; e (iii) soda - insumo para fabricação de sabão, papel e celulose, alumínio e outros produtos.

A planta localizada na cidade de Bahía Branca, na Argentina, possui capacidade anual instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda cáustica, enquanto a planta localizada em Santo André, em São Paulo, possui capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda cáustica. A planta de Cubatão, por sua vez, possui capacidade de produção de 400 mil toneladas de soda cáustica.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A receita líquida da Companhia advém 100% de seu único segmento operacional, conforme demonstrado abaixo:

(em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida
Produção de soda cáustica, cloro e PVC	3.048.730	100,0%	3.469.133	100,0%	3.019.592	100,0%

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

O lucro/prejuízo líquido da Companhia advém 100% de seu único segmento operacional, conforme demonstrado abaixo:

(em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	Lucro/Prejuízo Líquido	% do Lucro/Prejuízo Líquido	Lucro/Prejuízo Líquido	% do Lucro/Prejuízo Líquido	Lucro/Prejuízo Líquido	% do Lucro/Prejuízo Líquido
Produção de soda cáustica, cloro e PVC	172.358	100,0%	547.440	100,0%	306.264	100,0%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a. Características do processo de produção

A produção de cloro, soda e derivados é feita por meio da eletrólise da salmoura. Após a mistura de água e cloreto de sódio para a formação da salmoura, a solução é submetida à descarga elétrica que faz com que os átomos se rearranjam e formem a soda cáustica líquida e o cloro (no estado gasoso) na proporção estequiométrica de 1 tonelada de cloro para 1,12 toneladas de soda. Esse processo é eletro intensivo.

As principais matérias-primas empregadas na produção de soda e cloro são o sal e a energia elétrica. Em 2017, o sal da Companhia e o da sua controlada Unipar Indupa S.A.I.C. era adquirido no mercado interno ou externo. Com relação à energia elétrica, a Companhia, como consumidora livre, possui a opção de manter contratos de longo prazo com diversas comercializadoras, além da possibilidade de adquirir energia no mercado aberto e de produzir sua própria energia através da Solalban, uma geradora controlada por Unipar Indupa S.A.I.C. As condições dos contratos hoje vigentes garantem o pleno atendimento das necessidades da Companhia.

Os principais produtos comercializados são: soda cáustica, PVC, cloro, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio e dicloroetano (EDC). O processo de produção de cada um destes produtos está descrito a seguir:

- *Soda Cáustica líquida:*

A soda cáustica é obtida por meio de eletrólise da salmoura tratada (solução de cloreto de sódio e água). Quando é utilizado o processo por células de diafragma, obtêm-se primeiramente o licor de célula (concentração cerca de 10%), esse licor é enviado para uma unidade de evaporação, onde é concentrado até a obtenção da soda cáustica 50%, através desse processo é produzida a soda cáustica líquida comercial; já no processo por células de mercúrio obtêm-se a soda cáustica líquida com concentração a 50% (soda cáustica rayon), nesse processo não há necessidade de evaporação; e pelo processo por células de membrana, obtêm-se a soda um pouco menos concentrada (32%) do que a obtida por células de mercúrio, necessitando ser concentrada por evaporação.

Seja no grau rayon, membrana ou comercial, apresenta-se sob a forma de solução aquosa, límpida, contendo cerca de 50% de hidróxido de sódio (NaOH) em peso. São comercializadas a granel e transportadas em carros-tanque.

- *Soda Cáustica em escamas:*

A soda cáustica em escamas grau rayon é obtida a partir do processo de evaporação total da água contida na soda cáustica líquida rayon, a qual fundida passa pelo do processo de escamação.

Este produto apresenta-se na forma de escamas brancas, altamente deliquescentes (absorve a umidade do ar e nela se dissolve) e com concentração média de 98% de hidróxido de sódio em peso, conforme a especificação. É comercializada em sacos de polietileno de 25 kg, paletizados e é fabricado em Cubatão - BR.

- *Soda Cáustica Pérolas:*

A soda cáustica em pérolas é obtida a partir do processo de evaporação total da água contida na soda cáustica líquida rayon, a qual fundida passa pelo processo de gotejamento.

Este produto apresenta-se na forma de pequenas esferas brancas, altamente deliquescentes (absorve a umidade do ar e nela se dissolve) e com concentração média de 99% de hidróxido de sódio em peso, conforme a especificação. É comercializada em sacos de polietileno de 25 kg, paletizados e é fabricado na unidade Unipar Indupa S.A.I.C de Bahia Blanca - AR.

- *PVC:*

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A obtenção do PVC envolve a fabricação do EDC, obtido pela reação do cloro com etileno, que forma o VCM, através de processo de decomposição térmica (pirólise). O PVC é produzido pela polimerização do VCM e apresenta-se na forma de pó branco.

- *Cloro:*

O gás cloro é obtido por meio da eletrólise de uma solução de cloreto de sódio e água. A aparência inicial é a de um gás amarelo-esverdeado, com odor forte e característico.

O gás cloro é pressurizado, posteriormente é rebaixado a temperatura para ser liquefeito, transformando-se num líquido claro de cor âmbar. Ele é comercializado nesta forma, e seu transporte é feito em carros-tanque, cilindros de 900 kg e através de tubulação.

O cloro é também empregado como matéria-prima no processo produtivo do ácido clorídrico, do hipoclorito de sódio, na sua forma gasosa, e do dicloroetano, na sua forma líquida.

- *Ácido Clorídrico:*

O ácido clorídrico é obtido por meio da absorção do gás cloreto de hidrogênio em água. Esse gás é formado pela queima do cloro e do hidrogênio, ambos gerados na eletrólise da salmoura. Nas plantas da Unipar Indupa S.A.I.C., o ácido clorídrico é produzido no processo de fabricação de VCM.

O ácido clorídrico é um líquido fumegante, claro e ligeiramente amarelado, de odor forte e característico. Pode conter de 33% a 37% de cloreto de hidrogênio em peso e é comercializado a granel. Seu transporte é realizado em carros-tanque.

- *Hipoclorito de Sódio:*

O hipoclorito de sódio é obtido pela reação do cloro e da soda cáustica. Apresenta-se como solução aquosa, alcalina, contendo cerca de 13% de hipoclorito de sódio (NaClO). Tem coloração amarelada e odor característico.

É comercializado a granel e transportado em carros-tanque. O hipoclorito de sódio tem propriedades oxidantes, branqueantes e desinfetantes, servindo para inúmeras aplicações.

- *Dicloroetano (EDC):*

O dicloroetano é fabricado e comercializado na forma líquida, é também empregado como matéria-prima no processo produtivo do PVC.

Obtido pela reação do cloro com o etileno na presença de ferro e oxigênio. Posteriormente, o produto é purificado para a remoção das impurezas orgânicas e inorgânicas.

b. Características do processo de distribuição

A Companhia vende seus produtos principalmente no mercado interno. Em geral, os produtos são comercializados na forma a granel (sendo transportadas em carros-tanque ou carreta-silo), sacarias (25kg) ou “Big Bags”. Todo o processo de transporte é feito por empresas contratadas.

A localização do parque industrial das Companhias no Brasil viabiliza maior ênfase no transporte pela região Sudeste e Sul, principalmente pelo alto grau de especialização e custo, e na Argentina estamos localizados em um polo petroquímico na região da província de Buenos Aires, maior mercado consumidor e próximo a um porto.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(i) Participação em cada um dos mercados

Os principais mercados de atuação da Companhia para cloro, soda, ácido clorídrico e hipoclorito de sódio são as regiões sul e sudeste em função das características do produto, que encarecem o transporte. Os principais segmentos atendidos são papel e celulose, alumínio, alimentos e bebidas, tratamento de água, químico e petroquímico, sabões e detergentes e revenda.

Os principais mercados de atuação da Unipar Indupa S.A.I.C. para PVC são as regiões sul e sudeste no Brasil e a Argentina (onde a Companhia figura como única produtora). Os segmentos atendidos são tubos e conexões, perfis, compostos de PVC, laminados, automotivo, brinquedos, entre outros.

(ii) Condições de competição nos mercados

Os principais produtos fabricados pela Companhia, a soda e o PVC, seguem os preços praticados no mercado internacional. No mercado interno, os principais competidores são Braskem, Dow/Olin, Chemtrade (antiga Canexus), Katrium, Compass Minerals (antiga Produquímica) e CMPC. Dependendo dos preços e estoques internacionais, alguns produtores e “traders” importam produtos e os disponibilizam no mercado local.

A competitividade do segmento de soda, cloro e derivados, incluindo o PVC, é determinada por: (a) disponibilidade/custo de matérias-primas (sal, energia elétrica e etileno), (b) escala de produção; e (c) localização. Estes fatores privilegiam a Companhia em função da liderança exercida no atendimento dos mercados das regiões sul e sudeste, os mais significativos do Brasil.

d. Eventual sazonalidade

A indústria química de soda, cloro e derivados, incluindo o PVC, no Brasil é altamente influenciada pelo desempenho da economia e da atividade industrial doméstica. Dessa forma, sazonalidades típicas que possam ter efeito na economia como um todo podem, de alguma forma, afetar também a demanda por produtos vendidos pela Companhia.

Os produtos da Companhia, a soda, o cloro e seus respectivos derivados, são considerados como insumos básicos para diversos segmentos industriais com atuação em vários setores da economia, tais como: papel/celulose, alumínio, construção civil, infraestrutura, alimentos, siderurgia/metalurgia, tratamento de água, sabões/detergentes, produtos de limpeza, etc. Dada essa diversidade, o efeito sazonal de nossas vendas não é muito significativo, havendo compensação entre as respectivas sazonalidades de cada um dos segmentos industriais que consomem nossos produtos.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

- (i) **descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**
- (ii) **eventual dependência de poucos fornecedores**

A Companhia e as suas controladas desenvolvem um forte relacionamento com os seus fornecedores.

Conforme mencionado anteriormente os principais insumos e matérias primas utilizados pela Companhia são energia elétrica, sal, água, gás natural, vapor e etileno, os quais representam conjuntamente cerca de 95% dos custos de insumos.

Para a Controladora, o custo de eletricidade é o componente mais importante dos custos de produção, estando o seu fornecimento garantido através de contratos celebrados com vencimentos em 2022 e 2024. Com relação ao sal, pode ser adquirido tanto no mercado nacional como ser importado. Já o abastecimento de água utilizada no processo produtivo é realizado através da captação via tubulação instalada junto ao Rio Perequê. O fornecimento de gás natural

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

é realizado via contrato de longo prazo firmado junto à distribuidora Comgás e o suprimento de vapor é garantido por contrato firmado junto a Petrocoque (localizada nas proximidades de nossa fábrica em Cubatão) e por geração própria com hidrogênio e/ou gás natural. Com relação à produção de dicloroetano (EDC) seu principal insumo é o etileno que, em função da falta de infraestrutura portuária e de armazenagem, não possui alternativa de importação. A Braskem é o único produtor nacional de etileno, cuja comercialização é feita em condições de preço que refletem o comportamento das cotações internacionais.

Para a Unipar Indupa S.A.I.C., as principais matérias-primas adquiridas são sal, energia elétrica, etileno e EDC. O etileno é o componente mais importante dos custos de produção de referida controlada da Companhia. Temos contratos de longo prazo com nossos provedores de etileno tanto na Argentina como no Brasil. Com relação ao sal, compramos no mercado interno ou externo. Na Argentina, temos a autorização para exploração de sal na mina de El Gualicho (área de exploração 5.860 hectares), onde colhemos 397.870 toneladas em 2019. A água na Argentina e no Brasil deriva de abastecimento local. A maior parte das necessidades de EDC da controlada na fábrica de Santo André, é produzida internamente através da reação do gás de cloro e do etileno. Tendo em vista que as atuais capacidades de VCM e PVC em Santo André excedem a capacidade interna da controlada de produzir matéria-prima EDC, o restante necessário é adquirido da Companhia. Para a fábrica na Argentina, o EDC é produzido internamente.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Os preços da soda cáustica, EDC e PVC estão sujeitos às variações dos preços dessas commodities no mercado internacional e à variação do câmbio. Outros produtos tais como cloro, ácido clorídrico e hipoclorito de sódio estão mais ligados à competitividade local conforme oferta e demanda.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a. **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

A unidade de Cubatão encontra-se devidamente licenciada junto à CETESB, órgão Ambiental do Estado de São Paulo, através da Licença de Operação nº 25001259, emitida em 28/10/2019, válida até 28/10/2021. Esta Licença vem sendo renovada de dois em dois anos e a planta vem atendendo todas as exigências técnicas formuladas por este órgão dentro dos prazos estabelecidos. O Cadastro Técnico Federal junto ao IBAMA, (Registro nº 5878586), para todas as suas atividades e o Certificado de Regularidade é renovado trimestralmente.

A unidade de Santo André encontra-se devidamente licenciada junto à CETESB através da Licença de Operação nº 16010527, emitida em 31/07/2019, válida até 28/04/2021. Esta Licença vem sendo renovada de dois em dois anos e a planta vem atendendo todas as exigências técnicas formuladas por este órgão dentro dos prazos estabelecidos. O Cadastro Técnico Federal junto ao IBAMA, (Registro nº 60635), para todas as suas atividades e o Certificado de Regularidade é renovado trimestralmente.

No processo produtivo das plantas no Brasil são utilizados alguns insumos que são controlados pela Polícia Civil e pelo Exército, sendo que a Companhia envia toda a movimentação de estoque desses produtos trimestralmente a estes órgãos. A Companhia também envia mensalmente para a Polícia Federal informações de vendas (volume e cliente) dos seus produtos.

A unidade de Bahía Blanca, na Argentina, possui o “Certificado de Aptitud Ambiental” (CAA) (Registro nº 7201) emitido em 08/05/2019 e válido até 08/05/2023. Esta licença é outorgada pelo “Organismo Provincial para el Desarrollo Sustentable” (OPDS) e vem sendo renovada a cada dois anos (a partir da última renovação será a cada quatro anos), atendendo todas as exigências técnicas formuladas por este órgão. Outras licenças de importantes são: “Licencia de Emisiones Gaseosas a la Atmósfera” (LEGA), emitida em 30/08/2019 e válida até 30/08/2023; “Certificado de Habilitación Especial” (CHE) como gerador de resíduos especiais, emitido em 24/09/2019 e válido até 24/09/2020, também outorgada pela OPDS; e “Permiso de Vuelco de efluentes industriales”, emitido em 20/10/2018 e válido até 20/10/2022, outorgado pela Autoridad Del Agua (ADA).

Historicamente, a Companhia nunca teve problemas de relacionamento com estes órgãos.

b. **política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001 nas três plantas, sendo desde 1999 em Cubatão, desde 1995 em Santo André e desde 1998 em Bahía Blanca.

As três plantas fazem parte do Programa de Atuação Responsável desde 1992, se comprometendo com o desenvolvimento e aplicação da química sustentável.

Em Cubatão, a Companhia tem uma área verde de 650 mil m², que inclui uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) com 7 mil m², outorgado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em Santo André, a Companhia possui uma área verde de 10 milhões m².

Os gastos, em 2019, para fins de atendimento a aspectos ambientais foram de R\$ 754 mil em Cubatão, R\$ 873 mil em Santo André e US\$ 400 mil em Bahía Blanca, relacionados à Política Ambiental da Companhia no cumprimento da regulação ambiental e na busca da melhoria contínua de seu desempenho ambiental.

Em linha com a estratégia de conduzir os negócios de acordo com os mais altos padrões ambientais e seu pioneirismo na conscientização ambiental, a Companhia busca sempre promover atitudes de respeito ao meio-ambiente, como, por exemplo, a conscientização de seus funcionários para a prevenção da poluição.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não aplicável, tendo em vista que, atualmente, a Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias ou contratos de royalties para o desenvolvimento de suas atividades, não possuindo, portanto, qualquer tipo de dependência neste sentido.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

- a. **receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**
- b. **receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**
- c. **receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Do total de da receita líquida consolidada de R\$ 3.048,7 milhões em 2019, R\$ 2.310,6 milhões foram provenientes de clientes do país sede da Companhia (Brasil), representativo de 75,8% da receita líquida, R\$ 625,3 milhões (20,5%) foram provenientes da Argentina e os 3,7% restantes foram provenientes de outros países, destacando-se Bolívia, Paraguai, Suíça e Estados Unidos da América.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia entende que não existem regulações de países estrangeiros que causem impacto relevante sobre suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia não possui relatório de sustentabilidade, mas possui uma Política de Responsabilidade Social e adota práticas internas de sustentabilidade com o objetivo de mitigar o impacto de suas operações no meio ambiente e na sociedade.

Desde o início de suas atividades, a Companhia demonstra o comprometimento com a preservação do meio ambiente, com a saúde e a segurança de seus colaboradores e da comunidade vizinha às suas fábricas. Com esta postura, ajudou a mudar a opinião pública a respeito da região de Cubatão.

Nos anos 70, antes da criação de uma legislação específica para o meio ambiente, a Companhia lançou seu Programa de Gerenciamento Ambiental, que consiste em um conjunto de medidas adequadas para o tratamento de todos os efluentes gerados em suas atividades. A Companhia também realiza diversos programas e ações voltados à preservação da natureza. Entre eles estão a Comissão Interna de Meio Ambiente (Cima), criada em 1983 para discutir os assuntos que envolvem o Sistema de Gestão Ambiental e formada por colaboradores de diversas células da Companhia, que se reúnem mensalmente. As atividades da comissão buscam: (i) integrar e otimizar os esforços de todos os setores das fábricas no Sistema de Gestão Ambiental; (ii) planejar e acompanhar a aplicação de recursos em projetos e melhorias ambientais; (iii) divulgar internamente e em órgãos da comunidade, estudos e projetos, para capacitar a participação ativa de todos na defesa do meio ambiente; (iv) promover internamente a consciência ambiental por meio de palestras, treinamentos e comunicação.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

A Política de Responsabilidade Social define o cumprimento da legislação e das normas brasileiras e internacionais aplicáveis, além das políticas e diretrizes do grupo econômico da Companhia.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações com relação aos projetos e patrocínios socioambientais são deliberadas pela Diretoria Executiva da Unipar e submetidas a aprovação do Comitê de Ética, que segue políticas internas de aprovação, mas não são auditadas ou revisadas por entidade independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As informações com relação aos projetos e patrocínios podem ser encontradas no site institucional da Companhia: www.unipar.com.

A Política de Responsabilidade Social pode ser encontrada no link abaixo: www.ri.unipar.com/governanca-corporativa/estatuto-social-e-politicas/

7.9 - Outras Informações Relevantes

Em complemento às informações apresentadas no item 7.8 deste Formulário de Referência, apresentamos abaixo algumas ações de interação da Companhia com a comunidade.

AÇÕES SOCIAIS

Programa Fábrica Aberta

Conhecer uma indústria química e ver na prática como se fabrica o cloro, a soda cáustica, o PVC e derivados. Aprender como se trabalha com segurança preservando o meio ambiente. Com esses objetivos a Companhia lançou, em 1985, o Programa Fábrica Aberta em sua unidade de Cubatão. Mais que um programa de visitas, o Fábrica Aberta é uma postura de transparência que a Companhia vem adotando ao longo dos anos. A qualquer hora do dia ou da noite, durante todo o ano, a Companhia está aberta ao diálogo com a comunidade. Em 2018, o Programa foi implantado também nas fábricas de Santo André e Bahía Blanca, na Argentina, mantendo as mesmas premissas adotadas na unidade de Cubatão. Desde 1985, mais de 120 mil pessoas puderam conhecer as instalações industriais da Companhia através de visitas que podem ser organizadas em grupos de até 40 pessoas e que duram cerca de 2h30.

Conselho Comunitário Consultivo (CCC) Unipar

O Conselho Comunitário Consultivo Unipar é um canal de comunicação entre a comunidade e a Companhia, visando a geração de informações transparentes e de confiança mútua. Tem como objetivo preparar, desenvolver e implementar projetos voltados para as comunidades localizadas no entorno de suas unidades fabris, com foco em saúde, segurança e meio ambiente. Essa iniciativa existe desde 2004 em Cubatão e em 2019 foi ampliada, com a criação dos CCCs nas unidades de Santo André e Bahía Blanca (ARG). Os grupos são formados por representantes de diversos segmentos da comunidade, como ambientalistas, presidentes de bairro, jornalistas, biólogos, entre outros, todos voluntários.

Treinamento Coletivo de Segurança

Simulação de emergência nas fábricas da Unipar, com evacuação das áreas internas da Companhia e das comunidades de entorno, com o objetivo de preparar equipe interna e a população para eventuais situações que impactem a comunidade. Participam órgãos públicos das áreas de segurança, saúde e meio ambiente.

Simulado Mirim

Realização de simulados com as crianças e equipes escolares das Unidades Municipais de Ensino Rio Grande do Sul e São Paulo, em Cubatão. Ensina e conscientiza as crianças, professores e funcionários em como agir de forma correta em situações de emergência. No total, em dois treinamentos em 2019, participaram cerca de 200 pessoas. As atividades contaram ainda com o apoio da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Companhia Municipal de Trânsito.

Bate-papo com a comunidade

Realização de reuniões com moradores do Jd. Costa e Silva e Adjacências, em Cubatão, com o objetivo de estreitar o relacionamento entre empresa, comunidade e representantes do Conselho Comunitário Consultivo. Em 2019, foram realizados dois encontros onde participaram cerca de 100 pessoas. Foram tratados temas como o andamento dos Projetos do CCC e do Núcleo Comunitário de Defesa Civil.

Concurso de Ação Ambiental

Desafio lançado aos alunos do curso técnico de Meio Ambiente da ETEC Cubatão, visando incentivar o desenvolvimento de iniciativas em prol do meio ambiente pelos futuros profissionais da área. Em 2018, participaram do concurso cerca de 30 alunos divididos em quatro grupos. A iniciativa vencedora propôs a reforma de uma praça no bairro Jd. Costa e Silva, em Cubatão, utilizando materiais recicláveis. A ação foi realizada em junho/2019, com impacto em mais de 100 pessoas.

Campanha do Agasalho

Em agosto de 2019 foram doados mais de 100 peças de roupa e 278 cobertores pelos colaboradores da Unipar em Cubatão para a campanha do agasalho realizada em conjunto por nove municípios da Baixada Santista. As doações foram destinadas para a Assistência e Promoção Social Exército da Salvação, que recebeu 100 cobertores. A entidade

7.9 - Outras Informações Relevantes

atende cerca de 200 famílias carentes da Vila dos Pescadores, em Cubatão. Já os outros 178 cobertores foram entregues ao Fundo de Solidariedade de Cubatão, órgão que atende pessoas em situação de vulnerabilidade social no município.

Núcleo Comunitário de Defesa Civil – NUDEC Jd. Costa e Silva

Sempre preocupado em capacitar a comunidade para a atuação em eventuais situações de emergência, a Unipar, em parceria com seu Conselho Comunitário Consultivo apoia desde junho de 2015 o Núcleo Comunitário de Defesa Civil (NUDEC) Jardim Costa e Silva. O projeto, uma parceria com a Defesa Civil de Cubatão e a comunidade, é uma conquista dos moradores, que passaram a contar com um mecanismo fundamental de mobilização e atuação em momentos de risco para a população. Através do NUDEC são realizadas ações de segurança junto à comunidade, como simulados de evacuação e ações de conscientização. Desde sua criação, a Unipar segue acompanhando e apoiando as atividades do grupo.

Gincana com escolas municipais de Cubatão

Durante a Semana de Meio Ambiente da Companhia é realizada a pintura de painéis na área industrial da fábrica com tema sobre o meio ambiente. O trabalho é desenvolvido com professores e alunos de 10 escolas da cidade de Cubatão. A ação acontece todos os anos com o envolvimento de 300 pessoas, incluindo crianças e adultos. O trabalho dos alunos fica em exposição na fábrica durante um ano. A gincana existe há 32 anos.

Doação de produto a entidades assistenciais da Baixada Santista

A Companhia doa hipoclorito de sódio para diversas entidades da Baixada Santista, como a Prefeitura de Cubatão, 2º Batalhão de Infantaria Leve – Exército e Base Aérea de Santos – Aeronáutica. As doações são utilizadas na desinfecção de áreas comuns e tratamento de piscinas.

Doação de produto a entidades assistenciais da Baixada Santista

A Companhia doa hipoclorito de sódio para diversas entidades da Baixada Santista, como a Prefeitura de Cubatão, 2º Batalhão de Infantaria Leve – Exército e Base Aérea de Santos – Aeronáutica. As doações são utilizadas na desinfecção de áreas comuns e tratamento de piscinas.

Reciclagem solidária

O projeto Reciclagem Solidária, iniciado em 2003, no Dia do Meio Ambiente, visa a arrecadação e, posteriormente, a venda de materiais inservíveis e recicláveis gerados na fábrica de Santo André e também levados pelos colaboradores para reverter em ações de benefício social à comunidade que vive no entorno da fábrica Santo André. Dentre os projetos apoiados está: a Pastoral da Criança de Rio Grande da Serra, com a produção e venda de pães e campanhas de doação pontuais como de brinquedos, para as crianças da comunidade em datas comemorativas, de cobertores, de alimentos, entre outras realizadas com a ajuda da entidade Rede Social.

APAE Rio Grande da Serra

O trabalho desenvolvido pela APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais) de Rio Grande da Serra, conta com o apoio da Unipar através de uma verba mensal fixa que é aplicada no complemento aos custos de recursos humanos e quando necessário nas despesas de materiais de consumo, conservação da estrutura física da entidade. A entidade desenvolve um trabalho de acompanhamento de pessoas com deficiência física e mental nas áreas de saúde, educação especial e profissional.

Projeto Pão – Pastoral da Criança

A Pastoral da Criança alicerça sua atuação na organização da comunidade e na capacitação de líderes voluntários que assumem a tarefa de orientar e acompanhar as famílias vizinhas em ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania tendo como objetivo o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político. Por meio da verba arrecadada no projeto Reciclagem Solidária, todo mês são realizadas doações de óleo, açúcar e farinha de trigo para a Pastoral da Criança de Rio Grande da Serra. Com estes gêneros alimentícios, líderes comunitárias e mães, produzem e vendem pães doces e salgados para arrecadar fundos para os trabalhos com a comunidade.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Fibras da Serra

O Fibras da Serra é um projeto de qualificação e geração de renda desenvolvido pela Unipar dentro da comunidade de Rio Grande da Serra, que registra um dos maiores índices de desemprego e é o mais pobre entre as setes cidades do Grande ABC. A escolha da fibra de bananeira como matéria-prima para desenvolver produtos de arte e artesanato, surgiu no próprio grupo a partir da discussão levada pela empresa da necessidade de trabalhar com um produto que pudesse ser encontrado na região e que fosse ambientalmente correto e sustentável. Em 2009, foi construída a sede do projeto, já com o grupo formalizado como Associação Fibras da Serra. Atualmente a empresa continua investindo na formação técnica e gerencial dos integrantes da Associação, para que tenham condições de conduzir a entidade de maneira autônoma. Periodicamente, especialmente em datas comemorativas como Natal, a Associação faz exposição e venda dos produtos na fábrica Santo André, interagindo e explicando aos colaboradores os métodos utilizados na confecção dos produtos.

Skatescola

O Skatescola é um projeto de educação através do esporte, voltado para crianças e adolescentes de 8 a 17 anos, promovendo a cidadania, a saúde, a conscientização de coletividade e a inclusão social. Como critério de participação, as crianças e jovens interessados devem estar matriculados nas escolas da comunidade e ter a autorização do pai ou responsável legal. As aulas são ministradas por dois professores especializados no esporte e supervisionadas por educadores, possuem duração de duas horas cada e ocorrem no período da manhã e da tarde 2 vezes por semana, atendendo em média 80 crianças e adolescentes.

Projeto Primeiros Acordes

O Projeto Primeiros Acordes - Escola de Música em Rio Grande da Serra oferece aos jovens de 14 a 21 anos que tenham interesse a oportunidade de terem aulas de música gratuitamente, através da criação de uma escola de música com capacidade para atender 60 jovens que poderão escolher entre instrumentos de metais, madeira ou percussão. As aulas acontecem três vezes por semana com duração de 2 horas cada, num total de 24 horas de aulas mensais.

Escuela de Verano Club Comercial

Projeto realizado há 20 anos junto à Prefeitura de Bahía Blanca (ARG) durante as férias escolares de verão, que traz a oportunidade da prática de esportes e atividades recreativas, de forma gratuita, a mais de 300 crianças e jovens da comunidade vizinha à fábrica da Unipar na cidade.

Programa de ofícios Buen Trabajo

Programa de formação de jovens desempregados, de 18 a 30 anos, para o mercado de trabalho em Bahía Blanca, na Argentina. Em 2019, participaram 100 alunos, que puderam ampliar suas competências profissionais. Com esta capacitação técnica os participantes aprimoram seu conhecimento técnico e o seu potencial de empregabilidade. O Programa existe há mais de 15 anos através de parceria público-privada.

Férias de inverno com a Unipar

Programa destinado às crianças do bairro Engenheiro White e demais bairros que ficam no entorno da fábrica em Bahía Blanca. Durante as férias de inverno, podem aproveitar uma estrutura de cinema montada no centro da cidade. Passaram pela atividade mais de 2000 pessoas em 2019.

El hipo te cuida

Programa de doação de hipoclorito de sódio, para desinfecção e saneamento de instituições públicas de Bahía Blanca (ARG). Mais de 50 entidades, entre hospitais, escolas, clubes, ONGs etc, recebem as doações provenientes da Unipar.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Os ativos imobilizados, ativos intangíveis e participação em sociedades relevantes estão descritos nos itens 9.1.a, 9.1.b e 9.1.c.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Complexo industrial	Brasil	SP	Cubatão	Própria
Complexo industrial	Brasil	SP	Santo André	Própria
Complexo industrial	Argentina			Própria
Sede	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Sede	Argentina			Alugada
Filial	Brasil	BA	Salvador	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui quaisquer patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, ou contratos de transferência de tecnologia relevantes nos três últimos exercícios sociais.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Solalban Energia S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Produção de energia elétrica para consumo próprio e comercialização a terceiros.	56,210000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	13.117.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Fortalecer sua posição na fabricação de cloro, soda e outros produtos químicos derivados e integrar ao seu portfólio o negócio de Vinílicos (PVC)								
Unipar Indupa do Brasil S.A.	61.460.325/0001-41	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Produção de PVC e Soda Cáustica	98,440000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	347.409.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Fortalecer sua posição na fabricação de cloro, soda e outros produtos químicos derivados e integrar ao seu portfólio o negócio de Vinílicos (PVC)								
Unipar Indupa S.A.I.C.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Produção de PVC e Soda Cáustica	98,440000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	280.175.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Fortalecer sua posição na fabricação de cloro, soda e outros produtos químicos derivados e integrar ao seu portfólio o negócio de Vinílicos (PVC).								

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras anuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins do inciso VIII do artigo 1º do Anexo III da Instrução nº 480, de 7 de dezembro 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada (“Instrução CVM nº 480/2009”), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela CVM e conforme as International Financial Reporting Standards (“IFRS”).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. **Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A Diretoria Executiva (“Diretoria”) entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Para acompanhamento das condições financeiras, a Companhia monitora sua *performance* operacional, seus *covenants*, e sua estrutura de capital com base, dentre outros, no indicador Dívida Líquida sobre o EBITDA e no índice de alavancagem financeira.

Segundo a CVM, o EBITDA (LAJIDA) corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro (despesas financeiras líquidas das receitas financeiras) e das depreciações, amortizações e exaustões. Esta definição de EBITDA encontra-se na Instrução CVM nº 527, de 5 de outubro de 2012 (“Instrução CVM nº 527/2012”).

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos com instituições financeiras (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo Patrimônio Líquido. Nas seções abaixo detalhamos o comportamento de cada um destes itens.

Em 2017, devido à incerteza da situação política e governamental no Brasil e Argentina, a Companhia realizou captação de financiamentos, líquida de amortizações, no valor de R\$ 245,8 milhões, que teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia, garantindo sua liquidez. Ao final do exercício, a alavancagem financeira consolidada era de 44%. O aumento da alavancagem foi impactado pelo pagamento dos dividendos (R\$ 387,4 milhões em 2017 versus

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R\$ 23,8 milhões em 2016) e desinvestimento na Tecsis – Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. (“Tecsis”) (R\$ 110 milhões) da Controladora, compensados pela geração operacional de caixa (cerca de R\$ 422,3 milhões).

Em 2018, a Companhia realizou a emissão de R\$ 350,0 milhões em debêntures, com rating AA-, financiamento bancário de R\$ 111,8 milhões e recebeu a liberação de financiamento do BNDES de R\$ 17,3 milhões, sendo que, ao final de 2018, a alavancagem financeira era de 12% devido, principalmente, ao crescimento representativo de caixa e aplicações financeiras em relação a dezembro de 2017.

Em 2019, a Companhia realizou sua 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 201,0 milhões, como resultado de sua estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures, contratou financiamento bancário de R\$ 108,0 milhões, e recebeu liberação de financiamento do BNDES, no valor de R\$ 22,8 milhões, sendo que, ao final de 2019, a alavancagem financeira era de 11%. Em dezembro de 2019, o *rating* da Companhia e de suas 4ª e 5ª emissões de debêntures foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings.

Na tabela abaixo, é indicado o índice de alavancagem financeira. A dívida líquida consolidada ao final do último exercício (2019) somava R\$ 162,9 milhões, 2,1% inferior ao ano anterior, dado que, ao longo de 2019, houve amortização líquida de empréstimos de capital de giro e de debêntures no valor de R\$ 350,3 milhões, com redução de caixa/equivalente de caixa/aplicações financeiras de R\$ 346,8 milhões (-40,3%). A dívida líquida consolidada em 2018 era de R\$ 166,4 milhões, redução de 62,1% em relação a 2017, que era de R\$ 438,6 milhões, sendo tal redução afetada pelo aumento de saldo de caixa em relação a dezembro/2017 e compensado, parcialmente, pela 4ª emissão de debêntures pela Controladora, no valor de R\$ 350,0 milhões, em março de 2018 e pela contratação de financiamento bancário de R\$ 117,8 milhões, reduzindo, também o índice de alavancagem financeira de 44% para 11%.

Índice de alavancagem financeira - Consolidado

Índice de Alavancagem Financeira (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	677.548	1.027.846	840.368
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	<i>301.525</i>	<i>201.542</i>	<i>78.559</i>
<i>Aplicações financeiras</i>	<i>213.158</i>	<i>659.939</i>	<i>323.243</i>
Dívida líquida	162.865	166.365	438.566
Patrimônio líquido ¹	1.473.053	1.347.520	990.925
Índice de alavancagem financeira	11%	12%	44%

¹ Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

Abaixo, o indicador dívida líquida/EBITDA tomando como base o EBITDA Consolidado calculado conforme a Instrução CVM nº 527/2012 e o EBITDA Ajustado da Controladora para monitoramento dos *covenants* da 2ª emissão de emissão de debêntures.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Dívida líquida/EBITDA - Consolidado

Cálculo EBITDA (LAJIDA)			
Consolidado			
<i>(R\$ mil)</i>			
	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Lucro Líquido	172.358	547.440	306.264
(+) Imposto de renda e contribuição social	84.252	129.297	30.597
(+) Resultado financeiro líquido	140.921	153.905	93.836
(+) Depreciação e amortização	183.080	176.380	200.102
EBITDA	580.611	1.007.022	630.799
Dívida líquida Consolidada	162.865	166.365	438.566
Dívida líquida/EBITDA	0,28x	0,17x	0,70x

O EBITDA (calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012) em 2019 foi de R\$ 580,6 milhões, inferior em 42,3% em relação aos R\$ 1.007,0 milhões de 2018, decorrente, principalmente, da queda na receita e aumento dos preços dos insumos e matérias-primas. Em 2017, o EBITDA foi de R\$ 630,8 milhões, com crescimento de 59,6% entre 2017 e 2018 decorrente, principalmente, do aumento da receita, melhorias operacionais, impactos do ajuste final de preço de aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. e reversão de provisão de parte de valor provisionado de um empréstimo antigo.

Índices de liquidez - Consolidado

Índices de Liquidez		2018	2017	2016
Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	1,54	1,42	0,96
Geral	(Ativo circ. + Ativo realiz. a LP) / (Pass. circ. + Passivo não circ.)	0,68	0,70	0,53

Em 2019, o índice de liquidez corrente consolidado foi de 1,54 e o índice de liquidez geral foi de 0,68, em linha com o ano anterior. A variação entre os anos de 2017 e 2018 foi decorrente da emissão de debêntures em março/2018 e liberação de financiamento BNDES para a planta de Santo André.

b. Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital:

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia. A seguir é

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

demonstrada a composição do capital social e a gestão das estruturas que financiam as operações da Companhia.

As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras.

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado era representado por 101.680.741 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado era representado por 91.145.679 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 83.550.206 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. As alterações no capital social ao longo dos períodos foram decorrentes de bonificações e cancelamento de ações em tesouraria.

Capital Social	2019	Part.	2018	Part.	2017	Part.
Ordinárias	35.252.274	35%	30.381.893	33%	27.850.069	33%
Preferenciais Classe “A”	2.812.040	3%	2.529.502	3%	2.590.710	3%
Preferenciais Classe “B”	63.616.427	62%	58.234.284	64%	53.109.427	64%
Capital Social Total	101.680.741	100%	91.145.679	100%	83.550.206	100%

Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira, conforme apresentado no item 10.1.a acima.

A tabela abaixo demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Estrutura de Capital- Consolidado	2019	AV	2018	AV	2017	AV
Passivo exigível – capital de terceiros	2.235.598	60%	2.596.688	64%	2.393.546	69%
Patrimônio líquido – capital próprio	1.473.053	40%	1.445.942	36%	1.072.831	31%
Exigível / PL	1,50	-	1,80	-	2,31	-
Total do passivo – capital total	3.708.653	100%	4.042.632	100%	3.466.377	100%

c. Comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, sua posição de liquidez e a tendência de geração de caixa consistente apresentada pelos negócios de soda, cloro, derivados de cloro e policloreto de vinila (“PVC”), entendemos que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros atualmente assumidos, cumprindo com suas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

obrigações presentes e futuras e aproveitando oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e da capacidade de tomar empréstimos no mercado. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender às suas atuais necessidades, incluindo capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos consolidados das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram, respectivamente, de R\$ 301,5 milhões e de R\$ 213,2 milhões, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 201,5 milhões e de R\$ 659,9 milhões, e em 31 de dezembro de 2017 esses saldos foram de, respectivamente, R\$ 78,6 milhões e R\$ 323,2 milhões.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes, com avaliação continuada do crédito e, quando necessário, obtenção de garantias pessoais/corporativas, como, por exemplo, seguro de crédito, carta de crédito, fiança bancária, dentre outras.

Ademais, a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

No tocante à compra de insumos e demais pagamentos relacionados à sua operação, a Companhia busca, sempre que possível, alinhar os prazos de pagamentos aos fornecedores com os recebimentos de seus clientes e, quando necessário, a Companhia também utiliza operações de financiamento para reforço de caixa e para garantir o pagamento de suas obrigações.

d. Comentários dos Diretores sobre fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

As necessidades de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio da geração de caixa operacional e captações de contratos financeiros de curto e longo prazos.

Em fevereiro de 2015, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 25,7 milhões, para modernização da planta em Cubatão, garantida por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Controladora, cujos valores foram liberados em julho de 2015 (R\$ 12,8 milhões), em agosto de 2016 (R\$ 3,9 milhões) e em setembro de 2017 (R\$ 3,3 milhões).

Com a aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C., a Companhia assumiu, por meio de suas controladas, um débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre a qual incide encargos de 3% a.a. Tal dívida será amortizada em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

No ano de 2017, devido à incerteza da situação política e governamental no Brasil e Argentina, a Companhia realizou captação de financiamentos, líquida de amortizações, no valor de R\$ 245,8 milhões, que teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia, garantindo sua liquidez.

Em 2018, a Companhia realizou emissão de R\$ 350,0 milhões em debêntures, com rating AA-(bra) / Fitch Ratings, financiamento bancário de R\$ 111,8 milhões e firmou contrato de financiamento com o BNDES para modernização da planta de PVC a unidade de Santo André (Unipar Indupa do Brasil S.A.), no montante total de R\$ 63,5 milhões,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dos quais R\$ 22,8 milhões foram liberados em 2019 e R\$ 17,3 milhões liberados em 2018.

Em junho de 2019, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 201,0 milhões, compondo a estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures para aumento do prazo médio e redução do custo do endividamento, de modo que seu rating foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings em dezembro de 2019.

e. Comentários dos Diretores sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional e as captações realizadas nos últimos anos.

A Companhia mantém também linhas de créditos com bancos para financiar eventuais necessidades de capital de giro, investimentos em ativos não-circulantes de curto e longo prazo e manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que a Administração da Companhia acredita ser apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

f. Comentários dos Diretores sobre os níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Conforme mencionado anteriormente, a Administração da Companhia possui estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, fundamental para o sucesso do planejamento estratégico e para perpetuidade e sucesso dos seus negócios. Com base nas estratégias e no plano de negócio, a Companhia entende que possui uma estrutura de endividamento adequada, devidamente segregada entre curto e longo prazo, que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento ao plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, as diversas linhas de créditos com bancos não possuem qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras.

A Companhia encerrou os anos de 2019, 2018 e 2017 com saldos de capital de terceiros consolidados de R\$ 2,2 bilhões, R\$ 2,6 bilhões e R\$ 2,4 bilhões, respectivamente. Destes montantes, os empréstimos e financiamentos brutos consolidados representavam R\$ 677,5 milhões, R\$ 1.027,8 milhões e R\$ 840,4 milhões, respectivamente.

Endividamento total - Consolidado

Endividamento total (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de					
	2019	AV	2018	AV	2017	AV
Passivo circulante	782.357	35%	1.129.665	44%	1.151.821	48%
Empréstimos e financiamentos	177.566	8%	477.918	18%	437.279	18%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros	604.791	27%	651.747	26%	714.542	30%
Passivo não circulante	1.450.521	65%	1.467.023	56%	1.241.725	52%
Empréstimos e financiamentos	499.982	22%	549.928	21%	403.089	17%
Outros	950.539	43%	917.095	35%	838.636	35%
Passivo total	2.232.878	100%	2.596.688	100%	2.393.546	100%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Abaixo, a abertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Moeda	Indexador ¹	Saldo em 31 de dezembro de		
			2019	2018	2017
BNDES	R\$	TJLP + 1,40% a.a.	14.433	21.237	9.169
BNDES	R\$	IPCA + 2,14% a.a.	24.570	10.037	-
BNDES	R\$	TJLP + 1,87% a.a.	16.832	7.308	-
BNDES	R\$	SELIC + 2,36% a.a.	4.856	7.200	9.226
BNDES	R\$	TJLP + 2,23% a.a.	3.962	6.206	11.873
BNDES	R\$	2,56% a.a.	-	-	2.020
Capital de giro	USD	6,25% a.a.	4.019	29.996	59.422
Capital de giro	AR\$	65,08% a.a.	-	10.895	19.447
Capital de giro	AR\$	56,00%	6.147	9.086	-
Capital de giro	AR\$	51,39%	-	59	-
Capital de giro	AR\$	23,27% a.a.	-	-	16.179
Capital de giro	AR\$	22,65% a.a.	-	-	11.871
Capital de giro longo prazo	AR\$	23,56% a.a.	-	-	101
Capital de giro	R\$	CDI + 1,25% a.a.	108.047	-	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 2,50% a.a.	-	112.923	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 3,62% a.a.	-	74.625	148.605
Cédula de crédito bancário	R\$	8,10% a.a.	-	46.177	40.072
Comprar	R\$	8,23% a.a.	-	23.592	29.657
Debêntures - 2ª emissão	R\$	CDI + 2,00% a.a.	50.010	151.872	252.554
Debêntures - 3ª emissão	R\$	CDI + 3,50% a.a.	-	51.862	103.355
Debêntures - 4ª emissão	R\$	CDI + 2,15% a.a.	155.805	356.058	-
Debêntures - 5ª emissão	R\$	CDI + 1,25% a.a.	200.335	-	-
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 2,50% a.a.	49.734	49.902	49.743
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 3,65% a.a.	-	9.308	27.543
Notas promissórias	R\$	CDI + 2,50% a.a.	38.798	49.531	-
Total			677.548	1.027.847	840.368

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

¹ Indexadores referentes ao último período apresentado

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Em 31 de dezembro de 2019, exceto pelas relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no subitem (i) acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia:

A Companhia esclarece que não há qualquer grau de subordinação entre as suas dívidas bancárias contraídas durante os três últimos exercícios sociais, exceto por aquelas dívidas com garantia real, as quais gozam de preferência sobre outras dívidas em caso de falência, até o limite da garantia real constituída. O modo de pagamento de cada uma das dívidas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

Em 31 de dezembro de 2019, a totalidade do saldo dos financiamentos da Controladora junto ao BNDES para modernização da planta da unidade de Cubatão equivale a R\$ 8,8 milhões (R\$ 13,4 milhões em 2018) e é garantida por terrenos, edificações e equipamentos da Controladora, sendo os únicos financiamentos contratados com garantia real. Para a planta da unidade de Santo André, o saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 23,4 milhões (R\$ 38,6 milhões em 2018).

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

A Companhia assumiu certos compromissos (*covenants*) relacionados a contratos de financiamentos, estabelecendo obrigações quanto à manutenção de índices financeiros, como demonstrado na tabela abaixo. Esses compromissos são usuais em operações de mesma natureza e não limitam a capacidade de condução dos negócios da Companhia. Abaixo está apresentado o resumo das garantias e dos *covenants* consolidados das linhas de financiamento da Companhia.

Abertura das garantias e dos *covenants* dos contratos de empréstimos e financiamentos consolidados:

¹ EBITDA conforme 1º aditamento ao instrumento particular de escritura da 2ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia, de 15 de junho de 2016, que exclui também os efeitos de (i) baixas de itens do ativo imobilizado; (ii) baixas de investimento; (iii) unidades operacionais descontinuadas; (iv) provisões para processos judiciais e/ou suas reversões; e o (v) resultado de equivalência patrimonial. E será apurado com base nos últimos 12 (doze) meses dos resultados individuais.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

² EBITDA, conforme o instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de 10 de julho de 2017, bem como conforme a cártula da 2ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia e instrumento de escritura particular da 4ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de 22 de março de 2018, corresponde ao lucro operacional consolidado da Companhia adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

A não observância dos indicadores relacionados na coluna *covenants* acarreta o vencimento antecipado da dívida. Até o presente momento, a Companhia está adimplente com os compromissos assumidos em seus contratos.

Em 2019, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,28x e o indicador dívida líquida/EBITDA ajustado 12 meses para atendimento a 2ª emissão das debêntures foi 0,44x conforme demonstrado anteriormente no item 10.1.a acima. Em 2018, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,17x e o indicador dívida líquida/EBITDA ajustado 12 meses para atendimento a 2ª emissão das debêntures foi de 0,27x.

g. Comentários dos Diretores sobre os limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados:

ENDIVIDAMENTO	Indexador	Saldo em 31/12/2019 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
BNDES	TJLP + 1,40% a.a.	14.433	Fiança bancária	Sem covenants financeiros
BNDES	IPCA + 2,14% a.a.	24.570	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	TJLP + 1,87% a.a.	16.832	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	SELIC + 2,36% a.a.	4.856	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente \geq 0,8; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
BNDES	TJLP + 2,23% a.a.	3.962	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente \geq 0,8; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
Debêntures 2ª emissão	CDI + 2,00% a.a.	50.010	Cessão fiduciária de dividendos devidos pela Companhia aos sócios: Vila Velha, Frank Geyer	(i) Dívida líquida/EBITDA ¹ máximo: em 2014: 4x; em 2015: 3,75x; em 2016: 3,5x e a partir de 2017: 3,25x; (ii) EBITDA ^{1/} resultado financeiro

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ENDIVIDAMENTO	Indexador	Saldo em 31/12/2019 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
			Abubakir e Maria S. de Sampaio Geyer, caso atinja o valor de: a partir de 2015 3,25x quando do cálculo de dívida líquida /EBITDA ¹	líquido: (mínimo de 2x); (iii) Capex e/ou novos investimentos máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice dívida líquida/EBITDA ¹ for superior a 3,5x.
Debêntures 4ª emissão	CDI + 2,15% a.a.	155.805	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures 5ª emissão	CDI + 1,25% a.a.	200.335	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 2,50% a.a.	49.734	Sem garantia	Não assumir, sem prévia anuência do credor, novas dívidas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$15.000.000,00,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ENDIVIDAMENTO	Indexador	Saldo em 31/12/2019 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
				excetuados os empréstimos destinados ao atendimento aos negócios de gestão ordinária e à liquidação de dívidas existentes, ou, ainda, os financiamentos, contratados diretamente ao, ou com recursos provenientes do BNDES.
Notas Promissórias Comerciais 2ª emissão	CDI + 2,50% a.a.	38.798	Sem garantia	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Notas Promissórias Comerciais 2ª emissão	CDI + 2,50% a.a.	38.798	Sem garantia	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um saldo ainda não utilizado/liberado de cerca de R\$ 28,2 milhões, referentes aos contratos de financiamentos já contratados com o BNDES.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

h. Comentários dos Diretores sobre as alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Demonstrações de Resultado (R\$ mil)	Consolidado							
	2019	AV	2018	AV	2017	AV	AH 2019 x 2018	AH 2018 x 2017
Receita operacional líquida	3.048.730	100%	3.469.133	100%	3.019.592	100%	-12%	15%
Custo dos produtos vendidos – CPV	(2.231.876)	73%	(2.209.155)	64%	(2.114.627)	70%	1%	4%
Lucro bruto	816.854	27%	1.259.978	36%	904.965	30%	-35%	39%
<i>Margem bruta</i>	27%	-	36%	-	30%	-	-	-
Despesas com vendas	(153.097)	5%	(151.203)	4%	(175.040)	6%	1%	14%
Despesas gerais e administrativas	(280.737)	9%	(247.578)	7%	(198.119)	7%	13%	25%
Resultado com desinvestimento Tecsis	-	-	-	-	(27.033)	1%	-	-
Resultado de equivalência patrimonial/Combinação de Negócios	(6.507)	-	941	-	1.668	-	-	44%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21.018	1%	(31.496)	1%	(75.744)	3%	-	58%
Lucro antes do resultado financeiro	397.531	13%	830.642	24%	430.697	14%	-52%	93%
Resultado financeiro líquido	(140.921)	5%	(153.905)	4%	(93.836)	3%	-8%	64%
Lucro antes do IR e CS	256.610	8%	676.737	20%	336.861	11%	-62%	101%
Provisão para IR e CS	(84.252)	3%	(129.297)	4%	(30.597)	1%	-35%	323%
Lucro (prejuízo) líquido	172.358	6%	547.440	16%	306.264	10%	-69%	79%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada, em 2019, foi de R\$3.048,7 milhões, redução de 12% em relação a 2018, sendo tal variação decorrente, principalmente, da queda relevante nos preços médios de venda da soda cáustica, nos volumes comercializados, bem como na menor utilização da capacidade das plantas de PVC e seu efeito negativo no preço. Em 2018, a receita líquida consolidada foi de R\$ 3.469,1 milhões (+15%), variação decorrente, principalmente, do aumento dos preços médios de venda, refletindo o comportamento do preço da soda no mercado internacional, além do efeito do crescimento da taxa média do câmbio.

Custo dos produtos vendidos - CPV

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 2.231,9 milhões em 2019, apresentando aumento de 1,0% em relação a 2018. O aumento do preço dos insumos e matérias-primas, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar americano, foi o principal responsável pelo crescimento no CPV no ano de 2019, parcialmente compensado pela reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no 2º semestre de 2018, devido à uniformização de critérios e sistemas. Em 2018, o CPV consolidado foi de R\$ 2.209,1 milhões (+4%), sendo tal variação influenciada pelo aumento nos preços dos insumos e matérias-primas, principalmente do etileno, gás natural e sal.

Lucro bruto e margem bruta

Em 2019, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 816,9 milhões, com uma margem bruta de 27%, sendo tal redução de 35% em relação a 2018 decorrente, principalmente, da queda da receita. Em 2018, o lucro bruto foi de R\$ 1.260,0 milhões, representando aumento de 39% em relação a 2017, decorrente de um crescimento da receita superior ao crescimento do CPV.

Despesas com vendas

As despesas com vendas somaram R\$ 153,1 milhões em 2019 (+1%), em função, principalmente, da utilização da tabela nacional de frete divulgada pela ANTT. Em 2018, as despesas com vendas foram de R\$ 151,2 milhões (-14%), reflexo do menor volume de vendas na unidade de Cubatão.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 280,7 milhões em 2019 (+13%), sendo tal aumento resultante, sobretudo, da reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no montante de R\$30,8 milhões. Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 247,6 milhões (+25%). Tal variação foi resultante, principalmente, do incremento da amortização da mais valia, decorrente da revisão da estimativa de vida útil dos bens da controlada Unipar Indupa S.A.I.C., que gerou uma despesa de R\$ 29,0 milhões em 2018, bônus atrelados a superação da meta EBITDA da Companhia e incentivos culturais com benefício fiscal.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas registrou uma receita de R\$ 21,0 milhões em 2019, decorrente de provisão constituída para demandas judiciais ativas em 2019 e realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes em 2018. Em 2018, a despesa foi de R\$ 31,5 milhões (-69%), devido, principalmente, à receita referente ao ajuste de preço de aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. de R\$ 48,9 milhões no ITR 1T18, reversão de provisão de empréstimo antigo com acordo homologado no ITR 3T18, no valor de R\$ 23,0 milhões e provisão para reestruturação constituída no início de 2017 para consolidação da Unipar Indupa S.A.I.C., sem correspondência em 2018, parcialmente compensado pela constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 46,3 milhões de clientes, em especial, na Argentina.

Resultado de equivalência patrimonial

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O resultado de equivalência patrimonial consolidado foi negativo em R\$ 6,5 milhões em 2019, referente ao resultado da participação na empresa de energia Solalban Energía S.A., cujo resultado em 2018 foi de R\$ 0,9 milhão positivo.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 140,9 milhões em 2019 (-8,4%) devido, principalmente, ao impacto da desvalorização do câmbio na dívida com terceiros, cujo efeito foi parcialmente compensado pelo efeito da aplicação do IAS 29 referente à hiperinflação na Argentina. Em 2018, o resultado foi de R\$ 153,9 milhões negativos (+64%), sendo tal variação explicada, principalmente, pela variação cambial sobre débitos com terceiros. Esta exposição em moeda estrangeira é controlada pela Companhia, que tem grande parte da sua receita atrelada à mesma moeda, absorvendo assim impactos negativos sobre este débito. Estas despesas financeiras foram parcialmente compensadas pela receita do efeito de aplicação da hiperinflação na Argentina.

Provisão para IR e CS

Exceto quanto à equivalência patrimonial, que não gera efeitos de Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social (“CS”), todos os demais fatores listados anteriormente contribuem para explicar a variação na despesa de IR e CS especialmente o lucro. Adicionalmente, há o impacto das constituições de créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em 2019, a provisão para IR e CS foi de R\$ 84,3 milhões e, em 2018, foi de R\$ 129,3 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

Ativo (R\$ mil)	Consolidado						AH 2019	AH 2018
	2019	AV	2018	AV	2017	AV	x 2018	x 2017
Circulante	1.207.780	32%	1.600.103	39%	1.109.867	32%	-25%	44%
Caixa e equivalentes de caixa	301.525	8%	201.542	5%	78.559	2%	50%	157%
Aplicações financeiras	213.158	6%	659.939	16%	323.243	9%	-68%	104%
Contas a receber de clientes	381.822	10%	449.321	11%	459.758	13%	-15%	-2%
Impostos a recuperar	48.858	1%	65.201	2%	48.701	1%	-25%	34%
Estoques	209.591	6%	198.621	5%	180.668	5%	6%	10%
Despesa antecipada	2.479	-	2.018	-	1.663	0%	23%	21%
Outros ativos circulantes	50.347	1%	23.461	1%	17.275	0%	115%	366%
Não circulante	2.511.041	68%	2.442.527	60%	2.356.510	68%	3%	4%
Ativo Realizável a Longo Prazo	306.504	8%	223.849	6%	157.426	5%	37%	42%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo (R\$ mil)	Consolidado						AH 2019	AH 2018
	2019	AV	2018	AV	2017	AV	x 2018	x 2017
Impostos a recuperar	11.318	-	15.848	-	21.675	1%	-29%	-27%
Estoques	52.923	1%	43.819	1%	40.812	1%	21%	7%
Depósitos Judiciais	47.305	1%	41.436	1%	43.164	1%	14%	-4%
IR e CS diferidos	172.339	5%	100.123	2%	19.773	1%	72%	406%
Outros ativos não circulantes	22.619	1%	22.623	1%	32.002	1%	-	-29%
Investimentos	13.325	-	12.594	-	21.817	1%	6%	-42%
Imobilizado	1.890.717	51%	1.906.835	47%	1.860.682	54%	-1%	2%
Intangível	300.495	8%	299.249	7%	286.585	8%	-	4%
Total do ativo	3.718.821	100%	4.042.630	100%	3.466.377	100%	-8%	17%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do ativo e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Ativo circulante***Caixa e equivalentes de caixa***

Em 2019, a conta de caixa e equivalentes de caixa somou R\$ 301,5 milhões dada a geração de caixa da Companhia. Em 2018, era de R\$ 201,5 milhões, devido à geração de caixa da Companhia e reforço de caixa através de emissão de debêntures. Em 2017, a conta de caixa e equivalentes de caixa consolidado foi de R\$ 78,6 milhões.

Aplicações financeiras

Em 2019, as aplicações financeiras somaram R\$ 213,2 milhões (R\$ 127,3 milhões em cotas de fundos de investimentos e R\$ 85,9 milhões em certificados de depósitos bancários). Em 2018, as aplicações financeiras somaram R\$ 659,9 milhões (R\$ 599,3 milhões investimentos cotas de fundos, R\$ 58,6 milhões em certificados de depósitos bancários e R\$ 2 milhões em outros tipos de aplicações). Em 2017, o saldo de aplicações financeiras consolidado foi de R\$ 323,2 milhões (R\$ 311,2 de investimentos em cotas de fundos, R\$ 10 milhões em certificados de depósitos bancários da Controladora e R\$ 2 milhões em outros tipos de aplicações).

Contas a receber de clientes e estoques

Em 2019, o saldo de contas a receber era de R\$ 381,8 milhões e o saldo de estoque de R\$ 209,6 milhões. Em 2018, o saldo de contas a receber era de R\$ 449,3 milhões e o saldo de estoque atingiu R\$ 198,6 milhões. Em 2017, o saldo de contas a receber de clientes consolidado foi de R\$ 459,8 milhões e o de estoque consolidado foi de R\$ 180,7 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Impostos a recuperar

Em 2019, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 48,9 milhões, sendo que, em 2018, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 65,2 milhões. Tal redução ocorreu devido, principalmente, pela compensação do imposto de renda e outros impostos em controlada. Em 2017, o saldo de impostos a recuperar consolidado foi de R\$ 48,7 milhões.

Outros ativos circulantes

Em 2019, o saldo de outros ativos circulantes consolidados foi de R\$ 50,3 milhões e de R\$ 23,6 milhões em 2018, dentro dos quais estão incluídos adiantamento a fornecedores e colaboradores e seguros. Em 2017, o saldo de outros ativos circulantes consolidados ficou em R\$ 17,3 milhões.

Ativo não circulante

Estoques

Em 2019, saldo de estoque era de R\$ 52,9 milhões, aumento em relação ao estoque de R\$ 43,8 milhões em 2018.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 2019, o saldo de impostos e contribuição diferidos era de R\$ 172,3 milhões, sendo que, em 2018, o esse mesmo saldo era de R\$ 100,1 milhões, oriundo de controlada da Companhia.

Investimentos

A conta de investimentos consolidado se refere à controlada indireta da Companhia Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Em 2019 registrou R\$ 13,3 milhões, em 2018, R\$ 12,6 milhões e, em 2017, R\$ 21,8 milhões.

Imobilizado

Em 2019, o saldo da conta de imobilizado consolidado era de R\$ 1.890,7 milhões, enquanto que, em 2018, era de R\$ 1,906,8 milhões. Em 2017, o saldo de conta de imobilizado consolidado foi de R\$ 1,9 bilhão, mantendo-se no patamar em 2018.

Intangível

Em 2019, o intangível estava contabilizado em R\$ 300,5 milhões e, em 2018, em patamares próximos registrando R\$ 299,2 milhões. Em 2017, saldo consolidado foi de R\$ 287 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do passivo e do patrimônio líquido

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Passivo circulante

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2019	AH 2018
	2019	AV	2018	AV	2017	AV	x 2018	x 2017
Circulante	785.077	21%	1.129.665	28%	1.151.821	33%	-31%	-
Fornecedores	182.468	5%	193.972	5%	212.142	6%	-6%	-9%
Empréstimos	177.566	5%	477.918	12%	437.279	13%	-63%	9%
Salários e encargos	63.002	2%	89.780	2%	96.850	3%	-30%	-7%
Imposto de renda e contrib. social	40.476	1%	57.572	1%	7.903	-	-30%	628%
Outros impostos e contrib. a pagar	32.822	1%	30.182	1%	32.040	1%	9%	-6%
Dividendos a pagar	54.437	1%	38.720	1%	100.148	3%	41%	-61%
Demandas Judiciais	-	-	-	-	329	-	-	-
Energia Elétrica	174.180	5%	181.562	4%	186.253	5%	-4%	-3%
Débito com terceiros	300	-	199	-	170	-	51%	17%
Passivo ambiental	13.542	-	4.522	-	17.889	1%	199%	-75%
Outros passivos circulantes	46.284	1%	55.238	1%	60.818	2%	-16%	-9%
Não circulante	1.450.521	39%	1.467.023	36%	1.241.725	36%	-1%	18%
Empréstimos	499.982	13%	549.928	13%	403.089	12%	-9%	36%
Salários e encargos sociais	4.315	-	2.498	-	-	-	73%	-
Imposto de renda e contrib. social	-	-	386	-	4.089	-	-	-91%
Imposto de renda e contrib. social dif	296.628	8%	273.968	7%	207.127	6%	8%	32%
Obrigações com benef. empregados	50.250	1%	43.200	1%	44.522	1%	16%	-3%
Demandas Judiciais	41.392	1%	49.410	1%	105.360	3%	-16%	-53%
Passivo ambiental	6.566	-	17.346	-	24.878	1%	-62%	-30%
Débito com terceiros	551.388	15%	530.287	13%	452.660	13%	4%	17%
Total do passivo	2.235.598	60%	2.596.688	64%	2.393.546	69%	-14%	9%
Patrimônio líquido	1.483.223	40%	1.445.942	35%	1.072.831	31%	3%	33%
Capital social	699.002	19%	474.415	12%	384.331	11%	47%	23%
Ações em tesouraria	(101.459)	-3%	(33.221)	1%	(14.879)	0%	205%	123%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2019	AH 2018
	2019	AV	2018	AV	2017	AV	x 2018	x 2017
Reserva de lucros	736.249	20%	872.230	22%	579.807	17%	-16%	50%
Outros resultados abrangentes	139.261	4%	34.096	1%	41.666	1%	308%	-18%
Participação dos acionistas não controladores	10.170	-	98.422	2%	81.906	2%	-90%	20%
Total do passivo e patrimônio líquido	3.718.821	100%	4.042.630	100%	3.466.377	100%	-8%	17%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do passivo e do patrimônio líquido e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Passivo circulante

Fornecedores

Em 2019, o saldo de fornecedores era de R\$ 182,5 milhões, enquanto que, em 2018, este saldo foi de R\$ 194,0 milhões. Em 2017, o saldo de fornecedores consolidado foi de R\$ 212,1 milhões.

Empréstimos

Os empréstimos e financiamento de curto prazo somavam R\$ 177,6 milhões em 2019 e R\$ 477,9 milhões em 2018, com redução de 63% devido à amortização de empréstimos de capital de giro e debêntures ao longo de 2019. Em 2017, o saldo era de R\$ 437,3 milhões. O aumento de 9% entre 2017 e 2018 foi devido a novas captações.

Salários e encargos

Em 2019, o saldo de salários e encargos era de R\$ 63,0 milhões, enquanto que, em 2018, era de R\$ 89,8 milhões, sendo tal redução proveniente da provisão de salários e encargos. Em 2017, o saldo de salários e encargos consolidado foi de R\$ 96,9 milhões.

Obrigações Fiscais

Imposto de renda e contribuição social

Em 2019, o saldo de imposto e contribuição social era de R\$ 40,5 milhões, enquanto que, em 2018, era de 57,6 milhões e, em 2017, de R\$ 7,9 milhões. Em 2017, o saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar consolidado foi de R\$ 7,9 milhões.

Outros impostos e contribuições a pagar

Em 2019, o saldo de outros impostos e contribuições a pagar era de R\$ 32,8 milhões, em linha com o saldo em 2018

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

que era de R\$ 30,2 milhões e, também, o saldo em 2017 de R\$ 32,0 milhões.

Dividendos a pagar

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não efetuou nenhum pagamento de juros sobre o capital próprio.

Para o exercício de 2019, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 41,2 milhões, os quais foram deliberados através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de abril de 2020, nos termos e forma autorizados pelo artigo 2º da Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020, e pagos a partir de 22 de abril de 2020.

Em 2018, houve uma deliberação de dividendos intermediários antecipado relativos ao exercício de 2018, de R\$ 100,0 milhões e uma deliberação de dividendos adicionais de lucros a realizar de exercícios anteriores no montante de R\$ 20,5 milhões. Para o exercício de 2018, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 125,4 milhões, dos quais R\$ 100,0 milhões foram pagos em outubro de 2018 e o restante, em abril de 2019.

Em 2017, houve uma deliberação de dividendos intermediários no montante de R\$ 363 milhões, quando, também, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de aproximadamente R\$ 72 milhões, que foi adicionado à realização da reserva de lucros a realizar, no montante aproximado de R\$ 19 milhões, gerando dividendos da ordem de R\$ 91 milhões a pagar no exercício de 2018. Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores de cerca de R\$ 9 milhões.

Energia elétrica

Em 2015, o saldo a pagar de energia elétrica da Controladora foi de R\$ 41 milhões, no qual houve um acréscimo no valor aproximado de R\$ 29 milhões. A publicação inicial dos valores da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), relativos ao período de agosto de 2015 a julho de 2016, indicava alta majoração destes encargos, o que levou a Companhia e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança do encargo com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do terceiro trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia provisiona integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetua os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar.

Em 2016, o saldo a pagar de energia elétrica consolidada foi de R\$ 167,7 milhões, constituída de R\$ 84 milhões pela Controladora, referente provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE, e R\$ 84 milhões por parte das Controladas. Em 2017, o saldo a pagar de energia elétrica consolidada foi de R\$ 186,3 milhões, constituída de R\$ 107 milhões pela Controladora, referente provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE até o agosto de 2017, e R\$ 79 milhões por parte das Controladas. Em 2018, o saldo a pagar de energia elétrica era de R\$ 181,6 milhões, sendo R\$ 126,2 milhões referente ao provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2019, os respectivos processos continuam em discussão. Não há discussões sobre os valores da CDE relativas aos períodos posteriores a agosto de 2017.

Débitos com terceiros

Em 2019, conforme apontado no item 10.1.c, o débito com terceiros consolidado corresponde a parte da dívida da Controlada com Solvay Vinyls Holding AG no curto prazo no valor de R\$ 300 mil referente a pagamento de juros. Em 2018, o saldo era de R\$ 199 mil e de R\$ 170 mil em 2017.

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado em 2019 era de R\$ 13,5 milhões, aumento representativo em relação aos R\$ 4,5 milhões em 2018 devido à transferência entre curto e longo prazo. Em 2017, o saldo de passivo ambiental consolidado foi de R\$ 17,9 milhões.

Outros passivos

O saldo de outros passivos circulantes era de R\$ 46,3 milhões em 2019 e de R\$ 55,2 milhões em 2018. Em 2017, o saldo de outros passivos consolidados foi de R\$ 60,8 milhões. Tais saldos são compostos, principalmente, por despesas alfandegárias, provisões de fretes e adiantamentos de clientes.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Em 2019, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somaram R\$ 150,0 milhões, enquanto que, em 2018, eram de R\$ 549,9 milhões. A variação foi decorrente da transferência de longo prazo para curto prazo de alguns financiamentos. Em 2017, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somavam R\$ 403,1 milhões, sendo que o crescimento de 2018 em relação a 2017 foi decorrente de recursos captados através de empréstimos e financiamentos destinados para capital de giro e beneficiaram o alongamento nos prazos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 2019, 2018 e 2017, as principais movimentações desta rubrica foram a constituição de créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores, créditos de diferenças temporárias relacionadas a contingências, acréscimo dos saldos de impostos diferidos passivos, inerentes à diferença de taxas de depreciação contábil e fiscal e utilização dos créditos fiscais relacionados à incorporação da Controlada Unipar Indupa S.A.I.C. Os saldos em 2019, 2018 e 2017 foram de R\$ 296,6 milhões, R\$274,0 milhões e R\$ 207,1 milhões, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Obrigações com benefícios de aposentadoria

Em 2019, o saldo da conta de obrigações com benefícios aos empregados era de R\$ 50,3 milhões e, em 2018, de R\$ 43,2 milhões, enquanto que, em 2017, o saldo da conta de obrigações com benefícios de empregados consolidado foi de R\$ 44,5 milhões.

Demandas judiciais

Em 2019, o saldo de demandas judiciais consolidado era de R\$ 41,4 milhões, enquanto que, em 2018, era de R\$ 49,4 milhões. Em 2017, o saldo da conta de demandas judiciais consolidado foi de R\$ 105,4 milhões.

Débitos com terceiros

Em 2019, o débito consolidado corresponde a dívida da Controlada com a Solvay Vinyls Holding AG, conforme explicado no item 10.1.c , o qual no longo prazo era de R\$ 551,4 milhões. Em 2018, era de R\$ 530,3 milhões e, em 2017, de R\$ 453 milhões. As alterações nos saldos são decorrentes das variações cambiais, dado que o débito com terceiros é em moeda estrangeira (dólar americano) no valor total de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre a qual incide encargos de 3% a.a. com amortização em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões e vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado, em 2019, era de R\$ 6,6 milhões e de R\$ 17,3 milhões em 2018, sendo tal variação decorrente da transferência de saldos do longo para o curto prazo. Em 2017, o saldo de passivo ambiental consolidado foi de R\$ 24,9 milhões.

FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de Caixa (R\$ mil)	Consolidado				
	2019	2018	2017	AH 2019 x 2018	AH 2018 x 2017
Caixa líquido nas atividades operacionais	454.991	892.266	430.482	-49%	111%
Caixa líquido nas atividades de investimento	253.982	(536.321)	(475.149)	-	12%
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(716.828)	(235.681)	(251.185)	204%	-6%
Efeito da var. cambial sobre caixa e equiv. de caixa	107.838	2.719	(8.935)	3.866%	59%
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	99.983	122.983	(304.787)	-19%	-140%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades operacionais

Em 2019, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais consolidado foi de R\$ 455,0 milhões, enquanto que, em 2018, foi de R\$ 892,3 milhões, sendo tal redução resultante de queda na receita e preço de venda dos produtos da Unipar. Em 2017, as atividades operacionais consolidadas geraram um caixa de R\$ 430,5 milhões. A variação entre os anos 2017 e 2018 foi resultante do melhor desempenho operacional em 2018.

Atividades de investimentos

Em 2019, o caixa líquido gerado nas atividades de investimento foi de R\$ 254,0 milhões devido, principalmente, às aplicações financeiras líquidas de resgate no período, enquanto que, em 2018 e 2017, foram aplicados R\$ 536,3 milhões e R\$ 475,1 milhões, respectivamente.

Atividades de financiamento

Em 2019, R\$ 716,8 milhões foram aplicados nas atividades de financiamento devido à amortização de empréstimos e debêntures, pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos e recompra de ações de própria emissão. Em 2018, o desembolso foi de R\$ 235,7 milhões e, em 2017, o caixa líquido nas atividades de financiamento foi um desembolso de R\$ 251,2 milhões. Os desembolsos de menor valor nos anos de 2018 e 2017 em comparação com 2019 são explicados pelo pagamento de dividendos nos períodos, compensado pela captação de empréstimos/financiamentos nestes exercícios.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. Comentários dos Diretores sobre os resultados das operações da Companhia:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica, e é acionista controlador da Unipar Indupa S.A.I.C., empresa argentina produtora de PVC e soda cáustica na Argentina e no Brasil, sendo a sua receita composta por PVC e soda cáustica.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida consolidada da Companhia para os períodos indicados:

Receita Líquida (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida
Produção de soda, cloro e PVC	3.048.730	100,0%	3.469.133	100,0%	3.019.592	100,0%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais estão descritos no item 10.1 desse Formulário de Referência.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A receita da Companhia é decorrente da condição oferta-demanda, basicamente, no mercado interno, responsável pela quase totalidade do destino de vendas.

Apesar de, em algumas situações, ser possível repassar efeitos de inflação aos preços de venda, não há uma indexação preponderante e direta dos preços de venda a índices de inflação.

Parte da receita é atrelada ao dólar americano e também leva em conta a cotação no mercado internacional da soda cáustica.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

O resultado das operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo que nossas receitas não estejam indexadas

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

diretamente aos índices de inflação (IGP-M, INPC, IPC-A etc.), os custos operacionais tendem a acompanhar tais índices.

Em relação à exposição cambial, é válido destacar a influência do Etileno, item primordial no processo de produção de EDC, produto utilizado na produção do PVC, que tem referência em moeda estrangeira. Sendo assim, pode haver variação nos preços desta matéria-prima em virtude de oscilações de moeda estrangeira. A Companhia possui uma estratégia defensiva de gerenciamento de risco de variação cambial, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia.

Com relação à exposição a taxas de juros, grande parte da dívida da Companhia está indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme demonstrado no item 10.1 acima. Neste sentido, variações positivas ou negativas nesta taxa podem afetar o resultado financeiro de forma significativa, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em continuidade ao processo de aquisição em etapas, a Unipar lançou uma segunda oferta pública para aquisição de até a totalidade das demais ações representativas, em circulação, do capital da Unipar Indupa S.A.I.C com finalidade de cancelamento do registro de companhia aberta (“OPA”). A operação foi aprovada pela Comissão Nacional de Valores (“CNV”), iniciada em 14 de agosto de 2019 e finalizada em 30 de dezembro de 2019. Com adesão à oferta e aquisições no mercado, a OPA resultou em uma aquisição total de 44.200.801 ações ordinárias representativas de 10,68% do capital. O valor pago aos acionistas, decorrentes da OPA, foi efetuado em 29 de novembro de 2019, ao preço de AR\$ 25,01 (pesos argentinos) por ação. Com o resultado das etapas de aquisição a Companhia passou a deter um total de 407.823.544 ações do total de 414.283.186 ações, o que representa um percentual de participação de 98,4% (87,7% em 31 de dezembro de 2018) do capital votante da controlada.

c. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases presentes no parecer do auditor nos últimos três exercícios sociais.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando os resultados reais forem conhecidos são apresentadas abaixo:

Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, o resultado de julgamentos em tribunais superiores pode criar jurisprudência que difira do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade de as próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Mudanças nas condições de mercado, a descoberta de outras técnicas de avaliação ou até mesmo o surgimento de instrumentos similares cotados em mercados ativos podem alterar as estimativas atualmente calculadas pela Companhia.

Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários, que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade, etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria / desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia, na medida em que impacta o valor dos custos de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada, níveis de manutenção, desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

Provisões para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais e administrativos que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *impairment* são os ativos imobilizado e intangível (incluindo ágios).

Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração, indicando o reconhecimento adicional de ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade destes créditos.

Passivo Ambiental (recuperação ambiental)

A Companhia e suas Controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais. Em cumprimento às suas políticas internas sobre as questões ambientais, a Companhia se utiliza de especialistas para desenvolver estudos necessários para este fim.

A política contábil sobre este assunto é constituir um passivo quando este for possível de ser medido com certa razoabilidade. As características dos riscos envolvidos exigem estudos detalhados e a conclusão destes estudos é essencial para se estimar adequadamente os valores a serem desembolsados.

As controladas Unipar Indupa do Brasil S.A e Unipar Indupa S.A.I.C. têm custos estimados de recuperação ambiental em áreas específicas e continuam investigando outras áreas em suas plantas, para identificar, caso existam, danos ambientais causados por suas operações, conforme previsto no item 4.3 do Formulário de Referência da Companhia.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. Natureza e o propósito da operação**
- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O atual programa de investimentos contempla basicamente a implantação de projetos voltados para a continuidade operacional e manutenção das instalações fabris, além das ações focadas na manutenção e aperfeiçoamento dos padrões de segurança operacional, preservação ambiental e saúde ocupacional.

Não há planos formais, aprovados por órgãos da Administração, definindo ações específicas que prevejam investimentos ou desinvestimentos relevantes na Controladora. Encontra-se, atualmente, em análise pela Companhia, o projeto de troca do processo de produção via células de mercúrio por células de membrana, principalmente no tocante ao montante de investimento necessário e data do início da operação.

Em novembro/2019, a Companhia divulgou a projeção de investimento (Capex) a ser dispendido para a construção de parque eólico no Nordeste, em parceria com AES Tietê Energia S.A., no montante total de R\$ 620,0 milhões, na qual a Companhia possui 50% de participação..

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é uma atribuição da administração da Companhia. Na presente data, as principais fontes de financiamento da Companhia são geração de caixa operacional, capital do acionista e capital de terceiros por meio de financiamentos bancários e mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Através de um processo de oferta pública de aquisição obrigatória iniciada no primeiro trimestre de 2017, a Companhia adquiriu um total de 115.264.052 ações representativas de 27,85% do capital social da Unipar Indupa S.A.I.C., passando a deter, a partir de 30 de dezembro de 2019, 98,4% da totalidade das ações.

Em sua operação na Argentina, a Unipar Indupa S.A.I.C possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca, com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda. A empresa também é detentora de 58% do capital social total da Solalbán Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Unipar Indupa S.A.I.C também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A., proprietária de uma planta em Santo André – SP, com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda.

Além das informações já divulgadas sobre investimentos, não há informações complementares a divulgar.

c. Novos produtos e serviços:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados:

10.8 - Plano de Negócios

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A Companhia esclarece que não possui despesas com publicidade, patrocínios e convênios relevantes.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas, exceto de projeto específico de joint venture com AES Tietê Energia S.A. divulgado em 11 de novembro de 2019.

Investimento em Parque Eólico (acordo com AES Tietê Energia S.A.)

a. objeto da projeção

Investimentos

A Companhia divulgou, em 11 de novembro de 2019, a projeção de investimento (Capex) a ser dispendido para a construção de parque eólico no Nordeste, em parceria com AES Tietê Energia S.A.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Investimentos

A Companhia divulgou sua projeção de dispêndio em Capex para construção do novo projeto conforme anúncio em Fato Relevante, podendo esta ser reavaliada a qualquer momento, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Investimentos

A projeção tem como principais premissas: i) investimento realizado pela Companhia e AES Tietê Energia S.A. por meio da constituição de uma joint venture com controle compartilhado; ii) 155 MW de capacidade instalada; iii) 78 MW médios de energia assegurada a P50; iv) início de construção estimado para 2021; v) CAPEX de R\$ 4,0 milhões/MW instalado. A estimativa mencionada é uma projeção, considerando as condições atuais do Projeto, e como tal, sujeita a variação caso venham a ser verificadas mudanças das premissas assumidas pelas partes.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Investimentos

A Companhia projeta o dispêndio compartilhado com a AES Tietê Energia S.A., por meio da criação de uma joint venture, no montante total de R\$ 620,0 milhões para a construção do Parque Eólico, que tem estimativa de início em 2021.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência**
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

As projeções apresentadas no item 11.1 não foram substituídas ou alteradas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado, sendo permitida a reeleição. Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos pela Assembleia Geral por maioria de votos dos presentes.

Atribuições do Conselho de Administração: além das demais atribuições previstas na legislação em vigor e no Estatuto Social da Companhia, destacam-se as seguintes competências: (i) fixar a orientação geral e estratégica dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (iv) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada por lei ou por este Estatuto, a Assembleia Geral Extraordinária; (v) manifestar-se sobre o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras da Companhia e a proposta de distribuição de resultados, a serem submetidas à Assembleia Geral; (vi) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia; (vii) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Diretor Presidente e, por recomendação deste, dos demais membros da Diretoria; (viii) deliberar sobre (a) a emissão de ações de qualquer espécie ou classe ou de bônus de subscrição, observados, em ambos os casos, o capital autorizado, fixando os termos e condições aplicáveis às respectivas emissões, bem como sobre (b) a outorga de opção a administradores, empregados ou pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de sociedade sob o seu controle; (ix) deliberar sobre a emissão de notas promissórias nos termos da regulamentação em vigor, do Conselho Monetário Nacional, ou de debêntures simples, não conversíveis em ações; (x) autorizar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável, bem como declarar dividendos semestrais ou intermediários, observado o disposto nos Artigos 35, § 2º, e 36; (xi) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como a alienação das respectivas ações mantidas em tesouraria; (xii) aprovar o Regimento Interno e demais políticas e normas de conduta interna da Companhia; (xiii) constituir e definir as respectivas atribuições de comitês e comissões técnicas ou de aconselhamento responsáveis por elaborar propostas ou recomendações ao Conselho de Administração; (xiv) aprovar as propostas da Diretoria relativas aos orçamentos anuais de operação de capital e financiamento e a planos plurianuais de investimento; (xv) autorizar a Diretoria a celebrar contratos derivativos e operações financeiras não previstos no orçamento anual da Companhia; (xvi) aprovar as propostas do Diretor Presidente relativas às atribuições dos Diretores sem designação específica, inclusive fixação dos respectivos âmbitos de responsabilidade; (xvii) autorizar a Diretoria a (a) instalar e encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios e depósitos em qualquer parte do território nacional ou no exterior; (b) contratar com os acionistas ou administradores da Companhia, ou com sociedades em que tenham interesse; (c) levantar balanços extraordinários da Companhia e (d) prestar caução, avais ou fianças em garantia de obrigações de terceiros, observado sempre o interesse social da Companhia; (xviii) aprovar a aquisição ou aumento de participação da Companhia em outras sociedades ou empreendimentos, inclusive fundos de investimento ou consórcios, bem como a celebração de acordos de acionistas ou quotistas, ou documento equivalente, no âmbito de tais sociedades ou empreendimentos; (xix) em relação a sociedades ou empreendimentos de que a Companhia participe, aprovar (a) a alienação das participações da Companhia, no todo ou em parte; (b) a renúncia ou o exercício de direito de preferência à subscrição de ações em aumentos do capital social; e (c) a indicação dos representantes da Companhia nos órgãos de administração; (xx) autorizar a aquisição, alienação, criação de gravames ou oneração de quaisquer bens ou direitos da Companhia em valor individual ou agregado ao longo de um exercício social superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) não previstos no orçamento anual da Companhia; (xxi) recomendar ou propor à Assembleia Geral (a) a dissolução e liquidação da Companhia, bem como (b) a cisão parcial ou total da Companhia, sua fusão, a incorporação da Companhia, ou de suas ações, por outra sociedade ou a incorporação de outra sociedade, ou de suas ações, pela Companhia; (xxii) estabelecer os critérios de distribuição entre Conselheiros e Diretores, da participação a eles atribuída pelo presente Estatuto nos lucros sociais; (xxiii) estabelecer o limite de competência para a Diretoria firmar contratos de qualquer natureza e objeto, atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, celebração de acordos, renúncia a direitos, aquisição, permuta, alienação, por qualquer forma, de bens e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

direitos, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação naqueles casos em que o valor ultrapasse o referido limite; e (xxiv) manifestar-se sobre os casos omissos neste Estatuto Social.

Comitês

Não há qualquer Comitê estatutário constituído na Companhia. No entanto, dada a relevância dos assuntos de competência do Comitê de Auditoria e do Comitê de Ética, apresentam-se abaixo informações sobre os dois comitês não estatutários da Companhia criados em novembro de 2015.

Comitê de Auditoria

Será composto por no mínimo 02 (dois) e no máximo 04 (quatro) membros, indicados e nomeados pelo Conselho de Administração, sendo que um deles será designado Coordenador do Comitê de Auditoria. O Secretário poderá ser membro ou não do Comitê de Auditoria. Os membros poderão participar de mais de um Comitê, a critério do Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria: (i) assessorar o Conselho de Administração na análise das informações financeiras e contábeis, assegurando-se de que a Diretoria desenvolva e implemente controles internos confiáveis, inclusive para garantir a qualidade das informações da Companhia e suas controladas; (ii) assessorar o Conselho de Administração na fiscalização dos trabalhos da Auditoria Interna, Auditoria Externa e controles internos, garantindo que as Auditorias Externa e Interna desempenhem suas atribuições de forma independente entre si e em relação à Diretoria e ao Conselho Fiscal, permitindo inclusive que a Auditoria Externa avalie as práticas dos demais; e (iii) zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e demais Políticas do Programa de Compliance da Companhia.

No exercício de suas funções, caberá ao Comitê de Auditoria, dentre outras atividades, as seguintes: (i) fiscalizar os trabalhos da Auditoria Interna e a qualidade e a eficiência dos controles internos; (ii) fiscalizar a qualidade e eficiência dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Externa; (iii) opinar no processo de contratação da Auditoria Externa, inclusive quanto à remuneração e a eventual substituição; (iv) opinar sobre as demonstrações contábeis e financeiras da Companhia, anuais e trimestrais, e sobre os pareceres da Auditoria Externa e do Conselho Fiscal; (v) auxiliar na supervisão dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, de forma a avaliar sua efetividade e verificar o cumprimento da legislação e normas estatutárias e regimentais; (vi) revisar e propor sugestões ao Conselho de Administração sobre a política de contratação de outros serviços que possam ser prestados pela Auditoria Externa; (vii) verificar a implementação de recomendações feitas pela Auditoria Externa e pela Auditoria Interna da Companhia; (viii) verificar e discutir com a Auditoria Externa: (a) os procedimentos e controles internos da Companhia; (b) os procedimentos de revisão do auditor independente por seus pares; (c) eventuais questionamentos de autoridades governamentais e de órgãos reguladores; e (d) eventuais relacionamentos adicionais que ocorram entre a Auditoria Externa e a Companhia; (ix) opinar sobre as políticas de avaliação e administração de riscos da Companhia; (x) reportar, por intermédio de seu Coordenador, os trabalhos desenvolvidos e comunicar os principais fatos ao Conselho de Administração; (xi) recomendar a correção ou o aprimoramento de políticas e procedimentos, identificados no âmbito de suas atribuições; (xii) praticar outros atos que forem necessários ao cumprimento de suas atribuições; (xiii) apresentar ao Conselho de Administração cronograma das atividades a serem realizadas durante o ano, o relatório anual com as atividades executadas e os resultados obtidos; (xiv) Apresentar ao Conselho de Administração, periodicamente, as situações identificadas em decorrência do exercício de suas atribuições estabelecidas no presente regimento para fins de conhecimento e tomada de providências cabíveis; (xv) rever e reavaliar sempre que necessário a adequação do presente Regimento e propor ao Conselho de Administração as alterações identificadas como necessárias ou convenientes; (xvi) Verificar se a empresa prestadora de serviços de auditoria externa possui um processo para a realização do rodízio dos sócios encarregados conforme regulamentação e CVM, de independência; (xvii) Pré-aprovar tanto os serviços adicionais de auditoria quanto serviços de revisão, certificação ou opinião (outros serviços), prestados pelo auditor independente conforme política de contratação de auditoria externa; (xviii) conhecer todos os ajustes propostos pelos Auditores Independentes e solicitar suas justificativas, inclusive em relação às contingências judiciais e administrativas; (xix) atuar, objetivando a solução, sobre quaisquer divergências entre a Diretoria da Companhia e seus Auditores Independentes; (xx) analisar e emitir parecer a ser apresentado ao Conselho

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

de Administração sobre as demonstrações contábeis anuais; (xxi) obter um relatório dos auditores independentes e revisar antes do arquivamento junto às autoridades e entidades profissionais competentes sobre, as políticas e práticas contábeis críticas adotadas pela Companhia; (xxii) revisar o relatório da Diretoria sobre a efetividade dos controles internos sobre a elaboração de Demonstrações Contábeis bem como o relatório dos Auditores Independentes sobre o mesmo assunto; (xxiii) discutir com a Diretoria da Companhia e concluir quanto a adequação dos planos de ação para tratamento das fragilidades materiais em controles internos; (xxv) discutir políticas e práticas de gestão de riscos da Companhia, notadamente em relação aos principais riscos financeiros bem como as medidas adotadas pela Companhia para controlar tais riscos; (xxvi) emitir opinião sobre a designação, substituição e destituição do responsável pela auditoria interna da Companhia; (xxvii) analisar o planejamento das atividades da auditoria interna; (xxviii) receber resumo dos relatórios da auditoria interna, analisar e revisar a implementação das medidas propostas com o objetivo de acompanhar a melhoria dos controles internos, discutindo com a Administração e Diretoria Financeira sobre eventuais não cumprimentos das medidas propostas.

Comitê de Ética

O Comitê de Ética será composto de, no mínimo, 3 (três) integrantes titulares e 3 (três) respectivos suplentes, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia a partir de lista elaborada pelo Diretor Presidente, e deverá sempre deter um número ímpar de membros.. Os Integrantes do Comitê de Ética e seus suplentes terão um mandato de 2 (dois) anos, que deverá coincidir com o mandato dos Diretores e dos Conselheiros de Administração da Companhia, podendo ser reconduzidos ao cargo pelo Conselho de Administração caso haja manifestação do Diretor Presidente em tal sentido.

O Comitê de Ética terá a atribuição de: (i) Assegurar que o canal de comunicação previsto no Código de Conduta da Companhia mantenha-se ativo e operante, garantido o sigilo e o anonimato das comunicações, inclusive a coordenação de eventuais investigações internas; (ii) Deliberar e aprovar, em única e última instância, sobre questões relacionadas a patrocínios e doações em nome da Companhia, conforme diretrizes estabelecidas na Política de Responsabilidade Social da Companhia e demais políticas correlatas; (iii) Deliberar sobre questões relacionadas a conflito de interesses no âmbito da Companhia, ressalvada a hipótese em que o conflito de interesses se refira ao Diretor Presidente, caso em que caberá recomendação de encaminhamento ao Conselho de Administração; (iv) Sugerir implementação de novos controles, procedimentos e políticas; (v) Implementar medidas voltadas à boa governança da Companhia.

i. regimento interno próprio

Conselho de Administração: Aprovado pelo Conselho de Administração em 14.05.2018.

Comitê de Auditoria: Aprovado em reunião do Conselho de Administração em 11.11.2015.

Comitê de Ética: Aprovado em reunião do Conselho de Administração em 17.03.2021.

ii. comitê de auditoria estatutário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui comitê de auditoria não estatutário.

iii. avaliação do trabalho de auditoria independente pelo conselho de administração

Não aplicável, tendo em vista que o Conselho de Administração não avalia o trabalho de auditoria independente e não possui política de contratação de serviços extra-auditoria, sendo esta atribuição do Comitê de Auditoria.

b. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretoria

A Diretoria da Companhia será composta de, no mínimo 2 (dois) e, no máximo 7 (sete) membros, incluindo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e 4 (quatro) Diretores sem designação

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

específica. Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária realizada dentro de 30 (trinta) dias da data da assembleia que eleger os membros do Conselho de Administração. A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Atribuições da Diretoria: Compete à Diretoria, além das demais atribuições previstas na Lei e no Estatuto Social: (i) a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do país ou do exterior, observados os limites e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração; (ii) o acompanhamento e avaliação dos negócios da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia participe do capital social direta ou indiretamente, ou empreendimentos, inclusive consórcios, e geração de relatórios para o Conselho de Administração; (iii) a apresentação do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ao Conselho de Administração; e (iv) a formulação de propostas de objetivos e metas da Companhia e sua atuação nas sociedades de cujo capital participe direta ou indiretamente, ou empreendimentos, inclusive consórcios, a serem aprovadas pelo Conselho de Administração, que constem ou não dos Planos Plurianuais e Programas de Ações Anuais da Companhia.

Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente: (i) dirigir, orientar e coordenar as atividades da Companhia e dos demais Diretores; (ii) promover a execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e (iv) formular as propostas de atribuições, âmbitos de responsabilidade e programas de ação dos Diretores sem designação específica, a serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Diretor Financeiro

Compete ao Diretor Financeiro, entre outras funções que lhe venham a ser atribuídas: (i) dirigir, orientar e coordenar às operações financeiras da Companhia, zelando pela escrituração contábil de suas atividades e pela administração das obrigações fiscais da Companhia; (ii) assegurar a elaboração do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras da Companhia.

Diretor de Relações com Investidores

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, entre outras funções que lhe venham a ser atribuídas: (i) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais autarquias e instituições que regulam e fiscalizam o mercado de capitais; (ii) prestar as informações necessárias aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; e (iii) zelar pelo cumprimento da legislação aplicável, das normas regulamentares expedidas pela CVM e da política de divulgação de informações e negociação da Companhia.

Diretores sem denominação específica

Sem prejuízo de suas atribuições estatutárias, os Diretores sem denominação específica desempenharão as funções que lhes forem cometidos pelo Conselho de Administração no ato de sua eleição.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho Fiscal da Companhia não é permanente, tendo sido instalado para o exercício social de 2020 em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 2020.

A Companhia terá um Conselho Fiscal, com as atribuições da lei, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, se assim requerido em Assembleia Geral Ordinária.

- d. mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta**
- i. periodicidade da avaliação e sua abrangência**
 - ii. metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação**
 - iii. como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão**
 - iv. contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos**

A Companhia não adota mecanismos formais de avaliação de desempenho, porém, o Conselho de Administração é avaliado em relação (i) aos assuntos a ele submetidos durante o curso de seus respectivos mandatos, e (ii) ao desempenho da Companhia no mesmo período. Não existem mecanismos de avaliação dos comitês que a ele se reportam.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a. prazos de convocação

A Companhia não adota práticas ou políticas diferenciadas em relação aos prazos de convocação estipulados na legislação societária e pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Por se tratar de uma companhia aberta, o prazo de convocação das Assembleias Gerais da Companhia é de, no mínimo, 15 (quinze) dias no caso de primeira convocação e de 8 (oito) dias no caso de segunda convocação (art. 124, § 1º, II, da Lei das S.A.).

b. competências

Nos termos do disposto na Lei das S.A., compete privativamente a:

(A) Assembleia Geral: (i) reforma do estatuto social; (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da Lei das S.A; (iii) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59 da Lei das S.A., (iv) suspender o exercício dos direitos do acionista conforme previsão contida no art. 120 da Lei das S.A.; (v) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (vi) autorizar a emissão de partes beneficiárias; (vii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (viii) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata;

(B) Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social, conforme disposto no art. 167 da Lei das S.A.;

(C) Assembleia Geral Extraordinária: (i) criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previstos ou autorizados pelo estatuto; (ii) alteração nas preferenciais, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (iii) redução do dividendo obrigatório; (iv) fusão da Companhia, ou sua incorporação em outra; (v) participação em grupo de sociedades, conforme disposto no art. 265 da Lei das S.A; (vi) mudança do objeto da Companhia; (vii) cessação do estado de liquidação da Companhia; (viii) criação de partes beneficiárias; (ix) cisão da Companhia; e (x) dissolução da Companhia.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Físico: na sede da Companhia, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.327, 22º andar, CEP 04543-011, São Paulo/SP – Brasil.

Eletrônico: nos sites: www.ri.unipar.com e www.cvm.gov.br

d. identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia zela pelo cumprimento do art. 115 da Lei das S.A., que reforça que o acionista deve exercer o direito ao voto no interesse da Companhia e aponta restrições e penalidades aos acionistas que eventualmente agirem de forma contrária.

Conforme prescreve a Lei das Sociedades Anônimas, caso um acionista tenha interesse conflitante com a matéria constante na ordem do dia, este está vedado de proferir o seu voto. Desta forma, essa regra se aplica na Companhia.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia solicita procurações nos termos descritos no item (f) abaixo.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O acionista poderá ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente condôminos. Em até 24 (vinte e quatro) horas antes da assembleia geral, o acionista deverá enviar à Companhia (i) o instrumento de procuração (ii) e comprovante expedido pela instituição financeira depositária, com a quantidade de ações que constava como titular a partir de, no máximo, 2 (dois) dias antes da referida assembleia geral, observado, caso necessário a comprovação para fins do disposto no artigo 141, §6º, da Lei das S.A.

A procuração por meio eletrônico é admitida se enviada à Companhia até 72 (setenta e duas) horas antes da hora da Assembleia Geral, devendo a original ser apresentada no momento de realização da Assembleia Geral.

A Companhia dispensa o reconhecimento de firma e a consularização dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seu(s) representante(s) legal(is).

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista que optar exercer o seu direito de voto à distância e enviar o boletim de voto à distância (“Boletim”) diretamente à Companhia, deverá encaminhar à sede da Companhia, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.327, 22º andar, CEP 04543-011, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores:

(i) via física do Boletim relativo à assembleia devidamente preenchido, rubricado e assinado com assinatura reconhecida em cartório e, nos casos de estrangeiros, a respectiva notariação;

(ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária, com a quantidade de ações que consta como titular, observado, caso aplicável, a necessidade de comprovação do disposto no artigo 141, §6º, da Lei das S.A.; e

(iii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(1) Se acionista pessoa física:

(A) documento de identidade, com foto, do acionista;

(2) Se acionista pessoa jurídica:

(A) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e

(B) documento de identidade, com foto, do(s) representante(s) legal(is).

(3) Se acionista constituído sob a forma de fundo de investimento:

(A) último regulamento consolidado do fundo;

(B) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e

(C) documento de identidade, com foto, do(s) representante(s) legal(is).

A Companhia não exige a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Mas os documentos deverão estar devidamente notariados no país de origem e consularizados (ressalvados os procedimentos alternativos admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais). Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

oficialmente reconhecidas.

Para que o Boletim seja considerado válido e por consequência os votos sejam contabilizados na assembleia: (i) todos os campos deverão ser devidamente preenchidos; (ii) todas as suas páginas deverão ser rubricadas pelo acionista ou por seu(s) representante(s) legal(is); (iii) ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, deverão assiná-lo e reconhecer firma da assinatura.

O Boletim e a respectiva documentação exigida somente serão considerados caso a Companhia os receba em até 7 (sete) dias corridos de antecedência da data de realização da respectiva assembleia.

Observado o prazo acima, os acionistas poderão enviar o boletim e a documentação por e-mail (ri@unipar.com) com o assunto “Boletim de Voto a Distância” (originais deverão ser enviados em até 3 (três) dias a contar do envio do boletim e dos documentos por correio eletrônico).

A Companhia terá 3 (três) dias do recebimento do boletim para comunicar o acionista a respeito (i) do recebimento do Boletim, (ii) se o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes; ou (ii) da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância.

O acionista pode retificar ou reenviar o Boletim ou os documentos que o acompanham, observado o prazo previsto no art. 21-B da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”) (prazo de 7 dias).

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários é a Itaú Corretora de Valores S.A., devendo o acionista direcionar seu Boletim para o endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP: 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e/ou enviá-lo para o e-mail atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br, ou ainda pelo website <https://www.itau.com.br/investmentservices/assembleia-digital/>.

Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no website: <https://www.itau.com.br/investmentservices/assembleia-digital/>. O telefone para atendimento aos acionistas é (11) 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 720 9285 (demais localidades). O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

A Companhia não transmite ao vivo áudio e/ou vídeo das assembleias.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Os acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da ICVM 481/09 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no Boletim de (i) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal, ou (ii) propostas de deliberação por ocasião da assembleia geral ordinária. O prazo para solicitar a inclusão de candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia no Boletim é de 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da respectiva assembleia geral. O prazo para solicitar propostas de deliberação no Boletim, por ocasião de assembleia geral ordinária, é de 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no Boletim deverão observar os requisitos legais, bem como o disposto nos arts. 21-L e 21-M da ICVM 481/09.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Tais propostas deverão ser enviadas por meio de correspondência à sede da Companhia, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.327, 22º andar, CEP 04543-011, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico ri@unipar.com, nos prazos estabelecidos no parágrafo 1º do art. 21-L da ICVM 481/09.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

O sistema de voto a distância passou a ser adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, em atendimento à ICVM 481/09.

Além do envio do Boletim diretamente à Companhia, os acionistas também poderão exercer o voto a distância através das instruções de preenchimento transmitidas a seus respectivos agentes de custódia ou ao agente escriturador da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositório central.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o agente escriturador das ações de emissão da Companhia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para a emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações que venham a ser por eles exigidos.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a. número de reuniões realizadas no último exercício social

O Estatuto Social estabelece que o Conselho de Administração deverá se reunir ao menos uma vez por trimestre, se reunindo outras vezes, quando necessário.

As reuniões são convocadas mediante notificação escrita, da qual deverá constar a pauta, encaminhada aos conselheiros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

No exercício social de 2019, foram realizadas 11 reuniões de Conselho de Administração.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

As disposições do acordo de acionistas que estabelecem restrição e vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho de administração estão descritas no item 15.5 deste Formulário de Referência.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesse, pois entende que os regramentos legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

d. política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

- i. órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta
- ii. principais características

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Não há cláusula compromissória no estatuto social da Companhia para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Christian Eduard Carraresi Schnitzlein 285.440.958-28	23/05/1979 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	30/07/2020 30/07/2020	RCA após AGO de 2022 Sim	1 0.00%
Diretor Financeiro e Coordenador do Comitê de Ética					
Maurício Parolin Russomano 273.539.938-98	14/08/1975 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	30/07/2020 30/07/2020	RCA após AGO de 2022 Sim	1 0.00%
Marcello Diegues Zappia 199.342.438-57	13/10/1974 Engenheiro Metalúrgico	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor	01/02/2021 01/02/2021	RCA após AGO de 2022 Sim	0 0.00%
Rodrigo Cannaval 216.411.928-28	15/01/1977 Engenheiro Químico	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor	30/07/2020 30/07/2020	RCA após AGO de 2022 Sim	1 0.00%
Membro efetivo do Comitê de Ética					
João Guilherme de Andrade Só Consiglio 119.038.148-63	07/12/1968 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/07/2020 30/07/2020	Até a AGO de 2022 Sim	2 100.00%
Luiz Barsi Filho 006.541.838-72	10/03/1939 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	30/07/2020 30/07/2020	Até a AGO de 2022 Não	2 100.00%
Louise Barsi 343.307.008-32	07/09/1994 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/07/2020	Até a AGO de 2022 Não	1 0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Lucas Queiroz Abud	16/11/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	Até a AGO de 2022	1
798.163.805-44	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/07/2020	Sim	100.00%
Vitor Manuel Cavalcanti Mallmann	11/11/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	Até a AGO de 2022	0
842.463.597-34	Engenheiro Químico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/07/2020	Não	0.00%
Anibal do Vale	13/02/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	Até AGO de 2022	0
011.817.458-45	Engenheiro Químico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/07/2020	Sim	0.00%
Frank Geyer Abubakir	19/10/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	Até a AGO de 2022	2
891.689.415-87	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/07/2020	Sim	100.00%
Bruno Soares Uchino	07/11/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	Até a AGO de 2022	2
011.066.477-93	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/07/2020	Sim	100.00%
Coordenador do Comitê de Auditoria					
Victor Mitunari Matsuyama	10/08/1988	Conselho Fiscal	20/04/2021	Até a AGO de 2022	0
368.901.988-59	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	20/04/2021	Sim	0.00%
Adrian Lima da Hora	02/02/1964	Conselho Fiscal	20/04/2021	Até a AGO de 2022	5
372.365.394-49	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	20/04/2021	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Silvio de Sousa Pinheiro	21/09/1977	Conselho Fiscal	20/04/2021	Até a AGO de 2022	2
671.730.715-34	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	20/04/2021	Sim	100.00%
Roberto Dutra	02/04/1949	Conselho Fiscal	20/04/2021	Até a AGO de 2022	5
224.100.238-00	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	20/04/2021	Sim	0.00%
Paulo Henrique Zukanovich Funchal	14/09/1970	Conselho Fiscal	20/04/2021	Até a AGO de 2022	3
205.351.308-05	Economista	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	20/04/2021	Não	100.00%
Felipe Ruiz	27/02/1982	Conselho Fiscal	20/04/2021	Até a AGO 2022	1
221.252.258-40	Engenheiro Industrial	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	20/04/2021	Não	0.00%
Clovis Hideaki Ikeda	23/09/1963	Conselho Fiscal	20/04/2021	Até a AGO de 2022	3
049.392.408-60	Administrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	20/04/2021	Sim	100.00%
Aloísio Macário Ferreira de Souza	10/04/1960	Conselho Fiscal	20/04/2021	Até a AGO de 2022	0
540.678.557-53	Aposentado	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	20/04/2021	Não	0.00%
Edilson São Leandro	27/08/1967	Conselho Fiscal	20/04/2021	Até a AGO de 2022	1
105.028.658-81	Advogado	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	20/04/2021	Não	100.00%
João Cláudio Zola	22/06/1947	Conselho Fiscal	20/04/2021	Até a AGO de 2022	13
336.222.308-78	Contador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	20/04/2021	Sim	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

O Sr. Luiz Barsi Filho é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia eleito em novembro de 2017, reeleito em abril de 2018 e julho de 2020. Foi eleito membro do Conselho de Administração em outubro de 2017. Foi Conselheiro da Administração entre abril de 2013 a janeiro de 2016 e entre abril de 2016 a julho de 2017. É membro do Conselho de Administração da Eternit eleito em abril de 2015 e membro do Conselho Consultivo desde 2016. Foi membro do Conselho de Administração da Eternit S.A de 2008 a 2014. É membro do Conselho Regional de Economia - Seção São Paulo. Foi editor de Economia e Mercado de Capitais do Jornal Diário Popular, Diretor da Ordem e Sindicato dos Economistas de São Paulo, Membro do Conselho Fiscal da Comgás, quando ainda controlada pela Prefeitura de São Paulo, Diretor de Mercado de Capitais da Revista Marketing, Membro do 2º Tribunal de Júri de São Paulo, Analista de Mercado de Capitais da Fundação CESP e atualmente é Consultor Independente de Investimentos. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Varginha e em Economia pela Faculdade de Economia, Finanças e Administração de São Paulo.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Louise Barsi - 343.307.008-32

A Sra. Louise Barsi é Conselheira de Administração da Companhia (suplente) eleita em abril de 2018 e reeleita em julho de 2020. É Conselheira de Administração Independente (titular) da Eternit S/A desde dezembro de 2017. É Assistente de Análise de Research da Elite CCVM desde março de 2017. Foi Conselheira Fiscal da Unipar Carbochloro entre abril de 2016 a outubro de 2017. Foi estagiária de Research Elite CCVM entre fevereiro de 2015 a março de 2017. Foi estagiária da Ordem dos Economistas do Brasil entre setembro de 2013 a fevereiro de 2015. Formada em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2015. Formada em Especialização em Contabilidade pela FECAP em 2017. Estudando MBA de Mercado de Capitais na FECAP. A mesma informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que a tenha inabilitada para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Lucas Queiroz Abud - 798.163.805-44

O Sr. Lucas Queiroz Abud é Conselheiro de Administração da Companhia desde abril de 2019, reeleito em julho de 2020. É atualmente gestor dos recursos financeiros da família Abud, englobando ativos de natureza líquida e ilíquida, bem como é Diretor da Viva Realizações Imobiliárias Ltda, empresa de incorporação e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários do Grupo Viva. De 2001 a 2012, foi Diretor da Viva Ambiental e Serviços Ltda, empresa com atuação no setor de gerenciamento de resíduos e uma das principais operadoras de aterros sanitários na região nordeste do país, posição em que era responsável pelo desenvolvimento, construção e operação dos empreendimentos, bem como pela coordenação do processo de M&A da empresa no ano de 2012 para o Grupo Estre, maior empresa de serviços ambientais atuante no mercado nacional. Formado em engenharia civil pela UNIFACS, entidade membro da Laureate International Universities.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Vitor Manuel Cavalcanti Mallmann - 842.463.597-34

O Sr. Vitor Manuel Cavalcanti Mallmann é membro do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido eleito em julho de 2020. Ocupa a posição de Diretor Financeiro, Relações com Investidores e Recursos Humanos na Eternit desde 2018. Foi presidente da Quattor entre 2008 e 2010 e vice-presidente e diretor de Relações com Investidores da Unipar entre 1998 e 2008. Entre 1998 e 2008, também foi membro dos conselhos de administração da Petroquímica União, Carbochloro, Deten, Polibutenos, Petroflex e Rio Polímeros.

O Sr. Vitor Manuel Cavalcanti Mallman informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Anibal do Vale - 011.817.458-45

O Sr. Aníbal do Vale é membro do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido eleito em julho de 2020. Foi Diretor Presidente da Companhia entre 2015 e 2020. Foi Diretor de Relações com Investidores da Companhia entre março de 2018 e maio de 2018 e foi eleito novamente em outubro de 2018. Foi Vice-Presidente de operações da Companhia de outubro de 2013 a maio de 2018. Foi Presidente da Carbochloro de dezembro de 2011 a setembro de 2013. Foi Diretor Comercial da Carbochloro de janeiro de 2000 a novembro de 2011. Ingressou na Carbochloro em 1992, como gerente de vendas, passando posteriormente a gerente comercial e diretor comercial. Sua área de atuação na Carbochloro englobou vendas, marketing, desenvolvimento de novos produtos e aplicações, logística, assistência técnica e serviços ao cliente. Foi Diretor Vice-Presidente da Vila Velha de abril de 2013 a abril de 2015. Formou-se Engenheiro Químico, pela Escola de Engenharia Mauá e com MBA em Gestão Empresarial pela Universidade de São Paulo. É membro do Conselho Diretor da Abiquim e da Abrace e Vice-Presidente da Abiclor. É membro do Governing Council do Conselho Mundial do Cloro (WCC) e é Presidente do Sinálcalis (Sindicato da Indústria Álcalis), sendo representante junto a FIESP.

O Sr. Aníbal do Vale informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Frank Geyer Abubakir - 891.689.415-87

O Sr. Frank Geyer Abubakir é Presidente do Conselho de Administração desde novembro de 2017, reeleito em abril de 2018 e julho de 2020. É membro do Comitê de Ética desde novembro de 2017. Foi Diretor Presidente da Unipar Carbochloro de maio de 2014 a março de 2015. Foi Presidente do Conselho de Administração da Unipar de abril de 2008 a março de 2015, tendo sido Vice-Presidente de abril de 2005 a março de 2008. Foi membro do Conselho de Administração da Carbochloro e da Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. Foi Presidente dos Conselhos de Administração da Quattor Participações S.A, Quattor Petroquímica S.A, Quattor Química S.A e da Rio Polímeros S.A. de 2008 a 2010. Foi Diretor Superintendente da Securitas União Corretora de Seguros S.A. de janeiro de 2001 a abril de 2005 e Diretor da Vila Velha S.A. de abril de 2006 a abril de 2009, tendo sido reeleito em dezembro de 2017.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Bruno Soares Uchino - 011.066.477-93

O Sr. Bruno Soares Uchino é Conselheiro de Administração desde novembro de 2017, reeleito em abril de 2018 e julho de 2020. É Coordenador do Comitê de Auditoria desde novembro de 2017. É sócio da Essentia Partners, tendo mais de 20 anos de experiência em fusões e aquisições, reestruturações de dívida e direito societário. Entre 2011 e 2017 foi sócio sênior Olímpia Partners e da G5 Evercore, liderando diversas operações relevantes e coordenando a equipe de assessoria estratégica. Antes de se juntar à G5 Evercore, o Sr. Uchino atuou pelo escritório Bulhões Pedreira, Bulhões Carvalho, Piva, Rosman e Souza Leão Advogados, especializado em direito societário, tributário e M&A. Ocupou ainda cargos no Grupo Royal Dutch Shell e na Oi Telecom, além de ter ocupado os cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia de Hotéis Palace e do Conselho Fiscal da Patrimóvel Consultoria de Imóveis S.A. Graduado em Advocacia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Victor Mitunari Matsuyama - 368.901.988-59

O Sr. Victor Mitunari Matsuyama é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia eleito em abril de 2021. Atualmente, é sócio da Essentia Partners, empresa independente de assessoria financeira e estratégica. Antes de ingressar na Essentia, Matsuyama atuou por 2 anos como associado sênior do time de investimentos da Hemisfério Sul Investimento – HSI, maior real estate private equity do Brasil, onde foi responsável pela aquisição e gestão de portfólio relevante de ativos. Entre 2010 e 2015, Victor foi VP do time de M&A e reestruturação de dívidas da G5 Evercore, onde trabalhou em diversas transações relevantes. Victor atuou, ainda, como gestor interino do Grupo Maravilhas do Lar, comércio varejista com atuação no interior de São Paulo, da qual é membro do Conselho Consultivo. Victor é graduado em Administração de Empresas pelo Insper.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Adrian Lima da Hora - 372.365.394-49

O Sr. Adrian Lima da Hora é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia desde abril de 2019 e reeleito pela última vez em abril de 2021, tendo ocupado a posição de Conselheiro Fiscal (efetivo) entre abril de 2017 e abril de 2019. Possui forte vivência na indústria de proteína animal (JBS, Rodopa e Seara), com background relevante no varejo (Bompreço) e em auditoria externa (Ernst & Young). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes organizações multi-localizadas, sendo os últimos trabalhos de 2011 a 2015 como CAO da Rodopa Indústria e Comércio de Alimentos Ltda e de 2015 a 2016, como CFO da Seara Alimentos Ltda. Atuou como membro do Conselho de Administração da Inalca JBS e outras empresas na Itália e em Mônaco. Membro do Conselho Consultivo da Nutritional S.A. Indústria e Comércio de Alimentos e do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A. Possui conhecimento do mercado de emissão de dívidas e de processos junto ao CADE. É fluente em inglês, italiano e espanhol. É formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco, com MBA intensivo na Ahold Retail Academy, Cornell (Estados Unidos) e na Provar - USP (Brasil).

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Silvio de Sousa Pinheiro - 671.730.715-34

O Sr. Silvio de Sousa Pinheiro é Conselheiro Fiscal (efetivo) desde abril de 2019, reeleito pela última vez em abril de 2021. Foi Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) entre dezembro/2016 e dezembro/2018; Secretário de Urbanismo do Município de Salvador (BA) de janeiro/2014 a maio/2016 e Superintendente de Controle e Ordenamento e Uso do Solo do Município de Salvador entre janeiro/2013 e dezembro/2014. Integrou o Grupo Unipar de maio/2011 a set/2016, como conselheiro fiscal e de administração. Sócio fundador do Escritório de Advocacia Humildes, Pinheiro, Lopes, Rosa e Caribé Advogados Associados. É formado em Direito pela Universidade Católica do Salvador, em 2001.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Roberto Dutra - 224.100.238-00

O Sr. Roberto Dutra é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia desde abril de 2017, reeleito pela última vez em abril de 2021. Foi Supervisor Contábil pela Carbochloro S/A Indústrias Químicas, empresa no qual trabalhou por 29 anos. É Técnico em Contabilidade pelo Colégio D. Pedro II em 1977 e formado em Ciências Econômicas pelo IMES em 1979.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Paulo Henrique Zukanovich Funchal - 205.351.308-05

O Sr. Paulo Henrique Zukanovich Funchal é Conselheiro Fiscal (titular) da Companhia desde abril de 2018, reeleito pela última vez em abril de 2021. É sócio líder da área de Fusões e Aquisições da Grant Thornton desde Abril de 2015 e Membro do Conselho Fiscal da Eternit desde 2017. Foi Gerente de Project Finance do Banco Itaú em 2000, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Elucid Group em 2003 e Diretor Geral da ARMATEK em 2014. Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em 1994, em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP em 2003 e Mestre em Economia da Energia pelo Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP em 2008.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Felipe Ruiz - 221.252.258-40

O Sr. Felipe Ruiz é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia desde em julho de 2020 e reeleito em abril de 2021. Sócio da RZ Par desde 2019 e sócio-fundador do Ações Garantem o Futuro. É membro do Instituto de Estudos de Política Econômica – Casa das Graças desde 2010 e membro do IBGC desde 2018. Atuou como Diretor de Sales & Marketing para América do Sul no Burger King Corp. entre 2014 e 2018, tendo, também, ocupado posições na Advent International, Booz Allen Hamilton, Icatu Vanguarda, General Motors, Mercedes-Benz do Brasil e Daimler AG. É formado em engenharia industrial pelo Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, com MBA pelo Massachusetts Institute of Technology – Sloan School of Management.

O Sr. Felipe Ruiz informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Clovis Hideaki Ikeda - 049.392.408-60

O Sr. Clovis Hideaki Ikeda é Conselheiro Fiscal (titular) da Companhia desde abril de 2018, reeleito pela última vez em abril de 2021. Possui mais de 25 anos de experiência em instituições financeiras como Santander, Safra, ABN AMRO Real, ING Barings, Chase e Citibank. Experiência na gestão de produtos ativos locais e internacionais, cash management e custódia qualificada. Experiência de 20 anos em originação e execução de operações de Banco de Investimento nos setores elétrico e infraestrutura. É membro do Conselho de Auto Regulação de Serviços Qualificados (ANBIMA). É membro do Comitê de Produtos Bancários PJ (Febraban). É Sócio Gerente da Olimpia Partners desde 2016. Foi Diretor Internacional de Trade Finance & FX no Banco Safra entre 2014 e 2016. Foi Diretor de Produtos e Novos Negócios em 2014 no Banco Fibra. Foi Diretor Executivo de Produtos Transacionais do Banco Santander entre 2009 a 2013. Foi membro do Conselho da CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos) entre 2010 e 2013. Graduado em Administração em 1984 pela Universidade de São Paulo. Possui Mestrado em Finanças pela Universidade de São Paulo (1988). Possui Certificado do Programa Avançado de Finanças pelo London Business School (1998) e MBA Executivo pela Insper em 2003.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Aloísio Macário Ferreira de Souza - 540.678.557-53

O Sr. Aloísio Macário Ferreira de Souza é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia eleito em abril de 2021. É Bacharel em Ciências Contábeis e possui MBA em Gestão de Bancos Comerciais e de Investimentos pela Universidade Corporativa do Citibank -EUA, MBA em Avaliação de Empresas - LLM Inteligência Empresarial e MBA em Previdência Complementar - Coopead/UFRJ. O Sr. Aloísio é Conselheiro Fiscal e de Administração certificado pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Foi Vice-Presidente de Recursos Humanos e Tecnologia da Informação da USIMINAS, Coordenador do Capítulo Rio do IBGC, Gerente de Governança Corporativa e Participações Minoritárias da PREVI, Gerente de Divisão de Análise e Avaliação de Ativos da BB DTVM, Assessor na área internacional do Banco do Brasil, Conselheiro de Administração da Usiminas e CPFL Energia e Conselheiro Fiscal da Eternit, Eletrobras, CELESC e Ambev. Atualmente é Conselheiro Fiscal do Banco do Brasil.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Edilson São Leandro - 105.028.658-81

O Sr. Edilson São Leandro é Conselheiro Fiscal (efetivo) da Companhia desde julho de 2020 e reeleito em abril de 2021. Atua desde 1996 como Sócio fundador do escritório E São Leandro e A Guerche Advogados Associados, sendo responsável pela gestão e coordenação de uma carteira de 5 mil clientes ativos. É advogado graduado em 1994, com pós-graduação e MBA em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas.

O Sr. Edilson São Leandro informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

João Cláudio Zola - 336.222.308-78

O Sr. João Cláudio Zola é Conselheiro Fiscal (titular) da Companhia desde abril de 2009, reeleito pela última vez em abril de 2021. Foi Presidente do Conselho Fiscal da Carbochloro até fevereiro de 2013. Foi presidente do Conselho Fiscal da Vila Velha S.A. Foi membro titular do conselho fiscal da Quattor Participações S.A, Quattor Petroquímica S.A, Quattor Química S.A e Rio Polímeros S.A., de 2008 a 2010. Exerceu na Companhia, no período de 1976 a 2008, os cargos de Contador, Gerente de Contabilidade e Gerente de Controladoria, respectivamente. É Técnico em Contabilidade, Bacharel em Ciências Contábeis com Pós Graduação em Administração de Empresas.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Christian Eduard Carraresi Schnitzlein - 285.440.958-28 N/A	
Maurício Parolin Russomano - 273.539.938-98 N/A	
Marcello Diegues Zappia - 199.342.438-57 N/A	
Rodrigo Cannaval - 216.411.928-28 N/A	
João Guilherme de Andrade Só Consiglio - 119.038.148-63 N/A	
Luiz Barsi Filho - 006.541.838-72 N/A	
Louise Barsi - 343.307.008-32 N/A	
Lucas Queiroz Abud - 798.163.805-44 N/A	
Vitor Manuel Cavalcanti Mallmann - 842.463.597-34 N/A	
Anibal do Vale - 011.817.458-45 N/A	
Frank Geyer Abubakir - 891.689.415-87 N/A	
Bruno Soares Uchino - 011.066.477-93 N/A	
Victor Mitunari Matsuyama - 368.901.988-59 N/A	
Adrian Lima da Hora - 372.365.394-49 N/A	

Silvio de Sousa Pinheiro - 671.730.715-34

N/A

Roberto Dutra - 224.100.238-00

N/A

Paulo Henrique Zukanovich Funchal - 205.351.308-05

N/A

Felipe Ruiz - 221.252.258-40

N/A

Clovis Hideaki Ikeda - 049.392.408-60

N/A

Aloísio Macário Ferreira de Souza - 540.678.557-53

N/A

Edilson São Leandro - 105.028.658-81

N/A

João Cláudio Zola - 336.222.308-78

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Bruno Soares Uchino	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	07/11/1978	17/03/2021	RCA após AGO de 2022
011.066.477-93		Advogado	Coordenador	17/03/2021	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração						
Humberto Rapussi	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	27/01/1975	17/03/2021	RCA após AGO de 2022
177.480.778-51		Auditor		17/03/2021	2	100.00%
Secretário do Comitê de Ética						
Alexandre de Castro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	16/09/1974	17/03/2021	RCA após AGO de 2022
891.167.989-53		Administrador de Empresas		17/03/2021	0	0.00%
Diretor não estatutário						
Guillermo Alejandro Petracci	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	06/05/1962	17/03/2021	RCA após AGO de 2022
000.000.000-00	Comitê de Ética	Licenciado em Organização Industrial		17/03/2021	0	0.00%
Diretor não estatutário de controlada						
Humberto Rapussi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/01/1975	17/03/2021	RCA após AGO de 2022
177.480.778-51	Comitê de Ética	Auditor		17/03/2021	2	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria						
André dos Santos Ferreira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/02/1977	17/03/2021	RCA após AGO de 2022
278.319.768-50	Comitê de Ética	Advogado		17/03/2021	1	100.00%
Gerente Jurídico						
Christian Eduard Carraresi Schnitzlein	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/05/1979	17/03/2021	RCA após AGO de 2022
285.440.958-28	Comitê de Ética	Administrador de Empresas		17/03/2021	0	0.00%
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores						
Rodrigo Cannaval	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/01/1977	17/03/2021	RCA após AGO de 2022
216.411.928-28	Comitê de Ética	Engenheiro Químico		17/03/2021	0	0.00%
Diretor						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões

Outros cargos/funções exercidas no emissor

Ro Yung Jia	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	25/10/1969	17/03/2021	RCA após AGO de 2022
128.220.628-11	Comitê de Ética	Engenheiro		17/03/2021	0	0.00%
Controller						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Bruno Soares Uchino - 011.066.477-93

O Sr. Bruno Soares Uchino é Conselheiro de Administração desde novembro de 2017, reeleito em abril de 2018 e julho de 2020. É Coordenador do Comitê de Auditoria desde novembro de 2017. É sócio da Essentia Partners, tendo mais de 20 anos de experiência em fusões e aquisições, reestruturações de dívida e direito societário. Entre 2011 e 2017 foi sócio sênior Olímpia Partners e da G5 Evercore, liderando diversas operações relevantes e coordenando a equipe de assessoria estratégica. Antes de se juntar à G5 Evercore, o Sr. Uchino atuou pelo escritório Bulhões Pedreira, Bulhões Carvalho, Piva, Rosman e Souza Leão Advogados, especializado em direito societário, tributário e M&A. Ocupou ainda cargos no Grupo Royal Dutch Shell e na Oi Telecom, além de ter ocupado os cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia de Hotéis Palace e do Conselho Fiscal da Patrimóvel Consultoria de Imóveis S.A. Graduado em Advocacia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Humberto Rapussi - 177.480.778-51

Humberto Rapussi - 177.480.778-51

O Sr. Humberto Rapussi exerce o cargo de Auditor na Companhia desde 01 de outubro de 2015. É membro do Comitê de Auditoria, eleito em dezembro de 2015 e reeleito em maio de 2016. É membro do Comitê de Ética desde dezembro de 2015. Foi Gerente de Auditoria e Risco da Lenovo de abril de 2015 a setembro de 2015. Foi Gerente de Auditoria da Hirashima & Associados Auditores Independentes de janeiro de 2015 a abril de 2015. Foi Gerente de Auditoria e Risco da SDU Desenvolvimento Urbano S.A. de dezembro de 2011 a maio de 2014. Foi Gerente de Auditoria na Suzano Holding S.A. de novembro de 2006 a maio de 2011. Possui formação em Contabilidade pela Universidade PUC-SP, com MBA em Gestão Financeira e Risco pela FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.

O Sr. Humberto Rapussi informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Alexandre de Castro - 891.167.989-53

Guillermo Alejandro Petracci - 000.000.000-00

André dos Santos Ferreira - 278.319.768-50

O Sr. André dos Santos Ferreira é Gerente da Célula de Gestão Jurídica desde agosto de 2016. É formado em Direito pela Universidade Mackenzie, com especialização em U.S. and Transnational Law for Foreign Lawyers pela University of Miami School of Law (LL.M). André iniciou sua carreira em 2003 na Suzano Holding S.A. onde foi advogado e coordenador de Serviços a Acionistas. Entre 2007 e 2013 foi Head of Legal and Corporate Counsel da GlobeNet / Brasil Telecom of America, Inc., antes de ocupar a Diretoria Jurídica da SBA Torres Brasil, Limitada entre 2013 e 2016.

O Sr. André Ferreira informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Christian Eduard Carraresi Schnitzlein - 285.440.958-28

O Sr. Christian Eduard Carraresi Schnitzlein é Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia desde março de 2019. Foi Gerente Financeiro entre dezembro de 2015 e março de 2019. Foi Gerente Financeiro da Lupatech S.A. entre setembro de 2012 e dezembro de 2015. Entre 2009 e 2012, foi Tesoureiro na San Antonio International. Ocupou posições de Coordenador Financeiro e Gerente de Arrecadação e Gestão de Débito na Elektro Eletricidade e Serviços S.A. entre 2006 e 2009. Anteriormente, ocupou posições nas áreas financeiras das empresas Cinemark Brasil S.A., Dixie Toga S.A., Cigna Previdência e Investimentos, BMG Asset Management e Du Pont do Brasil S.A. Formou-se em Administração de Empresas, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com curso de especialização no Brasil e exterior.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Rodrigo Cannaval - 216.411.928-28

O Sr. Rodrigo Cannaval é Diretor sem designação específica da Companhia desde fevereiro de 2020 e atua como Diretor Executivo Industrial. Atou no Grupo BASF entre 2002 e 2020 ocupando as seguintes posições: foi Vice-Presidente do Complexo Industrial de Tarragona (Espanha) entre fevereiro de 2018 e janeiro de 2020, foi Diretor de Operações & Manufatura em Agroquímicos (Espanha) entre outubro de 2017 e fevereiro de 2018 e Diretor de Operações e Manufatura para América Latina entre abril de 2012 e outubro de 2017, além de ter ocupado posições de Gerente de Negócios, Gerente de Projetos, Gerente de Planta (França) e Engenheiro de Produção e Processos. Formou-se em Engenharia Química pela Universidade de São Paulo (campus Lorena), com pós-graduação em engenharia de produção pela UNESP e MBA em Marketing pela IBE-FGV Campinas.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Ro Yung Jia - 128.220.628-11

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Bruno Soares Uchino - 011.066.477-93	
N/A	
Humberto Rapussi - 177.480.778-51	
Humberto Rapussi - 177.480.778-51	
N/A	
Alexandre de Castro - 891.167.989-53	
N/A	
Guillermo Alejandro Petracci - 000.000.000-00	
N/A	
André dos Santos Ferreira - 278.319.768-50	
N/A	
Christian Eduard Carraresi Schnitzlein - 285.440.958-28	
N/A	
Rodrigo Cannaval - 216.411.928-28	
N/A	
Ro Yung Jia - 128.220.628-11	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não é aplicável. Atualmente a Companhia não possui relações com estas características.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019Administrador do Emissor

Anibal do Vale
Diretor Presidente

011.817.458-45

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Unipar Indupa do Brasil S.A.
Diretor e Presidente do Conselho de Administração

61.460.325/0001-41

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Anibal do Vale
Diretor Presidente

011.817.458-45

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Unipar Indupa S.A.I.C.
Presidente del Directorio

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Anibal do Vale
Diretor Presidente

011.817.458-45

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Solalban Energia S.A.
Presidente del Directorio

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
João Feliciano Lopes Raful Diretor	086.037.498-09	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Unipar Indupa S.A.I.C. 1º Vice Presidente del Directorio e membro do Comitê de Auditoria			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
João Feliciano Lopes Raful Diretor	086.037.498-09	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Unipar Indupa do Brasil S.A. Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Christian Eduard Carraresi Schnitzlein Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores	285.440.958-28	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Unipar Indupa do Brasil S.A. Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Maurício Parolin Russomano Diretor	273.539.938-98	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Unipar Indupa do Brasil S.A. Diretor	61.460.325/0001-41		
---	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Frank Geyer Abubakir Presidente do Conselho de Administração	891.689.415-87	Controle	Controlador Direto
---	----------------	----------	--------------------

Pessoa Relacionada

Vila Velha S.A. - Administração e Participações Presidente	30.280.531/0001-46		
---	--------------------	--	--

Observação**Exercício Social 31/12/2018****Administrador do Emissor**

Anibal do Vale Diretor Presidente	011.817.458-45	Controle	Controlada Direta
--------------------------------------	----------------	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Unipar Indupa S.A.I.C. Presidente del Directorio			
---	--	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Anibal do Vale Diretor Presidente	011.817.458-45	Controle	Controlada Indireta
--------------------------------------	----------------	----------	---------------------

Pessoa Relacionada

Unipar Indupa do Brasil S.A.	61.460.325/0001-41		
------------------------------	--------------------	--	--

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor e Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Anibal do Vale	011.817.458-45	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Solalban Energia S.A.			
Presidente del Directorio			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
João Feliciano Lopes Raful	086.037.498-09	Controle	Controlada Direta
Diretor de Recursos Humanos			
Pessoa Relacionada			
Unipar Indupa S.A.I.C.			
1º Vice Presidente del Directorio e membro do Comitê de Auditoria			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
João Feliciano Lopes Raful	086.037.498-09	Controle	Controlada Indireta
Diretor de Recursos Humanos			
Pessoa Relacionada			
Unipar Indupa do Brasil S.A.	61.460.325/0001-41		
Diretor			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Christian Eduard Carraresi Schnitzlein Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores	285.440.958-28	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Unipar Indupa do Brasil S.A. Membro do Conselho de Administração	61.460.325/0001-41		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Maurício Parolin Russomano Diretor	273.539.938-98	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Unipar Indupa do Brasil S.A. Diretor	61.460.325/0001-41		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Frank Geyer Abubakir Presidente do Conselho de Administração	891.689.415-87	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Vila Velha S.A. - Administração e Participações Presidente	30.280.531/0001-46		
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2017**Administrador do Emissor**

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Anibal do Vale Diretor Presidente	011.817.458-45	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Unipar Indupa do Brasil S.A. Diretor e Membro do Conselho de Administração	61.460.325/0001-41		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Anibal do Vale Diretor Presidente	011.817.458-45	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Unipar Indupa S.A.I.C. Presidente del Directorio			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor João Feliciano Lopes Raful Diretor de Recursos Humanos	086.037.498-09	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Unipar Indupa S.A.I.C. Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor João Feliciano Lopes Raful Diretor de Recursos Humanos	086.037.498-09	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Unipar Indupa do Brasil S.A.	61.460.325/0001-41		
Diretor			
Observação			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Os membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia são cobertos por apólices de seguros para conselheiros e diretores (D&O) em condições usuais de mercado. A apólice vigente foi contratada junto à Zurich Minas Brasil Seguros S.A., e têm validade até 30 de outubro de 2020. O prêmio total é de R\$ 350.400,00, e apólice possui cobertura máxima de R\$ 120.000.000,00, que cobre o pagamento e/ou reembolso das quantias, respectivamente devidas ou pagas a terceiros, pelo segurado, a título de reparação de danos estipulados por tribunal civil ou por acordo aprovado pela sociedade Seguradora, desde que: (i) os danos tenham ocorrido durante o período de vigência da apólice ou durante período de retroatividade contratualmente previsto e (ii) o terceiro apresente reclamação ao segurado: (a) durante a vigência da apólice; (b) durante o prazo complementar, quando aplicável; ou (c) durante o prazo suplementar, quando aplicável.

Dentre os riscos cobertos, sujeitos às condições da Apólice, constam, dentre outros, (i) prejuízos financeiros resultantes ou decorrentes de ações judiciais e/ou processos administrativos, inclusive penhora on-line, iniciados durante a vigência do seguro ou conforme data limite de retroatividade e (ii) prejuízos financeiros decorrentes de responsabilização por danos ambientais, trabalhista, morais causados a terceiros.

12.12 - Outras informações relevantes**Assembleias Gerais da Companhia**

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, (iii) instalação em primeira ou segunda convocação; e (iv) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Convocação	Quórum
Assembleia Geral Ordinária	(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e sobre a distribuição de dividendos; e (iii) fixar o valor da remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2017.	28/04/2017	Primeira	76,47% do capital votante
Assembleia Geral Extraordinária	(i) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras ajustadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas dos devidos pareceres; e (ii) deliberar sobre a nova proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e a distribuição de dividendos adicionais.	01/08/2017	Primeira	51% do capital votante
Assembleia Geral Extraordinária	Eleger novo membro para compor o Conselho de Administração da Companhia.	16/10/2017	Primeira	29,27% do capital total
Assembleia Geral Extraordinária	Eleger novo membro para compor o Conselho de Administração da Companhia.	01/11/2017	Primeira	58,35% do capital votante
Assembleia Geral Ordinária	(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas dos devidos pareceres; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e a distribuição de dividendos; (iii) fixar o número de membros para compor o Conselho de Administração; (iv) eleger membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) escolher o Presidente e o Vice- Presidente do Conselho de Administração; e (vi) fixar a remuneração global e anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2017.	18/04/2018	Primeira	81,5% do capital votante
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre: (i) a modificação dos seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia: (a) inclusão do parágrafo 3º ao Artigo 18; (b) alteração do caput do Artigo 19; (c) inclusão do parágrafo 1º ao Artigo 19; (d) alteração do parágrafo 2º (antigo parágrafo 1º) do Artigo 19; (e) alteração do parágrafo 3º (antigo parágrafo 2º) do Artigo 19; (f) alteração do parágrafo único do Artigo 20; (g) alteração do caput do Artigo 21; (h) alteração do caput do Artigo 23; (i) exclusão do parágrafo 2º do Artigo 23; (j) alteração do parágrafo 4º (antigo parágrafo 5º) do Artigo 23; e (k) exclusão do Artigo 26; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.	18/04/2018	Primeira	72% do capital votante

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária	(i) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, com bonificação em ações; e (ii) aprovar alteração da Cláusula 5ª do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social, com sua respectiva consolidação, considerando, ainda, as conversões das ações preferenciais de classe A em classe B, realizadas até a respectiva data.	20/12/2018	Primeira	69,7% do capital votante
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e a distribuição de dividendos; (iii) fixar a remuneração global e anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2019; e (iv) alterar e ratificar a remuneração anual e global dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2018. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a quantidade de ações, em virtude (a) da conversão de ações preferenciais classe "A" em igual número de ações preferenciais classe "B" até a presente assembleia, considerando a faculdade prevista no artigo 7º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia e (b) do cancelamento das ações de emissão da Companhia e mantidas em tesouraria, adquiridas no âmbito do Programa de Recompra aprovado em 09 de novembro de 2018 na 611ª Reunião do Conselho de Administração.	17/04/2019	Primeira	79,7% do capital votante
Assembleia Geral Extraordinária	Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, com bonificação em ações; (ii) sujeito à aprovação da deliberação constante do item (i) acima, aprovar a alteração do artigo 5ª do Estatuto Social da Companhia para refletir (a) o aumento do capital social previsto no item (i) acima, e, ainda, (b) as conversões das ações preferenciais de classe "A" em classe "B", realizadas até a respectiva data; (iii) aprovar a alteração do §4º do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia para esclarecer o limite máximo da reserva de lucros; e (iv) eleger membro para ocupar cargo vago de conselheiro de administração da Companhia e completar o mandato unificado que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária que examinar as demonstrações financeiras do exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2019.	18/06/2019	Primeira	79,14% do capital votante
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre a aprovação do Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia.	28/01/2020	Primeira	70,29% do capital votante
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar acerca das seguintes matérias: (i) alterar o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia para refletir a inclusão de atividade auxiliar no objeto social da Companhia; (ii) alterar o artigo 5º do Estatuto Social para refletir o novo número de ações em que se divide o capital social da Companhia, em decorrência do cancelamento de ações, aprovado na Reunião da Diretoria da Companhia realizada em 12 de fevereiro de	30/07/2020	Primeira	80,72% do capital votante

12.12 - Outras informações relevantes

	2020, na Reunião da Diretoria realizada em 9 de julho de 2020, e as conversões de ações preferenciais de classe "A" em classe "B"; (iii) alterar o caput do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia para contemplar o novo número máximo de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) alterar o caput do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar a quantidade mínima de reuniões do Conselho de Administração.			
Assembleia Geral Ordinária	Deliberar acerca das seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ratificar a distribuição de dividendos; (iii) deliberar sobre a proposta de fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2022, e sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia; (iv) deliberar sobre a eleição, dentre os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (v) ratificar a remuneração global e anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020.	30/07/2020	Primeira	80,71% do capital votante
Assembleia Geral Ordinária	Deliberar acerca das seguintes matérias, objeto da ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e a distribuição de dividendos obrigatórios e extraordinários; e (iii) fixar a remuneração global e anual dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2021.	20/04/2021	Primeira	75,42% do capital votante

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua provação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A política de gestão de cargos e remuneração da Companhia visa aplicar critérios uniformes e princípios éticos para assegurar padrões de remuneração compatíveis com as responsabilidades profissionais em relação aos cargos que ocupam na administração da Companhia, além da responsabilidade inerente aos mesmos.

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é baseada em estudo de mercado, conduzido por uma empresa global de consultoria de gestão de negócios, Korn Ferry/Hay.

A remuneração do Conselho Fiscal observa o prescrito no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e é estabelecida em valor equivalente, no mínimo, a 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um:

A remuneração paga aos administradores da Companhia é composta por: (i) remuneração fixa, que objetiva atrair e reter profissionais, reconhecendo experiência, formação e conhecimento do executivo, (ii) pacote de benefícios que visa garantir a competitividade das práticas de remuneração total, frente ao mercado de executivos, e (iii) remuneração variável, que visa reconhecer o desempenho individual do executivo e sua colaboração nos resultados da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa mensal, enquanto os diretores, além da remuneração fixa mensal, recebem os seguintes benefícios indiretos: previdência privada, assistência médica e seguros de vida em grupo. O Presidente do Conselho de Administração também tem o benefício de assistência médica.

Conforme disposição estatutária, a Diretoria da Companhia tem direito a uma participação no resultado do exercício, em valor até o teto aprovado no Programa de Remuneração Variável. O Programa de Remuneração Variável com Incentivos de Curto Prazo (“ICP”) é composto por metas individuais (4 a 5 metas negociadas entre a Diretoria e o Conselho de Administração), equivalente a 30% (trinta por cento), e o resultado global da empresa (EBITDA), equivalente a 70% (setenta por cento). Ainda como parte da remuneração variável, há um bônus adicional com Incentivos de Longo Prazo (“ILP”) com *vesting period* de 3 (três) anos e correspondente a 33,3% (trinta e três inteiros e três décimos por cento) do valor acumulado a cada ano.

O Conselho Fiscal tem sua remuneração fixada em Assembleia Geral, equivalente a, no limite mínimo, 10% (dez por cento) da média da remuneração fixa mensal da Diretoria. Essa remuneração só se aplica aos membros titulares do referido órgão.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019
% em relação à remuneração total

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	98,1%	0%	1,9%	100%
Diretoria	44,0%	34,5%	8,9%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	97,9%	0%	2,1%	100%
Diretoria	24,6%	70,7%	4,7%	100%
Conselho Fiscal	100,0%	0%	0%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	31%	62%	7%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O Conselho de Administração estabelece a remuneração individual dos administradores, que poderá ser reajustada em consonância com o reajuste aprovado no dissídio da categoria dos empregados da Companhia ou com referenciais de mercado.

A Companhia adota metodologia sugerida por empresa de consultoria especializada externa, que permite o cálculo da remuneração dos Administradores com base em variáveis como: linha de reporte, complexidade do cargo, e capacidade intelectual ou *know-how* exigidos para desempenhar as funções naquele cargo. A avaliação dos administradores, para efeito da determinação de sua remuneração, é feita com base em sistema de pontuação que permite uma comparação com o mercado geral de executivos, (Pesquisa Top Exec para Diretores e Top Presidentes para o Presidente) e/ou do mercado selecionado com relação a empresas do mesmo setor econômico. Essa metodologia permite que as

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

remunerações pagas aos ocupantes de posições executivas e de liderança da Companhia estejam de acordo com as remunerações pagas no mercado em geral e nas demais áreas internas da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A política de remuneração dos administradores da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e as práticas de mercado.

v. a existência de membros não remunerados e a razão para esse fato:

Não há membros da administração não remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para determinação da remuneração mensal dos Diretores, é considerado o valor do cargo por meio de sistema de avaliação de cargos e referências do mercado. Para o Conselho de Administração, além da comparação do mercado, são levados em consideração o “notório saber” e a experiência que os conselheiros agregam à Companhia.

Para determinação da remuneração variável dos Diretores, são considerados (i) o desempenho anual da Companhia, medido pelo EBITDA; e (ii) o atingimento de metas individuais previamente traçadas.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A metodologia utilizada pela Companhia para definição da remuneração a ser paga aos seus administradores em cada exercício social contempla o atingimento de metas econômico-financeiras.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

A política de remuneração da Companhia é pautada em indicadores aprovados anualmente, e procura incentivar a Diretoria ao atingimento de metas previamente acordadas, de modo a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia e alinhar os interesses dos Diretores com os da Companhia. Tais metas são, usualmente, vinculadas à melhoria do resultado da Companhia.

A remuneração dos administradores visa sustentar os objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia, estando compatível com o mercado.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não aplicável, visto que nenhum dos administradores recebe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores, diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não aplicável, visto que não existem acordos firmados pela Companhia nesse sentido.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

i. órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório e de que forma

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

participam

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração individual dos administradores é definida anualmente com base em estudo de mercado conduzido por uma empresa global de consultoria de gestão de negócios, Korn Ferry/Hay.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

A Companhia adota metodologia sugerida por empresa de consultoria especializada externa, que permite o cálculo da remuneração dos seus administradores com base em variáveis como: (i) linha de reporte, (ii) complexidade do cargo, o que engloba abrangência de suas responsabilidades e dedicação ao cargo (exemplificativamente, se exclusiva ou não), e (iii) capacidade intelectual ou know-how exigidos para desempenhar as funções em determinado cargo.

A avaliação dos administradores, para efeito da determinação de sua remuneração, é feita com base em sistema de pontuação que permite uma comparação com o mercado geral de executivos e/ou do mercado selecionado (empresas do mesmo setor econômico).

Essa metodologia permite que as remunerações pagas aos ocupantes de posições executivas e de liderança da Companhia estejam de acordo com as remunerações pagas no mercado em geral e nas demais áreas internas da Companhia.

iii. frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração:

As diretrizes adotadas pela Companhia para avaliação da adequação da política de remuneração, bem como os montantes a serem pagos são discutidos ao menos uma vez ao ano pelo Conselho de Administração, no contexto da proposta de remuneração da administração.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	5,00	16,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	5,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.311.047,40	4.910.473,12	631.036,10	12.852.556,62
Benefícios direto e indireto	124.764,03	551.079,25	1.279,74	677.123,02
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.462.209,48	8.955.231,75	126.207,22	10.543.648,45
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	10.232.985,52	0,00	10.232.985,52
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.046.597,10	0,00	2.046.597,10
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos patronais INSS		
Pós-emprego	0,00	564.758,78	0,00	564.758,78
Cessação do cargo	0,00	36.865.685,62	0,00	36.865.685,62
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.	
Total da remuneração	8.898.020,91	64.126.811,14	758.523,06	73.783.355,11

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	5,00	16,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,00	5,00	16,00
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore	6.114.179,20	5.549.212,76	628.546,40	12.291.938,36
Benefícios direto e indireto	117.725,94	481.285,74	0,00	599.011,68
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.222.835,84	1.428.987,66	125.709,28	2.777.532,78
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.345.539,57	0,00	4.345.539,57
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	869.107,91	0,00	869.107,91
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos patronais INSS		
Pós-emprego	0,00	640.799,41	0,00	640.799,41
Cessação do cargo	0,00	1.595.725,52	0,00	1.595.725,52
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.	
Total da remuneração	7.454.740,98	14.910.658,57	754.255,68	23.119.655,23

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,80	4,20	15,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,80	4,20	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.800.000,00	4.622.182,80	533.948,78	9.956.131,58
Benefícios direto e indireto	100.786,76	341.088,36	0,00	441.875,12
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	960.000,00	924.436,56	106.789,76	1.991.226,32

Descrição de outras remunerações fixas	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	13.324.691,00	0,00	13.324.691,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.664.938,20	0,00	2.664.938,20
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos patronais INSS		
Pós-emprego	0,00	534.402,63	0,00	534.402,63
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº3/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 3/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 3/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.	
Total da remuneração	5.860.786,76	22.411.739,55	640.738,54	28.913.264,85

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,80	3,00	4,80	13,60
Nº de membros remunerados	5,80	3,00	4,80	13,60
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.580.000,00	2.821.251,22	486.179,95	5.887.431,17
Benefícios direto e indireto	0,00	301.830,00	0,00	301.830,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	516.000,00	564.250,24	97.235,99	1.177.486,23
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.524.016,80	0,00	5.524.016,80
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.104.803,36	0,00	1.104.803,36
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos patronais INSS		
Pós-emprego	0,00	315.748,00	0,00	315.748,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.	
Total da remuneração	3.096.000,00	10.631.899,62	583.415,94	14.311.315,56

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Prevista para 31/12/2020	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽²⁾	Total
Nº total de membros	7,0	4,0	5,0	16,0
Nº de membros remunerados	7,0	4,0	5,0	16,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	4.830.007,33	-	4.830.007,33
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	12.279.582,63	-	12.279.582,63
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$)	-	9.771.198,02	-	9.771.198,02
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$)	-	12.279.582,63	-	12.279.582,63
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

⁽¹⁾ Caso (i) a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 30 de julho de 2020 aprove a alteração do Estatuto Social, passando para 7 (sete) o número máximo de membros do Conselho de Administração; e (ii) a AGO fixe em 7 (sete) o número de membros do Conselho de Administração.

⁽²⁾ Caso, na AGO, seja solicitada instalação de Conselho Fiscal.

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,0	5,0	5,0	16,0
Nº de membros remunerados	6,0	5,0	5,0	16,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	4.594.863	-	4.594.863
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	13.264.607,17	-	13.264.607,17
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	11.340.447,85	-	11.340.447,85

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	5.214.647,48	-	5.214.647,48
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,0	4,2	4,8	15,0
Nº de membros remunerados	6,0	4,2	4,8	15,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.462.038	-	1.462.038
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	12.445.547	-	12.445.547
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	8.176.766	-	8.176.766
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	12.445.547	-	12.445.547
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,8	3,0	4,8	13,60
Nº de membros remunerados	5,8	3,0	4,8	13,60
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	588.401	-	588.401
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	6.628.820	-	6.628.820

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	3.988.820	-	3.988.820
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A Companhia não possuía, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Para o exercício social de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de dezembro de 2020, aprovou o Plano Outorga de Ações Restritas da Companhia (“Plano de Outorga” ou “Plano”).

a. Termos e condições gerais:

O Plano de Outorga será administrado pelo Conselho de Administração de acordo com seus termos e condições, observadas as restrições previstas em lei.

Sendo assim, o Conselho de Administração, por indicação do seu Presidente, terá poderes para eleger, a seu exclusivo critério, os respectivos Participantes do Plano, dentre os administradores da Companhia com dedicação exclusiva à Companhia e/ou às Subsidiárias que (i) estejam em processo de transição para ocupar cargo no Conselho de Administração; ou (ii) estejam em processo de desligamento –, ou seja, qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante ou demissão, renúncia ao cargo, destituição, substituição ou não reeleição como administrador sem vínculo de emprego e rescisão do contrato de prestação de serviços (“Desligamento”), desde que sem a violação a deveres e responsabilidades dos administradores previstos na legislação aplicável, no estatuto social da Companhia e no Plano (“Justa Causa”) e, a critério do Conselho de Administração, tenham completado satisfatoriamente seu ciclo de contribuição profissional na Companhia e/ou nas Subsidiárias (“Participantes”).

Caberá ao Conselho de Administração estabelecer o número de ações preferenciais de emissão da Companhia a serem objeto de outorga aos Participantes (“Ações Restritas”), sujeito aos limites e condições previstos no Plano de Outorga e em cada Contrato de Outorga de Ações Restritas a ser celebrado individualmente com cada Participante (“Contrato”).

O Plano de Outorga é criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos Participantes, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados à Companhia pelos Participantes.

b. Principais objetivos do plano:

O Plano tem como principais objetivos: (i) estabelecer regras para que os Participantes possam receber Ações Restritas; (ii) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas e da Companhia, ampliando o senso de propriedade, comprometimento e geração de valor dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco, atrelando o recebimento de ações de emissão da Companhia ao efetivo e satisfatório exercício das funções na Companhia, bem como ao cumprimento de determinadas metas e sempre a exclusivo critério do Conselho de Administração; e (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

O Plano de Outorga é criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos Participantes, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados à Companhia pelos Participantes.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

O Plano de Outorga visa a oferecer benefícios justos aos Participantes e que atendam aos interesses da Companhia.

O Plano tem por objetivo fortalecer a remuneração de longo prazo, oferecendo a possibilidade de retornos ainda mais

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

atrativos, e, por outro lado, exige uma forte demonstração de comprometimento pelos Participantes na criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

Além disso, o Plano de Outorga contribui com a estratégia de retenção dos administradores da Companhia e das demais sociedades controladas ou que venham a ser controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, conforme critérios de elegibilidade a serem definidos pelo Conselho de Administração.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

Observadas as condições estabelecidas no Plano de Outorga, os Participantes poderão se tornar acionistas da Companhia, o que procura alinhar os interesses dos Participantes com os da Companhia, a curto, médio e longo prazos, na medida em que a potencial remuneração do Participante está atrelada aos resultados da Companhia.

Adicionalmente, um dos objetivos do Plano é fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade dos Participantes, por meio de uma remuneração atrativa a longo prazo, respeitadas a elegibilidade aplicável e as demais condições do Plano.

f. Número máximo de ações abrangidas:

Sujeito às condições previstas no Plano de Outorga e no respectivo Contrato com cada Participante, o número máximo de Ações Restritas, que poderá ser concedido de acordo com o Plano, estará limitado a 704.574 (setecentas e quatro mil quinhentas e setenta e quatro) Ações Restritas (“Número Máximo de Ações Restritas”).

g. Número máximo de opções a serem outorgadas:

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano.

h. Condições de aquisição de ações:

Sujeito à continuidade do vínculo estatutário do Participante com a Companhia durante todo o Período de Transição (conforme definido adiante), bem como o cumprimento pelo Participante de todos os termos e obrigações do Contrato, as Ações Restritas serão transferidas pela Companhia ao Participante, sem nenhum custo ao Participante, em até 30 (trinta) dias contados do término do referido Período de Transição, respeitadas as condições estabelecidas no Contrato e as disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) no 567, de 17 de setembro de 2015 (“Instrução CVM 567”).

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

A outorga das Ações Restritas será realizada a título não oneroso aos Participantes, desde que observados os termos e condições do Plano de Outorga e dos respectivos Contratos.

Nesse contexto, o Plano não se trata de um plano de opção de compra de ações, nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedade por Ações.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

A Companhia terá o prazo de até 30 (trinta) dias contados do término do período entre a data de assinatura do Contrato pelo Participante e a data em que o Participante efetivamente receba Ações Restritas nos termos deste Plano (“Período de Transição”), respeitadas as condições estabelecidas no Plano e no Contrato.

k. Forma de liquidação:

Com o propósito de satisfazer o recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita à lei e

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

regulamentação aplicáveis, transferirá ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, nos termos da Instrução CVM 567.

Alternativamente, caso, a cada data de transferência das Ações Restritas, a Companhia não possua ações em tesouraria suficientes para satisfazer o recebimento das Ações Restritas pelos respectivos Participantes, a Companhia, conforme decisão do Conselho de Administração, poderá optar por diferir a entrega por até 30 (trinta) dias para adquirir as ações necessárias no mercado ou, ainda, adotar outras medidas substitutivas ou complementares.

I. Restrições à transferência das ações:

Exceto caso disposto de forma diversa no Contrato com cada Participante, o Participante somente poderá alienar, transferir, alugar, ceder, empenhar ou oferecer em garantia Ações Restritas de sua titularidade, conforme o cronograma abaixo:

Período	Ações Restritas Liberadas (%)	Ações Restritas Sujeitas ao Lock-up (%)
Entre a Data de Aquisição e a data correspondente ao 1º aniversário da Data de Aquisição	0	100
Após o 1º aniversário da Data de Aquisição	20	80
Após o 2º aniversário da Data de Aquisição	40	60
Após o 3º aniversário da Data de Aquisição	60	40
Após o 4º aniversário da Data de Aquisição	80	20
Após o 5º aniversário da Data de Aquisição	100	0

Na hipótese de qualquer evento que enseje uma alteração do atual controle societário da Companhia a título oneroso, as Ações Restritas adquiridas pelo Participante que eventualmente ainda estejam sujeitas ao período de *lock-up*, ficarão livres e desembaraçadas para venda.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pelos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de janeiro de 2020, e permanecerá em vigor por prazo indeterminado, até que seja expressamente extinto por deliberação da Assembleia Geral de acionistas ou do Conselho de Administração, sendo certo que quando o Número Máximo de Ações Restritas seja alcançado (i.e. com a efetiva entrega da totalidade das Ações Restritas objeto do respectivo Contrato celebrado com cada Participante), não mais poderão haver outorgas nos termos do Plano.

Adicionalmente, o Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá suspender o Plano de Outorga ou rever suas condições, desde que não alterem os respectivos princípios básicos, especialmente quanto ao Número Máximo de Ações Restritas aprovados pela assembleia geral da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Observadas as demais cláusulas e condições deste Plano, nenhum Participante receberá Ações Restritas até que (i) o Participante tenha sido eleito para o Conselho de Administração e tenha renunciado ao seu cargo na Diretoria ou em órgão similar da Companhia ou, alternativamente, (ii) tenha cumprido as condições previamente fixadas e definidas nos respectivos Contratos, bem como tenha concluído seu processo de Desligamento, sem Justa Causa, ainda que não tenha sido eleito para o Conselho de Administração.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

- a. **Órgão:**
- b. **Número total de membros:**
- c. **Número de membros remunerados:**
- d. **Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:**
- i. **data de outorga:**
 - ii. **quantidade de opções outorgadas:**
 - i. **prazo para que as opções se tornem exercíveis:**
 - ii. **prazo máximo para exercício das opções:**
 - iii. **prazo de restrição à transferência das ações:**
 - iv. **preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - **em aberto no início do exercício social:**
 - **perdidas durante o exercício social:**
 - **exercidas durante o exercício social:**
 - **expiradas durante o exercício social:**
- e. **Valor justo das opções na data de cada outorga:**
- f. **Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:**

A Companhia não possuía nos últimos 3 (três) exercícios sociais plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

A tabela a seguir apresenta as informações quantitativas em relação ao Plano de Outorga para o exercício social corrente:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)		
Plano de Outorga de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros	7	4
Nº de membros remunerados	0	1
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das outorgas em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
(b) Das outorgas perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das outorgas exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das outorgas expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso da transferência efetiva de todas as ações outorgadas	n/a	n/a

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

A tabela a seguir apresenta as informações quantitativas em relação à outorga prevista para o exercício social corrente:

Outorga prevista para o exercício social corrente (2020)		
Plano de Outorga de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de ações	n/a	704.574
Data da outorga	n/a	28/01/2020
Quantidade de ações outorgadas	n/a	704.574
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das ações	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	n/a	n/a

13.6 - Opções em Aberto

- a. **Órgão:**
- b. **Número de membros:**
- c. **Número de membros remunerados:**
- d. **Em relação às opções ainda não exercíveis:**
 - i. **quantidade:**
 - ii. **data em que se tornarão exercíveis:**
 - iii. **prazo máximo para exercício das opções:**
 - iv. **prazo de restrição à transferência das ações:**
 - v. **preço médio ponderado de exercício:**
 - vi. **valor justo das opções no último dia do exercício social:**
- e. **Em relação às opções exercíveis:**
 - i. **quantidade:**
 - ii. **prazo máximo para exercício das opções:**
 - iii. **prazo de restrição à transferência das ações:**
 - iv. **preço médio ponderado de exercício:**
 - v. **valor justo das opções no último dia do exercício social:**
 - vi. **valor justo do total das opções no último dia do exercício social:**

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto ao final do último exercício social, tampouco houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

- a. **Órgão:**
- b. **Número de membros:**
- c. **Número de membros remunerados:**
- d. **Em relação às opções exercidas informar:**
 - i. **número de ações:**
 - ii. **preço médio ponderado de exercício:**
 - iii. **valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas:**
- e. **Em relação às ações entregues informar:**
 - i. **número de ações:**
 - ii. **preço médio ponderado de aquisição:**
 - iii. **valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:**

Não aplicável, tendo em vista que não houve opção exercida ou ações entregues, relativas à remuneração em ações do Conselho de Administração e da Diretoria nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

- a. Modelo de precificação:**
- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:**
- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:**
- d. Forma de determinação da volatilidade esperada:**
- e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Não havia ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal na data de encerramento do último exercício social.

A tabela abaixo apresenta os valores mobiliários emitidos pela Companhia e detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal na data de encerramento do último exercício social:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
Valor Mobiliário	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Ações Ordinárias	4.524.990	0	46.610	4.571.600
Ações Preferenciais Classe A	492.771	0	0	492.771
Ações Preferenciais Classe B	13.892.290	0	20.001	13.912.291

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

A tabela abaixo apresenta os planos de previdência em vigor para Diretores da Companhia:

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	-	4	-
Nº de membros remunerados	-	4	-
Nome de plano	-	Carboprev	-
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	0	-
Condições para se aposentar antecipadamente	-	55 anos de idade e 3 anos de plano	-
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	12.350.150,59	-
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	539.530,26	-
Possibilidade e condições para resgate antecipado	-	O resgate só é possível quando o funcionário participante se desliga da empresa. Terá direito a resgatar suas contribuições e parte das contribuições da patrocinadora, seguindo uma tabela progressiva de acordo com o tempo de empresa.	-

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	5,00	4,20	3,00	6,00	6,00	5,80	5,00	4,80	4,80
Nº de membros remunerados	5,00	4,20	3,00	6,00	6,00	5,80	5,00	4,80	4,80
Valor da maior remuneração(Reais)	8.119.896,63	7.265.415,21	5.781.132,65	4.506.233,46	2.596.786,76	1.728.000,00	150.851,14	132.000,05	120.605,86
Valor da menor remuneração(Reais)	3.063.725,14	4.785.242,75	2.189.494,52	589.701,50	480.000,00	288.000,00	150.851,14	132.000,05	120.605,86
Valor médio da remuneração(Reais)	2.982.131,71	5.378.817,49	3.543.966,54	1.242.456,83	976.797,79	538.434,78	150.851,14	132.566,59	120.605,86

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, exceto, neste último caso, pelos benefícios relacionados aos planos de previdência em vigor, descritos no item 13.10 acima.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2019	2018	2017
Conselho de Administração	59,8%	52,2%	9,3%
Diretoria Executiva	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Período		São Paulo	Buenos Aires	Cubatão	Santo André	Bahía Blanca	Total
2019	Administrativo	67	28	192	201	167	655
	Operacional	-	-	229	199	336	764
	Total	67	28	421	400	503	1.419
2018	Administrativo	51	27	162	92	150	482
	Operacional	-	-	226	259	359	844
	Total	51	27	388	351	509	1.326
2017	Administrativo	57	31	158	90	151	487
	Operacional	-	-	235	286	361	882
	Total	57	31	393	376	512	1.369

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Período		São Paulo	Buenos Aires	Cubatão	Santo André	Bahía Blanca	Total
2019	Manutenção, limpeza, segurança e conservação.	4	-	200	294	423	921
	Serviços Gerais e outros	3	-	82	221	244	550
	Total	7	-	282	515	667	1.471
2018	Manutenção, limpeza, segurança e conservação.	3	-	322	566	365	1.256
	Serviços Gerais e outros	3	-	38	197	268	506
	Total	6	-	360	763	633	1.762
2017	Manutenção, limpeza, segurança e conservação.	3	-	271	278	439	991
	Serviços Gerais e outros	5	-	35	217	270	527
	Total	8	-	306	495	709	1.518

c. índice de rotatividade

O turn-over consolidado (índice de rotatividade) de 2019 foi de 8,63%, enquanto que em 2018 foi de 7,97% e de 9,69% em 2017.

Cabe mencionar que grande parte do turn-over dos últimos anos é explicado pelo processo de reestruturação organizacional com o crescimento da companhia a partir de 2017 e pela renovação do quadro, em função da aposentadoria de funcionários.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não ocorreram alterações relevantes nos quadros de colaboradores nos últimos três exercícios sociais.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A Companhia adota uma política de remuneração global, com foco principalmente na atração e retenção de seus profissionais. É baseada na prática do segmento de mercado em que está inserida e também comparada com empresas de mesmo porte econômico de outros segmentos. A remuneração dos empregados da Companhia é reajustada de acordo com a lei e é composta por salário base e PLR – Participação nos Lucros e Resultados, conforme acordo firmado com o sindicato.

b. Política de benefícios

Uma das prioridades da Companhia é a melhoria contínua da qualidade de vida e desenvolvimento profissional de seus colaboradores, para isso oferece os seguintes benefícios:

- Plano de Médico/Hospitalar e Odontológico
- Previdência Privada;
- Bolsas de Estudo;
- Seguro de Vida;
- Transporte;
- Vale Alimentação;
- Restaurante na unidade industrial;
- Complementação do Auxílio-Doença;

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia não aplica o plano de remuneração baseado em ações a seus colaboradores.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A Companhia construiu, ao longo de vários anos, um forte relacionamento buscando sempre o equilíbrio e a harmonia nas relações desenvolvidas com as entidades Sindicais que representam os seus colaboradores nas regiões de sua atuação, qual sejam:

- Cubatão – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas de Cubatão, Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá e Itanhaém.
- São Paulo – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas, Plásticas e similares de São Paulo.
- Santo André - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Petroquímicas, Farmacêuticas, Tintas e Vernizes, Plásticos, Resinas Sintéticas e Explosivos do ABCD, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.
- Bahía Blanca (Argentina) – SPIQPYA (Sindicato de Personal de Industrias Químicas Petroquímicas y Afines)

Nos sindicatos citados, não houve nenhum movimento de paralisação ou greve nos últimos exercícios sociais.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Belvedere Administração de Valores Mobiliários Ltda.						
10.307.354/0001-37	SP	Não	Não	16/12/2020		
Não						
	370.108	0,392%	5.337.027	5,652%	5.707.135	6,044%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	136.306	0,222%				
Preferencial Classe B	5.200.721	8,467%				
TOTAL	5.337.027	8,689%				
Eduardo Livio Valaretto						
066.732.918-85	Brasileiro-SP	Não	Não	13/05/2021		
Não						
	0	0,000%	152.000	0,161%	152.000	0,161%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	112.000	0,182%				
Preferencial Classe B	40.000	0,065%				
TOTAL	152.000	0,248%				
Frank Geyer Abubakir						
891.689.415-87	Brasileiro-RJ	Não	Sim	18/06/2019		
Não						
	89.090	0,094%	43.271	0,046%	132.361	0,140%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	43.271	0,070%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Frank Geyer Abubakir						
891.689.415-87	Brasileiro-RJ	Não	Sim	18/06/2019		
Não						
89.090	0,094%	43.271	0,046%	132.361	0,140%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	43.271	0,070%				
Anibal do Vale						
011.817.458-45	SP	Sim	Não	27/04/2020		
Não						
0	0,000%	600.574	0,636%	600.574	0,636%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe B	600.574	0,978%				
TOTAL	600.574	0,980%				
Maria Soares de Sampaio Geyer						
758.341.547-00	Brasileira-RJ	Não	Sim	27/04/2021		
Não						
1.843.159	1,952%	0	0,000%	1.843.159	1,952%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Luiz Barsi Filho						
006.541.838-72	Brasileiro-SP	Não	Não	23/04/2021		
Não						
	4.501.200	4,767%	14.384.800	15,233%	18.886.000	20,000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	466.500	0,759%				
Preferencial Classe B	13.918.300	22,659%				
TOTAL	14.384.800	23,465%				
Vila Velha S.A. - Administração e Participações						
30.280.531/0001-46	Brasileira-RJ	Sim	Sim	18/06/2019		
Não						
	20.311.980	21,509%	14.252	0,015%	20.326.232	21,524%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	10.306	0,017%				
Preferencial Classe B	3.946	0,006%				
TOTAL	14.252	0,023%				
OUTROS						
	5.892.433	6,240%	40.862.878	43,271%	46.755.311	49,511%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	1.369.291	2,229%				
Preferencial Classe B	39.493.587	64,296%				
TOTAL	40.862.878	66,525%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 22/01/2021						
	0	0,000%	30.100	0,032%	30.100	0,032%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	25.100	0,041%				
Preferencial Classe B	5.000	0,008%				
TOTAL	30.100	0,049%				
TOTAL						
	33.007.970	34,954%	61.424.902	65,046%	94.432.872	100,000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.162.774	3,521%				
Preferencial Classe B	59.262.128	96,479%				
TOTAL	61.424.902	100,000%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vila Velha S.A. - Administração e Participações				30.280.531/0001-46	
Frank Geyer Abubakir					
891.689.415-87	Brasileiro-RJ	Sim	Sim	17/09/2018	
Não					
2.098.697	65,857	0	0,000	2.098.697	65,857
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Locuncatun Serviços Financeiros Ltda.					
05.627.759/0001-12	São Paulo-SP	Sim	Sim	17/09/2018	
Não					
279.875	8,782	0	0,000	279.875	8,782
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Soares de Sampaio Geyer					
758.341.547-00	Brasileira-RJ	Sim	Sim	17/09/2018	
Não					
808.179	25,361	0	0,000	808.179	25,361
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
1	0,000	0	0,000	1	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vila Velha S.A. - Administração e Participações				30.280.531/0001-46	
TOTAL					
3.186.752	100,000	0	0,000	3.186.752	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Locuncatun Serviços Financeiros Ltda.				05.627.759/0001-12	
Maria Carolina Barretto de Araújo Abubakir					
442.920.488-86		Não	Não	30/12/2020	
Não					
9.722.840	50,000	0	0,000	9.722.840	50,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Cecilia Barretto de Araújo Abubakir					
442.917.828-37		Não	Não	30/12/2020	
Não					
9.722.840	50,000	0	0,000	9.722.840	50,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
19.445.680	100,000	0	0,000	19.445.680	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

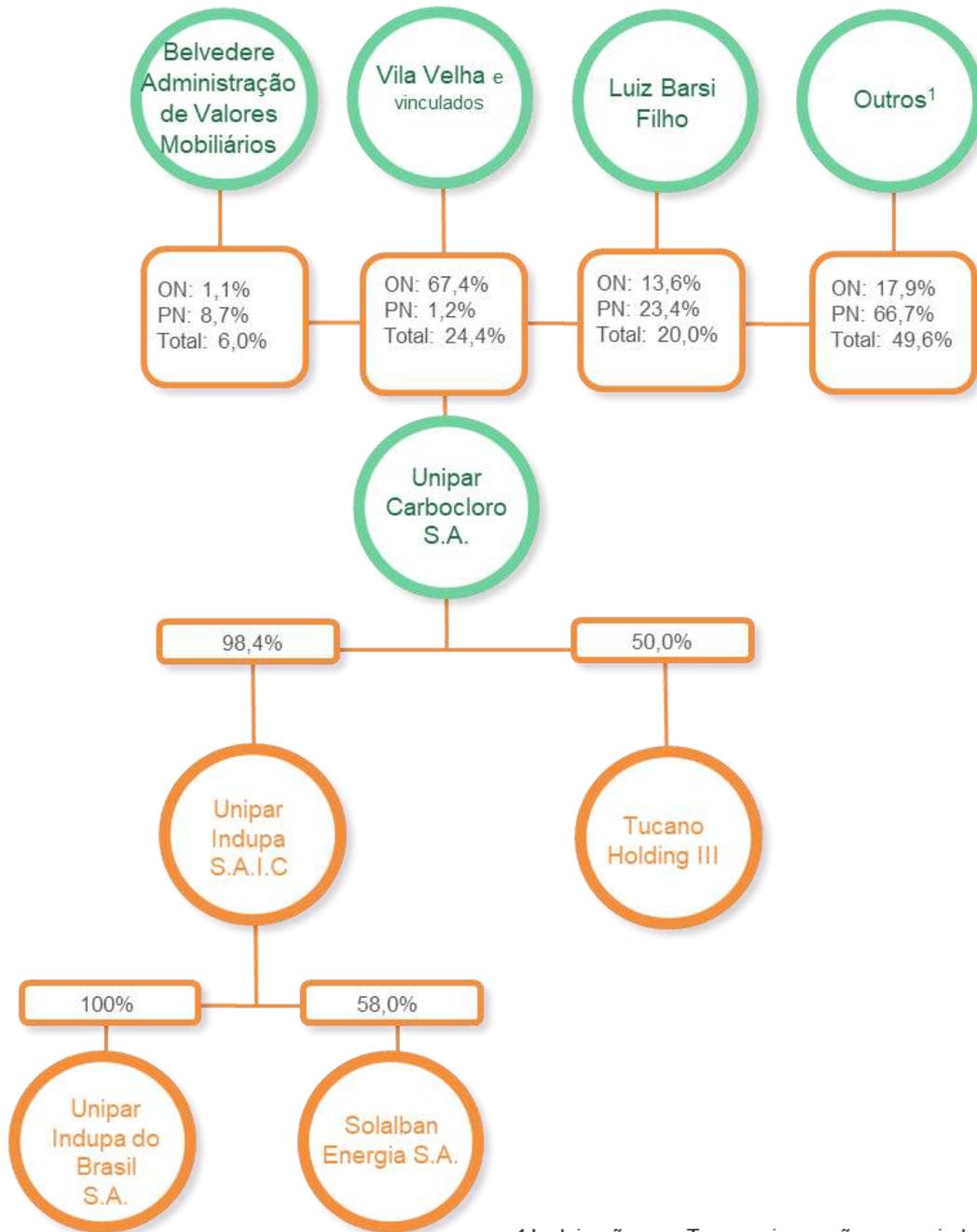
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	33.894
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	249
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	158

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	6.262.541	6,632%
Quantidade preferenciais (Unidades)	46.351.905	49,085%
Preferencial Classe A	1.617.597	2,633455%
Preferencial Classe B	44.734.308	72,827642%
Total	52.614.446	55,716%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico



¹ Inclui ações em Tesouraria e ações negociadas na B3

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

a. partes

Vila Velha S.A. Administração e Participações e Anibal do Vale, com interveniência anuência, Unipar Carbocloro S.A.

b. data de celebração

31/01/2020

c. prazo de vigência

15 (quinze) anos a contar da data de assinatura do Acordo.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Para todas e quaisquer matérias a serem deliberadas nas Assembleias de Acionistas, o direito de voto inerente às Ações de titularidade do Sr. Anibal do Vale deverá ser exercido conforme a orientação de voto a ser formulada e encaminhada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações (“Orientação de Voto Prévia”) antes da realização de cada Assembleia de Acionistas. A Vila Velha S.A. Administração e Participações deverá providenciar o encaminhamento da Orientação de Voto Prévia ao Sr. Anibal do Vale com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da Assembleia de Acionistas correspondente.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Neste Acordo de Acionistas, não há previsão de quaisquer cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Caso a Vila Velha S.A. Administração e Participações deseje alienar a um Terceiro a totalidade ou parte de suas Ações que implique alteração de Controle da Companhia, o Sr. Anibal do Vale poderá vender suas Ações em conjunto com a Vila Velha S.A. Administração e Participações de forma proporcional às Ações alienadas pela Vila Velha e pelo mesmo preço por Ação e nas mesmas condições de pagamento acordadas pela Vila Velha S.A. Administração e Participações (“Direito de Venda Conjunta”).

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Neste Acordo de Acionistas, não há previsão de quaisquer cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

As alterações (aquisições ou alienações) relevantes, conforme definidas no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, ocorridas nos 03 últimos exercícios sociais nas participações dos membros do grupo de controle e de administradores estão descritas a seguir:

Em 10 de janeiro de 2018, a Companhia recebeu correspondência do investidor Sr. Luiz Barsi Filho, inscrito no CPF sob o nº 006.541.838-72, onde informa que com as compras realizadas nos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo até o final de dezembro de 2017, totalizou a propriedade de 316.700 ações preferenciais Classe A da Unipar Carbochloro S.A., representando participação de 12,22% sobre esse tipo e classe de ações. Declarou também que a referida participação tem por alvo o investimento puro e simples, sem pretender exercer qualquer interferência na administração da Companhia.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu correspondência do investidor Sr. Luiz Barsi Filho, inscrito no CPF sob o nº 006.541.838-72, onde informa que concluiu até a data de 01 de fevereiro de 2018 a meta final de alcançar a posição de 10.628.538 ações preferenciais nominativas da classe B da Unipar Carbochloro S.A., representando participação de 20,01% sobre esse tipo e classe de ações. Declarou também que a referida participação tem por alvo o investimento puro e simples, sem pretender exercer qualquer interferência na administração da Companhia.

Em 6 de julho de 2020, a Companhia recebeu correspondência do investidor Verde Asset Management S.A. , inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.749.539/0001-76, onde informa que fundos de investimento geridos pela Verde reduziram sua participação acionária no capital da Companhia, passando a deter 1.722.129 ações ordinárias, que corresponde 1,76% do capital total e 4,99% das ações ordinárias. A Verde informou, também, que a referida redução reflete apenas sua estratégia de investimentos.

15.7 - Principais Operações Societárias**2019**

a. evento	Oferta pública de retirada voluntária e deslistagem das ações das ações da Unipar Indupa S.A.I.C. na Bolsa de Comercio de Buenos Aires - BCBA
b. principais condições do negócio	Em 15 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da Unipar aprovou a realização de uma nova OPA para aquisição de até a totalidade das ações da Indupa Argentina, com posterior cancelamento do seu registro de companhia aberta com ações negociadas na BCBA, conforme artigo 97 da Lei de Mercado de Capitais da Argentina. O prospecto da oferta foi publicado, tendo o prazo de adesão definido entre 8 e 22 de novembro de 2019.
c. sociedades envolvidas	Unipar Carbochloro S.A. e Unipar Indupa S.A.I.C.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	<u>Antes da operação:</u> Companhia detinha 87,8% da Unipar Indupa S.A.I.C. <u>Depois da operação:</u> Passou a deter 98,4% da Unipar Indupa S.A.I.C.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto aos acionistas da Companhia.

2018

Não houve eventos societários relevantes ocorridos na Companhia, suas controladas ou coligadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

2017

a. evento	Desinvestimento da totalidade da participação na Tecsis Tecnologia e Sistema Avançados S.A.
b. principais condições do negócio	Em 28 de agosto de 2017, a Companhia celebrou instrumento particular de compra e venda de ações e debêntures e outras avenças para a realização de desinvestimento da totalidade da participação acionária detida pela Companhia na Tecsis Tecnologia e Sistema Avançados S.A., alienando ações à GI Eólica Participações Ltda. após a conclusão da subscrição e integralização pela Companhia de 36.666.667 ações ordinárias emitidas no aumento de capital da Tecsis.
c. sociedades envolvidas	Unipar Carbochloro S.A., GI Eólica Participações Ltda. e Tecsis Tecnologia e Sistema Avançados S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	<u>Antes da operação:</u> Companhia detinha 17,8% da Tecsis desde 2015. <u>Depois da operação:</u> Com o desinvestimento, passou a deter 0%.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto aos acionistas da Companhia.

a. evento	Oferta pública de retirada voluntária e deslistagem das ações das ações da Unipar Indupa S.A.I.C. na Bolsa de Comercio de Buenos Aires - BCBA
------------------	--

15.7 - Principais Operações Societárias

b. principais condições do negócio	Em 06 de janeiro de 2017, foi dado o início, através de aprovação na CNV (<i>Comision Nacional de Valores</i>) à aquisição de até a totalidade das ações da Indupa Argentina, com posterior cancelamento do seu registro de companhia aberta com ações negociadas na BCBA, conforme artigo 97 da Lei de Mercado de Capitais da Argentina. O prospecto da oferta foi publicado em 20 de janeiro de 2017, com adesão de ações representativas de 17,17% do capital social da Unipar Indupa S.A.I.C.
c. sociedades envolvidas	Unipar Carbochloro S.A. e Unipar Indupa S.A.I.C.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	<u>Antes da operação:</u> Companhia detinha 70,6% da Unipar Indupa S.A.I.C. <u>Depois da operação:</u> Passou a deter 87,8% da Unipar Indupa S.A.I.C.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto aos acionistas da Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

O Conselho de Administração aprovou, em 31 de julho de 2019, a Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses da Companhia, disponível no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.unipar.com).

A política estabelece as regras e procedimentos a serem observados pela Companhia em transações envolvendo partes relacionadas, com a finalidade de assegurar que as decisões da Companhia sejam tomadas no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, assegurando transparência aos acionistas, ao mercado e aos investidores em geral, e equidade de tratamento com terceiros, embasadas nas melhores práticas de governança corporativa, fundamentadas nos princípios de transparência e comutatividade.

A Companhia, quando da celebração de operações com partes relacionadas, adota práticas que têm por objetivo não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para a Companhia ou para quaisquer outras partes, com base em termos e condições que seriam aplicáveis a operações semelhantes com terceiros.

A realização de transações com Partes Relacionadas deve seguir padrões de mercado ou, quando não houver, parâmetros de operações similares de mercado, sendo que o empregado da Companhia deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares.

Ainda, a Companhia confirma que as transações com Partes Relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas, competindo ao Conselho de Administração, na forma de seu Estatuto Social, autorizar a Diretoria a contratar com os acionistas ou administradores da Companhia, ou com sociedades em que tenham interesse.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Solalban Energia S.A.	17/06/2008	141.233.000,00	Contas a Pagar em 31/12/2019: R\$ 17.142 mil		Término em 29/02/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	Solalban tem contrato de fornecimento de energia com Unipar Indupa S.A.I.C.						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Não aplicável						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Débito da controlada Unipar Indupa S.A.I.C.						
Essentia Partners Assessoria Ltda.	14/11/2019	3.000.000,00	Contas a Pagar em 31/03/2020: R\$ -		Término em 10/03/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sócio Administrador da empresa Essentia Partners é membro do Conselho de Administração da Companhia.						
Objeto contrato	Carta mandato para assessoria em oferta pública de aquisição de ações em subsidiária da Companhia.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Mandato para transação societária.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Essentia Partners Assessoria Ltda.	15/08/2018	5.252.000,00			Término em 30/11/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sócio Administrador da empresa Essentia Partners é membro do Conselho de Administração da Companhia.						
Objeto contrato	Assessoria financeira para aquisição de ativos de geração de energia renovável.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Assessoria financeira						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Solalbán Energía S.A.	17/06/2008	13.130.000,00	Contas a Pagar em 31/12/2019: R\$ 2.423 mil		Término em 29/02/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Solalban contratou Unipar Indupa S.A.I.C. para fazer a gestão da mesma						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Crédito a favor da controlada Unipar Indupa S.A.I.C.						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Todas as decisões acerca de todas as operações da Companhia são submetidas à Administração e, conforme a legislação aplicável, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, e tomando-se como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com terceiros.

As operações e negócios com partes relacionadas, quando realizadas, seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições, e de estrito interesse de cada empresa em sua realização, não gerando qualquer benefício ou prejuízo à Companhia, em detrimento das demais partes relacionadas ou partes independentes.

Para verificar a comutatividade das operações com partes relacionadas, a Companhia analisa a viabilidade financeira de cada operação vis-à-vis operações semelhantes no mercado entre partes não vinculadas. Por fim, a Companhia confirma que as transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
20/05/2021	699.002.142,83		33.007.970	61.424.902	94.432.872
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	2.162.774				
Preferencial Classe B	59.262.128				
Tipo de capital	Capital Subscrito				
20/05/2021	699.002.142,83		33.007.970	61.424.902	94.432.872
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	2.162.774				
Preferencial Classe B	59.262.128				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/05/2021	699.002.142,83		33.007.970	61.424.902	94.432.872
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	2.162.774				
Preferencial Classe B	59.262.128				
Tipo de capital	Capital Autorizado				
15/04/2008	840.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/12/2018	Assembleia Geral Extraordinária	20/12/2018	90.084.183,24	Subscrição particular	2.531.824	5.063.649	7.595.473	9,09090909	11,86	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	210.792
PNB	4.852.857

Critério para determinação do preço de emissão O custo atribuído às ações bonificadas, independentemente da espécie e classe, atende ao disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 25 da Instrução Normativa da SRF, de 06.03.2011

Forma de integralização Não aplicável. Trata-se de uma bonificação de 9,09090909% em ações, atribuindo-se aos acionistas da Companhia, gratuitamente, 1 (uma) ação nova para cada 11 (onze) ações da mesma espécie e classe de que eram titulares.

18/06/2019	Assembleia Geral Extraordinária	18/06/2019	224.587.006,47	Subscrição particular	5.036.039	9.489.781	14.525.820	16,66666666	15,46	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	----------------	-----------------------	-----------	-----------	------------	-------------	-------	-----------------

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	401.722
PNB	9.088.059

Critério para determinação do preço de emissão O custo atribuído às ações bonificadas, independentemente da espécie e classe, atende ao disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 25 da Instrução Normativa da SRF, de 06.03.2011

Forma de integralização Não aplicável. Trata-se de uma bonificação de 16,666666664% em ações, atribuindo-se aos acionistas da Companhia, gratuitamente, 1 (uma) ação nova para cada 6 (seis) ações da mesma espécie e classe de que eram titulares.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Bonificação						
20/12/2018	27.850.069	55.700.137	83.550.206	30.381.893	60.763.786	91.145.679
Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações			
Classe ação preferencial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Classe ação preferencial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
PNA		2.318.710	PNA		2.529.502	
PNB		53.381.427	PNB		58.234.284	
Bonificação						
18/06/2019	30.216.235	56.938.686	87.154.921	35.252.274	66.428.467	101.680.741
Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações			
Classe ação preferencial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Classe ação preferencial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
PNA		2.410.333	PNA		2.812.055	
PNB		54.528.353	PNB		63.616.412	

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital social da Companhia nos últimos três exercícios.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Em 12 de fevereiro de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 3.862.569 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 790.504 ações ordinárias; (ii) 123.503 ações preferenciais classe “A”; e (iii) 2.948.562 ações preferenciais classe “B”. Tal cancelamento não implicou em alteração do valor de seu capital social.

Em 09 de julho de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 2.201.300 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 758.400 ações ordinárias; (ii) 78.500 ações preferenciais classe “A”; e (iii) 1.364.400 ações preferenciais classe “B”. Tal cancelamento não implicou em alteração do valor de seu capital social.

Em 06 de outubro de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 1.184.000 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 695.400 ações ordinárias; (ii) 70.200 ações preferenciais classe “A”; e (iii) 418.400 ações preferenciais classe “B”. Tal cancelamento não implicou em alteração do valor de seu capital social.

Conforme Parágrafo 3º do Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais da classe “A” poderão à vontade do acionista, ser convertidas em igual número de ações preferenciais da classe “B”. Entre 11/12/2020 e 20/05/2021, foram realizadas as conversões de 377.073 ações preferenciais “A” em ações preferenciais “B”. Em consequência das conversões de ações e do cancelamento de ações em tesouraria descritos acima, a quantidade de ações ordinárias totaliza 33.007.970, a quantidade de ações preferenciais de classe “A” totaliza 2.162.764 e a quantidade de ações preferenciais de classe “B” totaliza 59.262.138, sendo o total de ações preferenciais de 61.424.902 e o total de ações da Companhia de 94.432.872. Observa-se que a composição do capital social apresentada no Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia será atualizada na melhor oportunidade.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social e conforme art. 254 da Lei das S.A., os titulares de ações de emissão da companhia têm o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção das suas participações no capital social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	De acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei das S.A., qualquer um dos acionistas da Companhia dissidentes de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações com base nos critérios previstos na Lei das S. A. De acordo com a Lei das S. A, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas hipóteses previstas no art. 137. Exercido o direito de retirada, os acionistas terão direito a receber o valor patrimonial de suas ações, com base no último balanço da Companhia aprovado pela Assembléia Geral, observando o disposto no art. 45, da Lei S.A. No caso de liquidação da Companhia, os acionistas detentores de ações da classe "B" têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, frente aos demais acionistas, sempre na proporção da sua participação no capital social e após o pagamento de todos os passivos na proporção de suas respectivas participações no total das ações de emissão da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão estatutária
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social e a Lei das S.A., os titulares de ações de emissão da companhia têm o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção das suas participações no capital social. Os titulares das ações preferenciais classe "A" têm direito a um recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	À vontade do acionista, as ações preferenciais da classe "A" poderão ser convertidas em igual número de ações preferenciais da classe "B". Enquanto não efetivada a conversão total das ações preferenciais da classe "A" em "B", considerar-se-á, para efeito de representação do capital social, a posição de cada uma dessas classes declarada em Assembleia Geral
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não

18.1 - Direitos Das Ações

Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão estatutária
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, os titulares de ações de emissão da companhia têm o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção das suas participações no capital social. Os titulares das ações preferenciais classe "B" têm direito ao recebimento de um dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As ações preferenciais classe "B" poderão, por deliberação da Assembléia Geral, ser convertidas em ordinárias ou em outra classe de preferenciais que vier a ser criada.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas detentores de ações da classe "B" têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, frente aos demais acionistas, sempre na proporção da sua participação no capital social e após o pagamento de todos os passivos na proporção de suas respectivas participações no total das ações de emissão da Companhia. De acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei das S.A., qualquer um dos acionistas da Companhia dissidentes de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações com base nos critérios previstos na Lei das S. A. De acordo com a Lei das S. A, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas hipóteses previstas no art. 137. Exercido o direito de retirada, os acionistas terão direito a receber o valor patrimonial de suas ações, com base no último balanço da Companhia aprovado pela Assembléia Geral, observando o disposto no art. 45, da Lei S.A.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão estatutária.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Não existem regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública no estatuto social da Companhia.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O Estatuto Social da Companhia prevê, no artigo 9º, parágrafo primeiro, que pode ser excluído o direito de preferência na subscrição de aumento de capital mediante emissão de ações destinadas a (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; e (iii) subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	22.239.469	37,46	30,86	R\$ por Unidade	33,57
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.859.246	36,79	28,29	R\$ por Unidade	32,80
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.489.623	37,00	27,24	R\$ por Unidade	32,30
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.205.207	36,39	28,60	R\$ por Unidade	31,40
31/03/2019	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.479.977	37,43	31,47	R\$ por Unidade	33,47
30/06/2019	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.744.497	39,00	30,11	R\$ por Unidade	33,52
30/09/2019	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.813.044	36,99	26,85	R\$ por Unidade	31,23
31/12/2019	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.894.976	36,20	28,64	R\$ por Unidade	31,01
31/03/2019	Ações	Preferencial	PNB	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	409.698.696	37,85	31,22	R\$ por Unidade	33,61
30/06/2019	Ações	Preferencial	PNB	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	450.871.239	36,90	28,70	R\$ por Unidade	32,82
30/09/2019	Ações	Preferencial	PNB	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	398.308.538	36,60	26,51	R\$ por Unidade	31,11
31/12/2019	Ações	Preferencial	PNB	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	265.111.639	36,69	28,25	R\$ por Unidade	30,84

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.162.991	26,45	13,91	R\$ por Unidade	22,13
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	38.325.682	42,92	23,46	R\$ por Unidade	34,25
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	29.645.642	39,83	30,05	R\$ por Unidade	34,88
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	29.475.817	38,90	29,30	R\$ por Unidade	35,57
31/03/2018	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.423.237	25,51	13,29	R\$ por Unidade	22,44
30/06/2018	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.926.732	43,65	23,10	R\$ por Unidade	34,95

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/09/2018	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.875.318	41,61	32,94	R\$ por Unidade	38,71
31/12/2018	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.240.940	40,79	32,17	R\$ por Unidade	36,51
31/03/2018	Ações	Preferencial	PNB	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	307.579.028	26,59	13,54	R\$ por Unidade	22,31
30/06/2018	Ações	Preferencial	PNB	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	575.527.433	45,60	22,54	R\$ por Unidade	36,01
30/09/2018	Ações	Preferencial	PNB	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	520.713.819	43,71	34,29	R\$ por Unidade	40,68
31/12/2018	Ações	Preferencial	PNB	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	446.448.759	42,27	33,14	R\$ por Unidade	37,76

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.197.521	8,45	7,01	R\$ por Unidade	7,54
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.169.368	11,30	8,09	R\$ por Unidade	9,33
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.407.660	16,10	9,21	R\$ por Unidade	10,83
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.606.037	17,50	11,90	R\$ por Unidade	14,65
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	262.329	8,66	6,82	R\$ por Unidade	7,71
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	357.739	13,51	8,06	R\$ por Unidade	10,14
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.748.510	15,95	9,32	R\$ por Unidade	11,33
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.556.407	17,49	13,33	R\$ por Unidade	14,77
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNB	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.677.109	7,98	6,71	R\$ por Unidade	7,18
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNB	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	27.084.121	10,99	7,37	R\$ por Unidade	8,92
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNB	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	112.835.897	14,15	8,75	R\$ por Unidade	10,22
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNB	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	70.519.998	17,55	11,90	R\$ por Unidade	14,93

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures Simples - Públicas
Data de emissão	10/06/2019
Data de vencimento	10/06/2025
Quantidade (Unidades)	20.105
Valor total (Reais)	201.050.000,00
Saldo Devedor em Aberto	200.334.732,83
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O plano de distribuição será organizado pelo Coordenador Líder e seguirá os procedimentos descritos na Instrução CVM 476 e no Contrato de Colocação, tendo como público alvo exclusivamente Investidores Profissionais. O Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 Investidores Profissionais, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Instrução CVM 476. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

A Emissora poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado parcial ou da totalidade das Debêntures destinada a todos os titulares das Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures pela Emissora, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, dos Encargos Moratórios, caso aplicável, e de prêmio, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. Na hipótese de resgate antecipado parcial, considerado que a aceitação pelos titulares de Debêntures seja maior que a quantidade ofertada pela Emissora, será adotado o critério de sorteio a ser realizado na presença do Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, §1º da Lei das SA. Além disso, o resgate antecipado parcial deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela B3, sendo que todas as etapas desse processo tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturistas, serão realizadas fora do âmbito da B3. A Oferta de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante a comunicação individual de cada debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário, ou a publicação de comunicação dirigida aos debenturistas, a ser amplamente divulgada nos termos previstos na Escritura, a ser realizada pela Emissora, sendo que a data do resgate antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil e todas as Debêntures resgatadas deverão ser liquidadas na mesma data. Após o envio ou publicação da Comunicação de Resgate, os debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 5 Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. Ao final deste prazo, a Emissora terá o prazo de até 4 Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. A B3, o Escriturador e o Banco Liquidante deverão ser comunicados da realização do resgate antecipado com no mínimo 3 Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 5, serão obrigatoriamente canceladas.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das SA, sem qualquer garantia ou preferência, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora para garantir os debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio, especial ou geral, aos debenturistas. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 2 anos contados da Data de Emissão, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula 6 e de Resgate Antecipado. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (www.cetip.com.br), capitalizada de um spread ou sobretaxa equivalente a 1,25% ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 Dias Úteis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures até a data do efetivo pagamento. A Remuneração será paga semestralmente, no dia 10 dos meses de junho e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de dezembro de 2019 e o último na Data de Vencimento, ou seja, em 10 de junho de 2025. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em três parcelas, sendo que a primeira amortização será devida em 10 de junho de 2023, a segunda amortização em 10 de junho de 2024 e a última será devida na Data de Vencimento em 10 de junho de 2025.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Em qualquer destas hipóteses, será necessária a aprovação de debenturistas representando, no mínimo, em primeira convocação, 75% das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, no mínimo, 66,7% das Debêntures em Circulação: (i) os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, caso aplicável; e (ii) qualquer alteração (a) na Remuneração, inclusive no que dispõe a Cláusula 4.11; (b) em quaisquer Datas de Pagamento de Remuneração e Datas de Amortização; (c) nos eventos previstos na Cláusula 6; (d) nas regras relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado, previsto na Cláusula 5; (e) na Data de Vencimento; e/ou (f) na espécie das Debêntures, exceto para o caso de constituição de garantias reais ou outorga de garantia fidejussória.

Outras características relevantes

As Debêntures serão objeto de uma oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09. Os recursos captados com a Oferta serão totalmente destinados a atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora. Subscrição e integralização a ser realizada, seguindo os trâmites da operação.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures Simples - Pública
Data de emissão	29/04/2021
Data de vencimento	29/04/2026
Quantidade (Unidades)	350.000
Valor total (Reais)	350.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	350.000.000,00
Restrição a circulação	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Descrição da restrição	O plano de distribuição será organizado pelo Coordenador Líder e seguirá os procedimentos descritos na Instrução CVM 476 e no Contrato de Colocação, tendo como público alvo exclusivamente Investidores Profissionais. O Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 Investidores Profissionais, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Instrução CVM 476. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado parcial ou da totalidade das Debêntures destinada a todos os titulares das Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures pela Emissora, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, dos Encargos Moratórios, caso aplicável, e de prêmio, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. Na hipótese de resgate antecipado parcial, considerado que a aceitação pelos titulares de Debêntures seja maior que a quantidade ofertada pela Emissora, será adotado o critério de sorteio a ser realizado na presença do Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, §1º da Lei das SA. Além disso, o resgate antecipado parcial deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela B3 Segmento Cetip sendo que todas as etapas desse processo serão realizadas fora do âmbito da B3 Segmento Cetip. Oferta de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante a comunicação individual de cada debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário, ou a publicação de comunicação dirigida aos debenturistas, a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 6.1.4, a ser realizada pela Emissora, sendo que a data do resgate antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil e todas as Debêntures resgatadas deverão ser liquidadas na mesma data. Após o envio ou publicação da Comunicação de Resgate, os debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 5 Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. Ao final deste prazo, a Emissora terá o prazo de até 4 Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 Segmento Cetip para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 Segmento Cetip, e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 Segmento Cetip. A B3 Segmento Cetip deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado com no mínimo 3 Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 6, serão obrigatoriamente canceladas.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das SA, sem qualquer garantia ou preferência, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora para garantir os debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio, especial ou geral, aos debenturistas. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 3 anos contados da Data de Emissão para a primeira série e o prazo de 5 anos para a segunda série, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula 6 e de Resgate Antecipado. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (www.cetip.com.br), capitalizada de um spread ou sobretaxa equivalente a 1,70% ao ano para a primeira série e 2,00% ao ano para a segunda série, com base em um ano de 252 Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 Dias Úteis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures até a data do efetivo pagamento de cada série. A Remuneração será paga semestralmente, no dia 29 dos meses de abril e outubro de cada ano. Para a primeira série, a primeira parcela será em 29 de outubro de 2021 e a última parcela na Data de Vencimento, ou seja, em 29 de abril de 2024. Para a segunda série, a primeira parcela será em 29 de outubro de 2021 e a última parcela na Data de Vencimento, ou seja, em 29 de abril de 2026. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizada em uma única parcela, na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série (29 de abril de 2024). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em duas parcelas, sendo que a primeira amortização será devida em 29 de abril de 2025 e a última será devida na Data de Vencimento da Segunda Série em 29 de março de 2026.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Exceto pelo disposto na Cláusula 11.5.3 da Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário referentes aos Eventos de Vencimento Antecipado, de aprovação de Debenturistas representando, (i.1) em primeira convocação, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, e, (i.2) em segunda convocação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, quando se tratar de deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as séries, reunidos em uma única Assembleia Geral de Debenturistas; (ii.1) em primeira convocação, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, e (ii.2) em segunda convocação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série; e (iii.1) em primeira convocação, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e (iii.2) em segunda convocação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Segunda Série em Circulação, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas das Debêntures da Segunda Série. Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 11.5.2 acima: (i) os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, caso aplicável, observado o disposto na cláusula 11.5.3.1; e (ii) qualquer alteração (a) na Remuneração, inclusive no que dispõe a Cláusula 5.16 as Escritura, exceto pelo disposto na Cláusula 5.16.3; (b) em quaisquer Datas de Pagamento de Remuneração e Datas de Amortização; (c) nos Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula 8; (d) nas regras relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado, amortização antecipada e resgate antecipado facultativo, previstas na Cláusula 6 acima; (e) na Data de Vencimento; (f) na espécie das Debêntures, exceto para o caso de constituição de garantias reais ou outorga de garantia fidejussória; e/ou (g) dos quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas na Cláusula 11.5, as quais dependerão da aprovação por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em única Assembleia Geral de Debenturistas para ambas séries, em qualquer das convocações.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Outras características relevantes	As Debêntures serão objeto de uma oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09. Os recursos captados com a Oferta serão totalmente destinados a atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora. Subscrição e integralização a ser realizada, seguindo os trâmites da operação.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, em 12 séries
Data de emissão	21/12/2017
Data de vencimento	05/12/2020
Quantidade (Unidades)	17
Valor total (Reais)	50.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	39.797.943,22
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Somente poderão ser negociadas (i) depois de decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, (ii) observado o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, e (iii) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, entre quaisquer investidores, tendo em vista ser a Emissora companhia aberta nos termos da Lei 6.385/76.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a qualquer momento após a Data de Emissão, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das notas ("Oferta de Resgate Antecipado"), conforme previsto no §3º do artigo 5º da Instrução CVM 566, com o consequente cancelamento de tais notas, que será endereçada a todos os Titulares e, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Titulares para aceitar o resgate antecipado das notas de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das notas objeto do resgate, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), acrescido de eventual prêmio de resgate antecipado, se aplicável.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

O valor total da Emissão é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). A Nota Promissória da 1ª Série terá prazo de vencimento de até 90 dias a contar da Data de Emissão; a da 2ª Série terá prazo de até 180 dias a contar da Data de Emissão; a da 3ª Série terá prazo de até 270 dias a contar da Data de Emissão; a da 4ª Série terá prazo de até 360 dias a contar da Data de Emissão; (e) a da 5ª Série terá prazo de até 450 dias a contar da Data de Emissão; (f) a da 6ª Série terá prazo de até 540 dias a contar da Data de Emissão; (g) a da 7ª Série terá prazo de até 630 dias a contar da Data de Emissão; (h) as da 8ª Série terão prazo de até 720 dias a contar da Data de Emissão; (i) as da 9ª Série terão prazo de até 810 dias a contar da Data de Emissão; (j) as da 10ª Série terão prazo de até 900 dias a contar da Data de Emissão; (k) as da 11ª Série terão prazo de até 990 dias a contar da Data de Emissão; e (l) as da 12ª Série terão prazo de até 1.080 dias a contar da Data de Emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e vencimento antecipado estabelecidas nas Cártulas. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 no informativo diário disponível na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um spread ou sobretaxa de 2,50% ao ano, base 252 dias úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, conforme os critérios definidos no “Caderno de Fórmulas Notas Comerciais – CETIP21”, disponível na página da B3 na internet, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão (inclusive) até a respectiva Data de Vencimento (exclusive), ou até a data do resgate antecipado ou vencimento antecipado (exclusive), nos termos nas Cártulas, o que ocorrer primeiro. Os Juros Remuneratórios serão calculados pela fórmula constante das Cártulas. As obrigações assumidas pela Emissora nas Cártulas estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado, que se acontecer, será exigido da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos das Cártulas. As Notas Promissórias não contarão com garantias reais ou aval.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As alterações deverão ser aprovadas por notistas representando, no mínimo, 90% das notas promissórias em circulação.

Outras características relevantes

A celebração de cada Cártula foi deliberado e aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de dezembro de 2017 (“RCA nº 590”). Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para reforço de caixa da Companhia.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Simples - Pública
Data de emissão	02/11/2013
Data de vencimento	02/05/2020
Quantidade (Unidades)	55.000
Valor total (Reais)	550.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	50.010.000,00
Restrição a circulação	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas (i) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, (ii) observado o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, e (iii) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, entre quaisquer investidores, tendo em vista ser a Emissora companhia aberta nos termos da Lei 6.385/76.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Informações complementares sobre este item estão disponíveis no item 18.10 deste formulário.
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Espécie Quirografária;</p> <p>Garantia: foi oferecida a cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidas pela Companhia aos acionistas Frank Geyer Abubakir, Maria Soares de Sampaio Geyer, e Vila Velha S.A. Administração e Participações (excetuado o montante devido a Sra. Maria Cecília Soares de Sampaio Geyer na qualidade de usufrutuária de parte das ações da Companhia, detidas por Vila Velha S.A. Administração e Participações). A cessão fiduciária dos dividendos se encontra sob condição suspensiva de eficácia e validade, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), da Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 6 (seis) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 2 de maio de 2020, ressalvados as Hipóteses de Vencimento Antecipado e da Oferta de Resgate Antecipado.</p> <p>Remuneração e Amortização: a partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de um spread ou sobretaxa de 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Sobretaxa”, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento, na Data de Vencimento. A Remuneração será paga semestralmente, no dia 2 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 2 de maio de 2014 e a última parcela na Data de Vencimento, ou seja, em 2 de maio de 2020. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, em parcelas iguais e sucessivas, sendo que a primeira amortização será devida em 2 de maio de 2015 e a última será devida em 2 de maio de 2020.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	<p>Colocação: as Debêntures serão objeto de uma oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.</p> <p>Destinação dos recursos: os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados pela Companhia para o imediato pagamento das Notas Promissórias Comerciais da 1ª (Primeira) emissão da Companhia, no valor total de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), com data de emissão em 02 de maio de 2013 e data de vencimento em 27 de abril de 2014. Subscrição e integralização a ser realizada, seguindo os trâmites da operação.</p>

Valor mobiliário

Debêntures

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão de Debêntures Simples - Pública
Data de emissão	20/03/2018
Data de vencimento	22/03/2022
Quantidade (Unidades)	35.000
Valor total (Reais)	350.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	155.804.984,25
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O plano de distribuição será organizado pelo Coordenador Líder e seguirá os procedimentos descritos na Instrução CVM 476 e no Contrato de Colocação, tendo como público alvo exclusivamente Investidores Profissionais. O Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 Investidores Profissionais, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Instrução CVM 476. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado parcial ou da totalidade das Debêntures destinada a todos os titulares das Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures pela Emissora, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, dos Encargos Moratórios, caso aplicável, e de prêmio, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. Na hipótese de resgate antecipado parcial, considerado que a aceitação pelos titulares de Debêntures seja maior que a quantidade ofertada pela Emissora, será adotado o critério de sorteio a ser realizado na presença do Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, §1º da Lei das SA. Além disso, o resgate antecipado parcial deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela B3 Segmento Cetip sendo que todas as etapas desse processo serão realizadas fora do âmbito da B3 Segmento Cetip. Oferta de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante a comunicação individual de cada debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário, ou a publicação de comunicação dirigida aos debenturistas, a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.21, a ser realizada pela Emissora, sendo que a data do resgate antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil e todas as Debêntures resgatadas deverão ser liquidadas na mesma data. Após o envio ou publicação da Comunicação de Resgate, os debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 5 Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. Ao final deste prazo, a Emissora terá o prazo de até 4 Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 Segmento Cetip para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 Segmento Cetip, e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 Segmento Cetip. A B3 Segmento Cetip deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado com no mínimo 3 Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 5, serão obrigatoriamente canceladas.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das SA, sem qualquer garantia ou preferência, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora para garantir os debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio, especial ou geral, aos debenturistas. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 2 anos contados da Data de Emissão, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula 6 e de Resgate Antecipado. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (www.cetip.com.br), capitalizada de um spread ou sobretaxa equivalente a 1,90% ao ano para a primeira série e 2,50% ao ano para a segunda série, com base em um ano de 252 Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 Dias Úteis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures até a data do efetivo pagamento de cada série. A Remuneração será paga semestralmente, no dia 20 dos meses de março e setembro de cada ano. Para a primeira série, a primeira parcela será em 20 de setembro de 2018 e a última parcela na Data de Vencimento, ou seja, em 20 de março de 2020. Para a segunda série, a primeira parcela será em 20 de setembro de 2018 e a última parcela na Data de Vencimento, ou seja, em 20 de março de 2022. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizada em uma única parcela, na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série (20 de março de 2020). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em duas parcelas, sendo que a primeira amortização será devida em 20 de março de 2021 e a última será devida na Data de Vencimento da Segunda Série em 20 de março de 2022.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Em qualquer destas hipóteses, será necessária a aprovação de debenturistas representando, de forma segregada para cada uma das séries, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em Circulação e 90% das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, ou, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação, reunidos em única Assembleia Geral de Debenturistas para ambas as séries, em qualquer das convocações: (i) os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, caso aplicável; e (ii) qualquer alteração (a) na Remuneração, inclusive no que dispõe a Cláusula 4.11; (b) em quaisquer Datas de Pagamento de Remuneração e Datas de Amortização; (c) nos eventos previstos na Cláusula 6; (d) nas regras relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado, previsto na Cláusula 5; (e) na Data de Vencimento; e/ou (f) na espécie das Debêntures, exceto para o caso de constituição de garantias reais ou outorga de garantia fidejussória.

Outras características relevantes

As Debêntures serão objeto de uma oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09. Os recursos captados com a Oferta serão totalmente destinados a atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora. Subscrição e integralização a ser realizada, seguindo os trâmites da operação.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	91	0
Nota Comercial	0	1	0

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos: UNIP3 (ordinárias), UNIP5 (preferenciais classe “A”) e UNIP6 (preferenciais classe “B”).

As debêntures da Companhia em circulação, por sua vez, estão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não é aplicável visto não existirem valores mobiliários emitidos pela Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não é aplicável visto não existirem valores mobiliários emitidos pela Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

A seguir, apresentamos as emissões públicas realizadas pela Companhia nos últimos três exercícios sociais:

2ª Emissão de Notas Promissórias

Em 21 de dezembro de 2017 a Companhia emitiu 17 (dezesete) notas promissórias, em 12 (doze) séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.090.000,00 (um milhão e noventa mil reais), totalizando o montante de R\$ 50 milhões, por meio de uma oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

2ª Emissão de Debêntures

Em 02 de novembro de 2016, a Companhia emitiu 55.000 (cinquenta e cinco mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, totalizando o montante de R\$ 550,0 milhões, por meio de uma oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

3ª Emissão de Debêntures

Em 19 de julho de 2017, a Companhia emitiu 100.000 (cem mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o montante de R\$ 100,0 milhões, por meio de uma oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

4ª Emissão de Debêntures

Em 20 de março de 2018, a Companhia emitiu 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, totalizando o montante de R\$ 350,0 milhões, por meio de uma oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Para mais informações, veja item 18.5.

5ª Emissão de Debêntures

Em 10 de junho de 2019, a Companhia emitiu 20.105 (vinte mil, cento e cinco) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, totalizando o montante de R\$ 201,1 milhões, por meio de uma oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Para mais informações, veja item 18.5.

6ª Emissão de Debêntures

Em 29 de abril de 2021, a Companhia emitiu 350.000 (trezentas e cinquenta mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o montante de R\$ 350 milhões, por meio de uma oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Para mais informações, veja item 18.5.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

2ª Emissão de Notas Promissórias

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia foram destinados para reforço de caixa da Companhia.

2ª Emissão de Debêntures

Os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para o imediato pagamento das Notas Promissórias Comerciais da 1ª (Primeira) emissão da Companhia, conforme descrito no item 18.5 deste Formulário de Referência.

3ª Emissão de Debêntures

Os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para reforço de capital, com o objetivo de cobrir necessidades de capital de giro e para pagamento de dívidas.

4ª Emissão de Debêntures

Os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para reforço de capital, com o objetivo de cobrir necessidades de capital de giro e para pagamento de dívidas.

5ª Emissão de Debêntures

Os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para resgatar parte da 1ª série da 4ª emissão de debêntures da Companhia.

6ª Emissão de Debêntures

Os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para alongamento do perfil da dívida.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Celebração de contrato de compra e venda de ações com a Solvay Argentina S.A.

Em 02 de maio de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a Solvay Argentina S.A., por meio do qual se obrigou a adquirir ações representativas de 70,59% do capital social votante e total da Solvay Indupa S.A.I.C. (cujas atuais denominações são Unipar Indupa S.A.I.C. – Indupa Argentina), produtora de PVC e soda cáustica, mediante o cumprimento de certas condições previstas no Contrato, como por exemplo, da Unipar lançar oferta pública para a aquisição de até a totalidade das demais ações representativas do capital da Indupa Argentina, negociadas, à época, na Bolsa de Comercio de Buenos Aires - BCBA. O valor da aquisição baseou-se no valor da empresa da Indupa Argentina da ordem de US\$ 202 milhões, sujeito a ajustes usuais, na data do fechamento da operação, resultando, após esses ajustes, no preço a ser efetivamente pago pelas ações da Indupa Argentina. A conclusão da aquisição esteve sujeita à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), além de outras condições precedentes usuais.

Em 12 de maio de 2016, a Companhia publicou comunicado na mídia argentina a respeito da realização da OPA (“Oferta Pública de Aquisição”), conforme estabelecido na legislação argentina, de até a totalidade das demais ações representativas do capital da Indupa Argentina, negociadas, à época, na BCBA, sujeita a condições usuais, incluindo a consumação da aquisição e a aprovação da OPA pela CNV (“Comisión Nacional de Valores”). O preço por ação de emissão da Indupa Argentina ofertado pela Unipar aos acionistas minoritários correspondeu a 2,42 pesos argentinos, e foi determinado com base na opinião de duas avaliadoras independentes, nos termos da regulamentação da CNV.

A CNV decidiu, em 14 de julho de 2016, rejeitar o preço da OPA oferecido pela Unipar aos acionistas minoritários da Indupa Argentina, com base em interpretação da Lei 26.831 de Mercado de Capitais da Argentina. Em 26 de julho de 2016, a Companhia informou que, após dialogar com a CNV e compreender os fundamentos da decisão, o novo preço por ação na OPA da Indupa Argentina, a ser submetido para aprovação da CNV, era de 3,47 pesos argentinos.

Adicionalmente, a Companhia, a Solvay Argentina e a Solvay S.A. acordaram que: (a) para cada ação alienada na OPA, a Solvay S.A. arcaria com a diferença entre (i) o valor recebido pelo minoritário na OPA; e (ii) o valor (sujeito aos ajustes previstos no Contrato) pago por ação pela Unipar à Solvay Argentina; (b) a Solvay Argentina e a Solvay S.A., mediante solicitação da Companhia, deveriam obter garantia bancária em benefício dos acionistas minoritários da Indupa Argentina, garantindo o pagamento do preço por ação na OPA (até o limite de 3,47 pesos argentinos por ação), na forma exigida pela CNV, sendo que os custos e despesas cobrados pela instituição bancária para a emissão dessa garantia foram arcados pela Companhia.

Em 27 de dezembro de 2016, após proferido o Despacho nº 1575/2016 pela CADE, aprovando, sem restrições, o Ato de Concentração n.º 08700.005683/2016-81 e autorizando a aquisição, a Companhia concluiu a aquisição e se tornou proprietária de 292.459.492 ações representativas de 70,59% do capital social votante e total da Indupa Argentina, após a implementação das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com a Solvay Argentina S.A. em 2 de maio de 2016. Nos termos do contrato, as partes atribuíram à Indupa Argentina o valor da empresa (enterprise value) de US\$ 202 milhões, condicionada à apuração dos valores do endividamento e do capital de giro consolidados e ao levantamento das demonstrações financeiras.

Em 6 de Janeiro de 2017, a CNV aprovou o valor de 3,47 pesos argentinos para o preço a ser adotado por ação na OPA. Adicionalmente, aprovou que a OPA deveria permanecer aberta para aceitação durante um período de 25 dias após o seu lançamento. Em 20 de Janeiro de 2017, a CNV aprovou o prospecto final referente a OPA. O período de adesão à oferta pública obrigatória foi iniciado em 23 de janeiro de 2017 e terminou em 24 de fevereiro de 2017, com adesão de um total de 71.163.251 ações ordinárias de emissão da Indupa Argentina, representativas de 17,17% do capital social da Controlada. O preço ofertado foi pago aos acionistas da Indupa Argentina em 7 de março de 2017.

Em 22 de março de 2017, nos termos da legislação argentina, a Companhia enviou novo comunicado para Indupa Argentina sobre anúncio de oferta pública de aquisição com a finalidade de aquisição da totalidade de ações e cancelamento de registro de companhia aberta da Controlada. O preço por ação de emissão da Indupa Argentina ofertado pela Companhia aos acionistas minoritários da Controlada correspondeu a 3,65 pesos argentinos,

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

representando o preço médio das ações durante o período de 6 meses. Em 3 de Abril de 2017, nos termos da legislação argentina, foram enviadas à CNV as duas avaliações independentes realizadas referente ao preço por ação de emissão da Indupa Argentina ofertado pela Companhia. Em 5 de Abril de 2017, o Conselho de Administração da Indupa Argentina emitiu um parecer e uma recomendação técnica, conforme legislação argentina, recomendando aos seus acionistas minoritários aceitar a OPA em todos seus termos, como aparecem no anúncio da Unipar.

Em 15 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da Unipar aprovou a realização de uma nova OPA para aquisição de até a totalidade das ações da Indupa Argentina, com posterior cancelamento do seu registro de companhia aberta com ações negociadas na BCBA, conforme artigo 97 da Lei de Mercado de Capitais da Argentina. Após publicação de prospecto e prazo de adesão realizado entre 8 e 22 de novembro de 2019, registrou-se a adesão de acionistas titulares de 44.150.972 ações ordinárias de emissão da Unipar Indupa Argentina, ações essas correspondentes a 10,66% do capital social da Unipar Indupa Argentina. O valor do preço por ação final, calculado conforme critérios pré-determinados, ficou estabelecido em 25,01 pesos argentinos. Com esta adesão, a Unipar passa a deter 98,4% das ações da Indupa Argentina. Em 27 de dezembro de 2019, a Indupa Argentina recebeu decisão datada de 26 de dezembro de 2019, enviada pela CNV, concluindo a oferta pública de retirada voluntária e deslistagem das ações na BCBA.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
13/05/2020	14/05/2020 à 13/11/2021	611.165.220,54	Ordinária		1.316.294	18,917867	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
			Preferencial	Classe A	203.425	10,970713	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
			Preferencial	Classe B	4.578.069	10,307183	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
O Segundo Programa de Recompra de Ações tem por objetivo a aquisição de ações ordinárias e de ações preferenciais classes "A" e "B" de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado, sem redução do capital social da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia. Em 17 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aditamento ao segundo programa de recompra de ações da Companhia, alterando do limite máximo de ações a serem adquiridas, em uma série de operações, anteriormente de 771.634 ações ordinárias, 193.605 ações preferenciais classe "A" e 4.578.069 ações preferenciais classe "B" de emissão da Companhia, para até 1.316.294 ações ordinárias e 203.425 ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia, mantendo-se inalteradas as demais disposições e o limite máximo de ações ordinárias a serem adquiridas.										

09/11/2018	12/11/2018 à 11/05/2020	502.987.146,70	Ordinária		1.234.929	16,721782	952.771	36,74	R\$ por Unidade	77,151885
			Preferencial	Classe A	298.448	16,735000	189.802	31,60	R\$ por Unidade	63,596338
			Preferencial	Classe B	7.368.109	17,313279	5.485.770	31,60	R\$ por Unidade	74,452889
O Programa de Recompra tem por objetivo a aquisição de ações ordinárias e de ações preferenciais classes "A" e "B" de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado, sem redução do capital social da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia. Em 13 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aditamento ao programa de recompra de ações da Companhia, alterando do limite máximo de ações a serem adquiridas, em uma série de operações, anteriormente de 106.647 ações preferenciais classe "A" e 1.155.319 ações preferenciais classe "B" de emissão da Companhia, para até 298.448 ações preferenciais classe "A" e 7.368.109 ações preferenciais classe "B" de emissão da Companhia, mantendo-se inalteradas as demais disposições e o limite máximo de ações ordinárias a serem adquiridas.										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/12/2019****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe B		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	3.542.894	
Quantidade adquirida	3.078.336	31,65
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	3.813.494	
Quantidade final	2.807.736	
Relação valores mobiliários em circulação	5,675848%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	147.258	
Quantidade adquirida	352.004	33,16
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	165.658	
Quantidade final	333.604	
Relação valores mobiliários em circulação	3,891721%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	6.106	
Quantidade adquirida	98.103	39,31
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	11.606	
Quantidade final	92.603	
Relação valores mobiliários em circulação	4,466545%	

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/12/2018****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe B		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	2.823.762	
Quantidade adquirida	719.132	39,03
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	3.542.894	
Relação valores mobiliários em circulação	8,324947%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	97.687	
Quantidade adquirida	49.571	39,26
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	147.258	
Relação valores mobiliários em circulação	1,993974%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	98	
Quantidade adquirida	6.008	39,31
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	6.106	
Relação valores mobiliários em circulação	0,342384%	

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/12/2017****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	98	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	98	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe B		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	2.823.762	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	2.823.762	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	97.687	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	97.687	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Em 20 de dezembro de 2018 e em 18 de junho de 2019, a Companhia capitalizou parte do saldo da reserva estatutária, denominada reserva para investimento, em conformidade com o disposto no artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações, com a emissão de ações atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação. Para fins de adequação do quadro do item 19.2, as ações bonificadas foram incluídas na linha “Quantidade adquirida”.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem política estabelecida de negociação de valores mobiliários.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia tem o compromisso de divulgar informações confiáveis e de forma homogênea, para que os agentes da sociedade, em especial a comunidade de investidores, tenham acesso democrático e rápido a essas informações.

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2002, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada. Esta política compreende o acionista controlador, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria, gerentes, assessores, pessoas ligadas à Companhia e terceiros, quando for o caso, que por qualquer motivo tenham acesso a informações objeto de ato ou fato relevante.

As pessoas compreendidas por esta política deverão:

- a) certificar-se de que todos os documentos relacionados a informações sobre ato ou fato relevante sejam circulados com aviso de confidencialidade e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso;
- b) encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas formalmente tais informações; e
- c) comunicar imediatamente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações de seu círculo restrito e determinável.

A Administração comunica aos colaboradores da Companhia e de empresas controladas e ligadas, através de ações, como a recomendação periódica de ler o Código de Conduta da Companhia assim como a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, e na ênfase de controle das informações privilegiadas, que o uso de informações privilegiadas, mesmo inerentes ao trabalho, em benefício próprio ou de terceiros, sem autorização prévia e principalmente não divulgadas ao mercado, configura em ato ilícito, sujeito a sanções nas esferas criminal, cível e administrativa, ferindo o Código de Conduta e os valores da Companhia.

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia é de conhecimento de todos os administradores, gerentes, assessores, pessoas ligadas à Companhia e terceiros, quando for o caso, diretamente envolvidos no assunto para o devido e necessário cumprimento legal.

No relacionamento com acionistas, investidores, analistas, corretores de valores e formadores de opinião, a Companhia prestará informações objetivas, confiáveis e tempestivas.

A Companhia não comentará boatos ou declarações desestabilizadoras, ressalvados os casos que possam gerar solicitação de esclarecimentos por parte de órgãos legais ou que prejudiquem a sua imagem ou os seus negócios.

A comunicação da divulgação de ato ou fato relevante será feita à CVM e às Bolsas de Valores, após o encerramento do pregão do dia. No dia seguinte, igual conteúdo será publicado em jornal de grande circulação, onde a Companhia veicula habitualmente seus informes legais, sem prejuízo da sua divulgação em outras mídias.

Caso seja imperativa a divulgação de ato ou fato relevante durante as negociações nas Bolsas de Valores, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia solicitará às Bolsas de Valores a imediata suspensão da negociação dos valores mobiliários de sua emissão, até a adequada disseminação da informação.

Os originais e/ou cópias dos atos ou fatos relevantes divulgados e dos documentos produzidos em decorrência da observância da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante serão arquivados junto ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, cabendo à Assessoria Jurídica o controle da documentação pertinente.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O acionista controlador, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria, demais colaboradores e pessoas ligadas à Companhia, ficam obrigados a guardar sigilo sobre informações relativas a atos ou fatos relevantes, ainda não divulgados. O não cumprimento de sigilo sujeitará os infratores a processos de demissão na modalidade “justa causa” quando enquadráveis nessa possibilidade, sem prejuízo das sanções legais pertinentes, que se aplicam a referidas pessoas.

O acionista controlador, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria, demais funcionários e pessoas ligadas à Companhia, deverão zelar para que terceiros ao prestarem serviços à Companhia, que envolvam informações que irão, ou poderão, resultar em atos ou fatos relevantes, deem às mesmas, tratamento sigiloso, devendo, para tanto, adotar os seguintes procedimentos:

- a) informá-los da existência da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante;
- b) incluir nos contratos com terceiros, cláusula relativa à obrigatoriedade da guarda de sigilo;
- c) quando da inexistência desse tipo de cláusula, exigir a assinatura de Termo de Confidencialidade; e
- d) informar, mediante correspondência interna ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, a natureza dos serviços que estão sendo prestados à Companhia e as informações de natureza relevante que estão ou que poderão ser geradas.

Sempre que a administração da Companhia decidir pela guarda de sigilo sobre a divulgação de ato ou fato relevante e esta escapar ao seu controle, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia providenciará a sua imediata divulgação ao público investidor.

Caso as ações da Companhia apresentem variações atípicas na cotação ou quantidade negociada, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deverá inquirir as pessoas com acesso a informações relevantes, a fim de averiguar se têm conhecimento sobre ato ou fato relevante que deva ser divulgado e, se for o caso, providenciar a sua imediata divulgação ao público investidor.

Os atos ou fatos relevantes poderão, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se o acionista controlador ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco interesse legítimo da Companhia.

Os administradores e o acionista controlador da Companhia poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo atos ou fatos relevantes cuja divulgação entendam colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela divulgação de informações referentes a atos ou fatos relevantes da Companhia, embora os demais membros da administração respondam solidariamente nos casos de descumprimento das normas legais relativas à divulgação de ato ou fato relevante.

O acionista controlador, os membros dos Conselhos de Administração, membros do Conselho Fiscal (quando instalado), membros da Diretoria, de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, controladas ou coligadas deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento, ou que esteja em curso nos negócios sob sua responsabilidade, para decisão sobre a guarda de sigilo ou divulgação.

Na hipótese de ser constatada a omissão do Diretor de Relações com Investidores da Companhia em divulgar ato ou fato relevante de conhecimento da administração, como um todo ou individualmente, caberá a esses membros indistintamente, notificá-lo, por escrito e em tempo hábil, para que seja realizada a sua divulgação. Tais membros somente se eximirão da responsabilidade caso comuniquem diretamente o ato ou fato relevante à CVM.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia enviará formalmente ao acionista controlador, aos membros – do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, gerentes, assessores, pessoas ligadas à Companhia e terceiros, quando for o caso, os termos da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia, juntamente com uma cópia da Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, para conhecimento, adesão formal e cumprimento.

O Diretor de Relações com Investidores será o responsável pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia, cabendo-lhe, também, dirimir eventuais dúvidas ou questionamento relacionados à aplicação da mesma.

A Companhia comunicará à CVM qualquer alteração ocorrida na sua Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.